

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

VANESSA DA ROSA

A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS

Uma análise a partir do balizamento dos direitos e garantias fundamentais

FLORIANÓPOLIS

2013

VANESSA DA ROSA

PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS

Uma análise a partir do balizamento dos direitos e garantias fundamentais

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Direito, sob orientação da Professora Msc. Renata Raupp Gomes.

FLORIANÓPOLIS

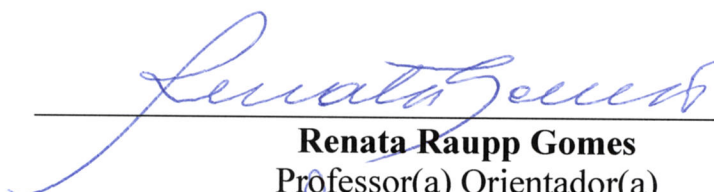
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

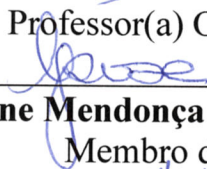
TERMO DE APROVAÇÃO

A presente monografia intitulada "**A prisão civil do devedor de alimentos: uma análise a partir do balizamento dos direitos e garantias fundamentais**", elaborada pelo(a) acadêmico(a) **Vanessa da Rosa**, defendida em **02/12/2013** e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,0 (dez), sendo julgada adequada para o cumprimento do requisito legal previsto no artigo 9. da Portaria n. 1886/94/MEC, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução n. 003/95/CEPE.

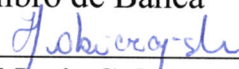
Florianópolis, 02 de dezembro de 2013.



Renata Raupp Gomes
Professor(a) Orientador(a)



Leilane Mendonça Zavarizi da Rosa
Membro de Banca



Heloisa Maria Sobierajski
Membro de Banca

AGRADECIMENTOS

Após cinco anos, que, ao contrário do que se espera, passaram tão rapidamente que parece que ainda na semana passada eu era caloura, é chegado o difícil, mas feliz, momento de me despedir do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina e agradecer a todos que contribuíram de alguma forma para minha formação.

Como não poderia deixar de ser, inicio com o mais profundo agradecimento aos meus pais, aos quais sou eternamente grata pelo amor incondicional que me foi dedicado, que seguem sempre acreditando no meu potencial, mesmo quando eu duvido.

Aos queridos amigos que alegraram meu pré-vestibular, fazendo-me sentir em casa nesta ilha, em especial à Marta, melhor amiga que alguém poderia ter, que, por mais desconstruções que nossos caminhos estejam, sempre ocupará um grande espaço de mim.

Aos colegas de trabalho, por terem me acolhido no ano passado, com deferência à Carolina, a amiga que ganhei de presente de posse no Tribunal, que, apesar de não ter escrito nenhuma página deste trabalho, tornou minhas tardes mais felizes.

Ao Maurício, com quem planejei este momento diversas vezes e que aqui deveria estar, mas que por seus ideais e paixões seguiu outros rumos, agradeço por ser um pouco de mim, entendendo-me melhor que ninguém.

À Luana e à Sarah, amigas que a Universidade me trouxe e quero em minha vida para sempre, não só por terem dividido as experiências em minhas, mas por terem sido as pessoas com quem pude contar nestes cinco anos, demonstrando sempre grande amizade e carinho.

Aos inestimáveis colegas da melhor turma de todos os tempos, por terem transformado intermináveis horas de tédio em diversão e por me darem a oportunidade de os representar, embarcando em minhas revoltas em busca de uma graduação melhor e me orgulhando, quando me dou conta de que aprendemos a conviver com nossas diferenças.

Aos servidores que mantêm o Centro de Ciências Jurídicas funcionando, em especial à Rosângela, que me deu a oportunidade de iniciar minha vida profissional, à Miriam, pelas agradáveis conversas, à Lilian, que demonstrou muita competência profissional e à Helena, que não se cala diante das injustiças que acontecem.

A todos os professores, cujos nomes não elencarei por medo que minha memória falhe, que não hesitaram ao expor suas ideias, contribuindo para uma formação crítica, incentivando-me a buscar uma sociedade mais justa e sendo o norte para o caminho profissional que espero seguir. Não posso deixar de mencionar, porém, as professoras Heloísa, Renata e Leilane.

À primeira, com quem muito aprendi em agradáveis conversas e que muito me fez falta neste último semestre, não apenas por ter aceitado participar desta banca, mas por ter conseguido tornar agradável a experiência Escritório Modelo de Assistência Jurídica, sempre pronta para sanar qualquer dúvida que aparecesse.

À Renata, que mesmo entre as maiores adversidades consegue manter o bom humor, fazendo qualquer um rir com as melhores expressões que alguém poderia criar, por muito ter me ensinado em meio a leis. Não posso deixar também de agradecer por ter me proporcionado este tema e ter aceitado me orientar por esta última jornada na Universidade.

Por fim, à Leilane, a professora mais carismática e competente que o curso de Direito já conheceu, por ter me adotado um pouquinho, sempre demonstrando carinho e preocupação, fazendo-me querer estar por perto e a quem só posso desejar muita felicidade com a chegada de sua merecida aposentadoria.

“A liberdade, Sancho, é um dos mais preciosos dons que os céus deram aos homens. Com ela não se podem igualar os tesouros que a terra encerra e o mar encobre. Pela liberdade, assim como pela honra, pode-se e deve-se arriscar a vida. Ao contrário, o cativo é o maior mal que aos homens pode sobrevir. Digo isto, Sancho, porque bem viste o regalo e a abundância que tivemos neste castelo de que saímos. Em meio daqueles banquetes lautos, daquelas bebidas de neve, parecia-me estar metido nas aperturas da fome, porque não os gozava com a liberdade com que os gozaria se meus fossem. As obrigações de recompensas às mercês e os benefícios recebidos são ataduras que não deixam campear o ânimo livre. Venturoso aquele a quem o céu deu um pedaço de pão, sem lhe ficar a obrigação de agradecer-lo a outro que não o próprio céu!”

(Miguel de Cervantes Saavedra)

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar caminhos alternativos à prisão civil do devedor de alimentos, que ofereçam ao credor da obrigação alimentar uma resposta célere do Judiciário à inadimplência do devedor, diante da conclusão da inefetividade da prisão civil, analisada à luz de direitos e garantias fundamentais. Com esse intento, inicialmente estuda-se a obrigação alimentar, passando pelas características dos alimentos, para, com fundamento nos princípios constitucionais que regem o Direito de Família, demonstrar a importância do adimplemento pontual dessa obrigação, estritamente conectada ao direito à vida. Em seguida, aborda-se a execução civil, com o estudo dos procedimentos previstos para a execução de alimentos, analisados sob a ótica da principiologia que orienta o processo de execução. Firmada a base teórica, a pesquisa direciona-se para demonstrar os problemas da prisão civil, justificando a necessidade de caminhos alternativos, que são procurados na legislação estrangeira, na doutrina e jurisprudência pátria, bem como em projetos de leis que tramitam no Congresso e no Senado.

Palavras-chave: Prisão civil; prisão civil do devedor de alimentos; alimentos; execução civil; execução de alimentos.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 7.841, de 2010.....	83
ANEXO B: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 1.585, de 2007	86
ANEXO C: Voto do Deputado Lael Varella, relator do Projeto de Lei nº 1.585, de 2007	92
ANEXO D: P rojeto de Lei do Senado Federal nº 405, de 2008.....	97
ANEXO E: Parecer do Senador Sérgio Zambiasi, relator do Projeto de Lei nº 405, de 2008, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	102
ANEXO F: Parecer do Senador Alvaro Dias, relator do Projeto de Lei nº 405, de 2008, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	107
ANEXO G: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 2.285, de 2007.....	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR NO DIREITO BRASILEIRO	12
1.1 Alimentos: conceito e natureza	12
1.2 Alimentos e suas espécies	13
1.3 Pressupostos da obrigação alimentar	16
1.4 Características da obrigação alimentar	17
1.4.1 Alimentos como direito personalíssimo	17
1.4.2 Irrenunciabilidade e indisponibilidade	17
1.4.3 O art. 1.707 do CC: inessibilidade, incompensabilidade e impenhorabilidade	19
1.4.4 Transmissibilidade	20
1.4.5 Irrepetibilidade	23
1.4.6 Reciprocidade	24
1.4.7 Irretroatividade	24
1.4.8 Imprescritibilidade	24
1.4.9 Solidariedade e divisibilidade	25
1.5 A principiologia constitucional fundante da obrigação alimentar	25
2 A EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	30
2.1 Breve introdução à execução civil	30
2.2 Princípios que orientam a execução	31
2.2.1 Princípio do contraditório	31
2.2.2 Efetividade da execução <i>versus</i> menor onerosidade do devedor	32
2.2.3 Princípio da autonomia	33
2.2.4 Princípio da titularidade	34
2.2.5 Princípio da responsabilidade patrimonial	34
2.2.6 Princípio do resultado	35
2.2.7 Princípio da livre disponibilidade	36
2.3 Meios de execução da obrigação alimentar	36
2.3.1 Eleição do meio executivo	37
2.3.2 A execução de alimentos por desconto em folha de pagamento	38
2.3.3 Execução de alimentos por desconto em aluguéis ou rendimentos	41
2.3.4 Execução de alimentos por expropriação	42
2.3.5 Execução de alimentos por prisão civil	46
3 A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS	51
3.1 Origem e natureza da prisão civil	51
3.2 A efetividade da prisão civil ante à violação à liberdade dignidade do devedor	52

3.2 A dívida alimentar nos ordenamentos estrangeiros	56
3.3.1 A criminalização da conduta do devedor de alimentos	57
3.3.2 A responsabilização estatal	60
3.3.3 O Registro dos Devedores Alimentários	61
3.4 Os caminhos brasileiros alternativos à prisão civil.....	62
3.4.1 O cumprimento de sentença	63
3.4.2 A obrigação alimentar do Estado e a Lei do Idoso	64
3.4.3 A penhora do FGTS	66
3.4.4 A inscrição nos serviços de proteção ao crédito	67
3.4.5 A imposição de <i>astreintes</i> ao devedor de alimentos	68
3.4.6 O protesto de dívidas alimentares	69
3.4.7 Cadastros dos devedores de alimentos	70
CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

INTRODUÇÃO

O direito aos alimentos, estabelecido como um direito social a partir da Emenda Constitucional nº 64, de 2010, é a matéria mais delicada do Direito de Família, porque tem como escopo assegurar o direito fundamental mais importante de todos: o direito à vida. Em razão deste fim, quando um processo que discute a obrigação alimentar chega ao Poder Judiciário, esse deve ser capaz de proporcionar ao credor uma resposta célere e eficaz, sob pena de comprometer a subsistência do alimentando.

Nesse desiderato, o constituinte previu a possibilidade da prisão civil do devedor de alimentos como um mecanismo hábil a proporcionar a agilidade e efetividade necessárias pelo credor. A prisão civil é instituto que compromete a dignidade humana do devedor, que responde a dívida com seu corpo, contrariando as garantias históricas conquistadas pela sociedade em matéria de execução civil. Assim, percebe-se que o constituinte prestigiou o direito à vida do alimentando, em detrimento à liberdade e à dignidade do alimentante.

Referida opção justificar-se-ia se a prisão civil do devedor de alimentos fosse capaz de dar efetividade ao processo de execução, prestando rapidamente ao credor da obrigação os alimentos a que tem direito. No entanto, o dia a dia forense demonstra que a realidade está bem distante disso. Não são raros os devedores de alimentos que são presos e optam por não quitarem a dívida, porque sabem que por essa não serão presos novamente.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho reside na busca por caminhos alternativos à prisão civil do devedor de alimentos, que consigam, se não por si só darem a efetividade necessária ao processo, auxiliar, ao menos, o credor na árdua tarefa de ver a obrigação de alimentos adimplida, o que tem se demonstrado verdadeiro calvário, na expressão cunhada por Rolf Madaleno (2000).

Para tanto, utilizar-se-á o método dedutivo, realizando-se o procedimento por meio de análise da legislação estrangeira, buscando verificar qual o tratamento dado à dívida alimentar nos demais países, em especial nos que não admitem em seus ordenamentos a prisão civil do devedor de alimentos, bem como do estudo de material bibliográfico e jurisprudencial referente ao tema.

Assim, em um primeiro momento será abordado o direito aos alimentos, explanando seu conceito e natureza, além de explicar as características mais importantes

desse direito social, de modo a demonstrar o porquê da preocupação com o credor da obrigação de alimentos, valendo-se também dos princípios constitucionais que regem o Direito de Família.

Mais adiante, no segundo capítulo, será apresentada a execução civil, com o estudo da principiologia que rege a matéria, para, então, discorrer sobre os procedimentos executivos previstos no Código de Processo Civil e na Lei de Alimentos, consistentes na execução por desconto em folha de pagamento, desconto em aluguéis ou rendas, expropriação e, por fim, prisão civil do devedor.

No terceiro capítulo, far-se-á uma análise da prisão civil do devedor de alimentos à luz de direitos e garantias fundamentais, demonstrando-se a inefetividade desse instituto, para justificar a busca por caminhos alternativos. Com esse propósito, estudar-se-á a legislação estrangeira, verificando-se qual o tratamento dado à dívida alimentar, para, em seguida, analisar na doutrina e jurisprudência pátria as novas alternativas que vêm sendo construídas, além de abordar os projetos de leis que ainda tramitam.

1 A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR NO DIREITO BRASILEIRO

1.1 Alimentos: conceito e natureza

A obrigação alimentar decorrente do vínculo familiar surgiu ainda no Direito Romano, na qualidade de um dever moral de socorro, como garantia de sobrevivência da espécie. O reconhecimento da obrigação enquanto instituto jurídico legal tutelado judicialmente só se deu após as Codificações Justinianas, que representam o embrião do instituto (CAHALI, 2013, p. 41-44).

Sob outra ótica, Rizzardo (2011, p. 646) defende que os alimentos são oriundos do Direito Natural. Para ele, é inerente ao ser humano a necessidade de ajudar o próximo, socorrendo-o quando em perigo e sustentando-o. Tal desejo traduz-se no instinto natural de sobrevivência da espécie, característica comum a todos os seres vivos, não sendo excusável a recusa em auxiliar o sustento de outrem.

Hoje os alimentos constituem-se em um instituto básico atinente ao Direito de Família, merecendo destacada proteção constitucional, porque diretamente relacionados ao direito à vida. Para Cahali (2013, p. 15-16)

[...] a palavra “alimentos” vem a significar tudo o que é necessário para satisfazer aos reclamos da vida; são as prestações com as quais podem ser satisfeitas as necessidades vitais de quem não pode provê-las por si; mais amplamente, a contribuição periódica assegurada a alguém, por um título de direito, para exigi-la de outrem, como necessária à sua manutenção. [...] Alimentos, são, pois, as *prestações devidas*, feitas para que aquele que as recebe possa subsistir, isto é, manter sua existência, realizar o direito à vida, tanto física (sustento do corpo) como intelectual e moral (cultivo e educação do espírito, do ser racional). (*grifo do autor*)

Por serem os alimentos caracterizados como um direito à vida, que visam à integridade e sobrevivência da pessoa, a doutrina entende que a obrigação alimentar não diz respeito apenas ao alimentando, credor da obrigação, havendo um interesse público no adimplemento da obrigação. Assim, atribui-se às normas que disciplinam a matéria um caráter de ordem pública (RIZZARDO, 2011, p. 647).

Carlos Roberto Gonçalves (2011, p. 499) explicita que o interesse público no adimplemento dessa obrigação corresponde ao fato de que se o alimentado não possui condições para sobreviver, o Estado, por força do comando constitucional disposto no art. 227 da Constituição Federal, tem o encargo de amparar a pessoa, onerando toda a população.

Na contramão da doutrina majoritária, porém, Maria Berenice Dias (2013, p. 22-23) não vê na obrigação alimentar um caráter de ordem pública. Segundo a autora, o interesse público só existe quando há o interesse de todos, o que não ocorreria em uma ação de alimentos, na qual os únicos interessados são os credores e devedores da obrigação.

Em que pese esse posicionamento, é em razão do caráter público da obrigação alimentar que decorrem várias características, que a tornam única, tais como a irrenunciabilidade, indisponibilidade, dentre outras, que serão abordadas na continuação.

1.2 Alimentos e suas espécies

Para melhor compreensão do instituto legal, tradicionalmente os alimentos são classificados segundo os seguintes critérios: quanto à natureza, quanto à causa jurídica, quanto à finalidade, quanto ao momento da prestação e quanto à modalidade da prestação.

Relativamente à natureza, distinguem-se os alimentos em naturais e civis. Naturais são os alimentos que compreendem apenas o necessário à sobrevivência do alimentado, limitados à alimentação, saúde, vestuário, habitação e educação, se menor de idade. Os alimentos civis, por outro lado, abrangem outras necessidades do alimentado, garantindo que seu padrão de vida seja equiparado ao do alimentante. De se destacar que necessidades intelectuais e o lazer devem ser providos pelos alimentos civis.

Paulo Lobo (2011, p. 373) aponta, todavia, que apesar da disposição legal, após um divórcio, nunca os alimentos civis conseguirão manter a mesma condição social do alimentado. Isso porque, com um divórcio, as despesas aumentam – onde havia uma família, passa a existir duas. Assim, o autor entende que a previsão dos alimentos civis é no sentido de aproximar o máximo possível a condição social mantida até então, mas igualar na maioria dos casos não se demonstra possível.

De todo modo, a diferenciação entre alimentos naturais e civis é expressamente prevista no Código Civil, que dispõe no §2º do art. 1.694 que “*os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar da culpa de quem os pleiteia*” (BRASIL, 2002). A culpa mencionada é entendida pela doutrina como aquela decorrente da dissolução do vínculo matrimonial, regulada nos arts. 1.702 e 1704 do mesmo diploma legal:

Art. 1.702. Na separação judicial litigiosa, sendo um dos cônjuges inocente e desprovido de recursos, prestar-lhe-á o outro a pensão alimentícia que o juiz fixar, obedecidos os critérios estabelecidos no art. 1.694.

Art. 1.704. Se um dos cônjuges separados judicialmente vier a necessitar de alimentos, será o outro obrigado a prestá-los mediante pensão a ser fixada pelo juiz, caso não tenha sido declarado culpado na ação de separação judicial. (BRASIL, 2002)

Vê-se, portanto, que a diferenciação entre os alimentos naturais e civis é, em realidade, uma punição ao alimentado culpado pela separação (DIAS, 2013, p. 23). Todavia, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 66, de 13 de julho de 2010, que retirou do ordenamento jurídico o instituto da separação judicial, não mais “[...] *cabe ao Estado impor a forma como a família irá se constituir, muito menos poderá normatizar sobre as causas que servem como motivação à sua desconstituição ou impor a união perpétua* [...]” (PEREIRA, 2012, p. 184)

Dessa feita, não existindo mais o instituto da separação judicial na legislação pátria e, por conseguinte, da culpa, estão derogados pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010, os arts. 1.702 e 1.704 do Código Civil. Assim, Maria Berenice Dias constata o fim da distinção dos alimentos em naturais e civis, não podendo mais os alimentos serem achatados em razão da decretação de culpa do alimentado (DIAS, 2013, p. 24).

Parece, entretanto, que essa afirmação merece uma ressalva: os alimentos instituídos por legado, regulados no art. 1920 do Código Civil. O legado é uma sucessão a título singular, na qual o testador, no exercício de sua vontade, deixa um bem a certa pessoa, semelhante à doação, com a diferença de ser unilateral e só se efetivar a partir da abertura da sucessão (SIMÃO e TARTUCE, 2012, p. 356). No caso do legado de alimentos, o Código dispõe que o testador pode instituir em favor do legatário somente os valores indispensáveis à subsistência do mesmo; tratando-se, portanto, de alimentos naturais, que, salvo melhor juízo, ainda subsistem nesse aspecto.

Superada a classificação dos alimentos quanto à natureza, passa-se à classificação dos alimentos quanto à sua causa jurídica, quais sejam a lei, a vontade e o delito. A obrigação alimentar fundada na lei é a decorrente do parentesco, do casamento ou da união estável; na vontade, pode ser uma declaração de vontade *inter vivos*, cujo exemplo clássico é a doação, ou *causa mortis*, que é o legado de alimentos, comentado anteriormente. Os alimentos devidos em razão de um delito, por sua vez, são em realidade indenizatórios do dano causado pelo delito.

De se destacar que dos três tipos de alimentos comentados, a jurisprudência é pacífica no entendimento de que apenas os alimentos decorrentes de lei, regulados pelo Direito de Família, admitem a prisão civil do devedor de alimentos, pela interpretação restritiva realizada do dispositivo constitucional que permite a pensão, não tendo aplicação às demais espécies de alimentos (GONÇALVES, 2011, p. 503-504)¹.

No tocante à classificação dos alimentos quanto à finalidade, têm-se os alimentos definitivos ou regulares, estabelecidos pelo juiz em sentença ou em acordo formulado pelas partes e homologado pelo magistrado, os provisórios, fixados liminarmente no despacho que recebe a ação de alimentos; e os provisionais, fixados pelos juiz em medida cautelar.

Para a fixação dos alimentos provisórios, é necessário que o alimentando, ao propor a ação, faça uma prova do parentesco, casamento ou união estável. A Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, ao disciplinar a matéria em seu art. 4º, dispõe que, quando do recebimento da inicial, o juiz deve fixar os alimentos provisórios, a não ser que ela expressamente declare que deles não necessita (BRASIL, 1968).

Quanto ao momento da prestação, os alimentos dividem-se em futuros, pretéritos e atuais. Futuros são os alimentos devidos a partir da prolação da sentença (CAHALI, 2013, p. 26); pretéritos, anterior ao ajuizamento da ação; e atuais, a contar da entrada do processo. Carlos Roberto Gonçalves (2011, p. 506) ressalva que os alimentos pretéritos não foram abarcados pela legislação brasileira, entendendo-se que se o alimentando sobreviveu sem o auxílio do alimentante – sem interessar as condições – não há como pleitear posteriormente esses alimentos.

Com relação à modalidade, a obrigação alimentar pode ser própria ou imprópria. Diz-se própria quando o adimplemento da prestação dá-se pelo fornecimento ao alimentado de tudo o que necessita para sua sobrevivência, prevista no art. 1.701 do Código Civil. Por outro lado, a obrigação é imprópria quando é fornecido o meio para aquisição dos bens necessários a sobrevivência.

¹ Alimentos. Prisão. A possibilidade de determinar-se a prisão, para forçar ao cumprimento de obrigação alimentar, restringe-se a fundada no direito de família. Não abrange a pensão devida em razão de ato ilícito. (REsp 93948/SP, Rel. Ministro Eduardo Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 02/04/1998, DJ 01/06/1998, p. 79) *Também nesse sentido:* Habeas corpus. Prisão civil. Pensionamento decorrente de condenação por ato ilícito (acidente de trânsito). Descabe a prisão civil pelo não pagamento de alimentos, quando o pensionamento tem origem em obrigação decorrente de ato ilícito, no caso, acidente de trânsito. Medida admitida apenas quando a verba alimentar decorre de relações parentais. Interpretação restritiva do art. 5º, LXVII, da Constituição Federal, que trata da prisão civil e diz respeito apenas às relações familiares. Precedentes do colendo STJ. Ordem concedida. (RIO GRANDE DO SUL, 2009a)

1.3 Pressupostos da obrigação alimentar

Para o estabelecimento da obrigação alimentar, é necessária a verificação de pressupostos trazidos pela própria legislação, nos arts. 1.694 e 1.695 do Código Civil, *in verbis*:

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento. (BRASIL, 2002)

Da leitura dos dispositivos, extrai-se que, para a fixação da obrigação alimentar, faz-se necessária a existência de um vínculo de parentesco entre alimentando ou alimentante, ou de vínculo decorrente de casamento ou união estável, além da necessidade do alimentando e a possibilidade do alimentante em prestar os alimentos, com a proporcionalidade entre necessidade e possibilidade.

A necessidade do alimentando verifica-se quando esse não consegue manter sua condição social com seu próprio trabalho ou com o rendimento de seus bens. Após o desaparecimento do instituto de culpa, não há mais nenhuma ressalva quanto ao motivo do alimentando se encontrar em necessidade. Nesse sentido, Cahali (2013, p. 500) destaca que

[...] pouco importava a causa em razão da qual o alimentando teria sido reduzido à condição de necessitado, não se lhe recusando alimentos ainda que o fosse por culpa sua; impende considerar apenas o momento atual, desde que se apresente sem bens e não tenha possibilidade de prover com o seu trabalho e sustento próprio.

Em se tratando de alimentando menor de idade, porém, a necessidade é legalmente presumida, não devendo o alimentando provar sua necessidade quando do ajuizamento da ação de alimentos.

De outro lado, a obrigação alimentar só é passível de existência quando o alimentante possuir capacidade econômica de prestar os alimentos sem prejuízo de sua própria sobrevivência. Para aferição da capacidade econômica do alimentante, deve-se apurar o patrimônio líquido, diminuído os débitos, porque se o devedor de alimentos é insolvente, não há como se instituir a obrigação alimentar contra ele.

Quando da fixação da pensão alimentícia, o magistrado deve sempre atentar ao princípio da proporcionalidade, pelo qual o valor da pensão é um equilíbrio entre a necessidade do alimentando e a possibilidade do alimentante. O dispositivo dá total liberdade ao magistrado, que deve encontrar a melhor solução em cada caso concreto, não subsistindo mais os antigos entendimentos jurisprudenciais, que fixavam proporções fixas matemáticas em relação à renda do alimentante.

1.4 Características da obrigação alimentar

A obrigação alimentar, em razão de sua própria natureza, é ímpar, diferindo-se das demais dívidas civis com características únicas. Dentre as inúmeras características da obrigação alimentar, vê-se, a seguir, apenas as que se reputam mais importante para a compreensão dessa especialidade da obrigação alimentar.

1.4.1 Alimentos como direito personalíssimo

Não há como não começar mencionando que o direito aos alimentos guarda natureza personalíssima. Por se destinar à manutenção da vida, os alimentos são um direito pessoal, não sendo passível de transferência por negócio ou fato jurídico.

1.4.2 Irrenunciabilidade e indisponibilidade

Por se tratar de um direito personalíssimo, consequentemente a obrigação alimentar é irrenunciável e indisponível. Tal característica é regulada pelo Código Civil, que dispõe no art. 1.707 que é vedado ao credor renunciar aos alimentos; podendo, porém, não exercer seu direito. Isso significa que *“o que ninguém pode fazer é renunciar a alimentos futuros, a que faça jus, mas aos alimentos devidos e não prestados, o alimentando pode renunciar, pois lhe é permitido expressamente deixar de exercer o direito a alimentos; a renúncia posterior é, portanto, válida.”* (GOMES, 2001, p. 329).

A despeito de tal disposição legal, a doutrina e a jurisprudência tem entendido, majoritariamente, que a irrenunciabilidade é limitada às obrigações decorrentes do vínculo por parentesco, não abrangendo as oriundas do casamento ou união estável². Nesse ensejo, a III Jornada de Direito Civil aprovou o enunciado nº 263, reconhecendo que a irrenunciabilidade prevista no art. 1.707 do Código Civil diz respeito somente aos alimentos advindos do parentesco (AGUIAR JR., 2007, p. 58).

Na defesa de tal posicionamento, Cahali (2013, p. 268) argumenta que o art. 1.707 do Código refere-se ao art. 1.694, que estabelece a obrigação recíproca entre cônjuges e companheiros em pedir alimentos. Com o divórcio ou dissolução de união estável, tal dever de mútua assistência alimentar deixa de existir, assim o art. 1.707 não se aplica às obrigações não advindas de parentesco.

Outra justificativa dada, ampara-se no princípio da liberdade – se ao término do casamento ou da união estável a pessoa, maior de idade e capaz, com rendas e bens suficientes à sua sobrevivência, decide por livre e espontânea vontade renunciar aos alimentos, não pode o Estado intervir na decisão (PENA JR., 2008, p. 338-339).

No entanto, em razão da literal disposição do Código, há autores que defendem que os alimentos são irrenunciáveis, sem nenhuma exceção em razão da origem da obrigação, porque consagram o direito à vida, ao qual ninguém pode renunciar ou dele dispor (DIAS, 2013, p. 27). Para Paulo Lôbo (2011, p. 375)

[...] os ex-cônjuges e os ex-companheiros podem dispensar os alimentos sem renunciá-los, exigindo-os quando houver necessidade, salvo, seguindo a orientação que já tinha sido firmada no STF, quando tiver ficado com bens ou rendas suficientes para se manter, por ocasião da separação. Fora desta última hipótese, qualquer cláusula de renúncia, apesar da autonomia dos que a celebraram, considera-se nula, podendo o juiz declará-la de ofício.

Dessa feita, percebe-se que a questão da irrenunciabilidade dos alimentos ainda não encontrou posicionamento definitivo entre os doutrinadores brasileiros, havendo uma

² Processual civil. Embargos declaratórios. Recebimento como agravo regimental. Renúncia. Alimentos decorrentes do casamento. Validade. Partilha. Possibilidade de procrastinação na entrega de bens. Participação na renda obtida. Requerimento pela via própria.

1. Admitem-se como agravo regimental embargos de declaração opostos a decisão monocrática proferida pelo relator do feito no Tribunal, em nome dos princípios da economia processual e da fungibilidade.

2. A renúncia aos alimentos decorrentes do matrimônio é válida e eficaz, não sendo permitido que o ex-cônjuge volte a pleitear o encargo, uma vez que a prestação alimentícia assenta-se na obrigação de mútua assistência, encerrada com a separação ou o divórcio.

3. A fixação de prestação alimentícia não serve para coibir eventual possibilidade de procrastinação da entrega de bens, devendo a parte pleitear, pelos meios adequados, a participação na renda auferida com a exploração de seu patrimônio.

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, a que se nega provimento. (BRASIL, 2009b)

tendência em restringir a aplicação do art. 1.707 do Código Civil, que estabelece também a inaccessibilidade, incompensabilidade e impenhorabilidade dos alimentos, aos advindos das relações de parentesco.

1.4.3 O art. 1.707 do CC: inaccessibilidade, incompensabilidade e impenhorabilidade

Ainda no cotejo do art. 1.707 do Código Civil, tem-se que o crédito decorrente da obrigação alimentar é insuscetível à cessão, compensação ou penhora. A impossibilidade de cessão do crédito alimentar é consequência direta da natureza da obrigação, de direito personalíssimo, em consonância com o art. 286 do Código Civil. Ressalte-se, porém, que não há impedimento para cessão de créditos decorrentes de pensões alimentares vencidas, porque então se trata de crédito comum incorporado ao patrimônio do alimentando (GONÇALVES, 2011, p. 520).

No tocante à compensação, ela não se mostra possível, independente da natureza da dívida oposta, em função da natureza personalíssima da obrigação – “*não se compensa dívida de natureza econômica com dívida de natureza existencial.*” (DIAS, 2013, p. 32). A doutrina e a jurisprudência têm aceitado, todavia, ressalvas a essa incompensabilidade, com o intuito de vedar o enriquecimento ilícito do alimentando³. Dentre as ressalvas admitidas, cita-se aqui a compensação de valor pago a maior em pensão alimentícia com prestações vincendas⁴ e quando os alimentos provisionais excedem ao valor dos alimentos definitivos

³ Recurso especial. Execução de prestação alimentícia sob o rito do art. 733 do CPC. Limites da matéria de defesa do executado e liquidez dos créditos deste. Prequestionamento. Ausência. Compensação de dívida alimentícia. Possibilidade apenas em situações excepcionais, como in casu. Recurso especial não conhecido.

1. É inviável, em sede de recurso especial, o exame de matéria não prequestionada, conforme súmulas ns. 282 e 356 do STF. 2. Vigora, em nossa legislação civil, o princípio da não compensação dos valores referentes à pensão alimentícia, como forma de evitar a frustração da finalidade primordial desses créditos: a subsistência dos alimentários. 3. Todavia, em situações excepcionalíssimas, essa regra deve ser flexibilizada, mormente em casos de flagrante enriquecimento sem causa dos alimentandos, como na espécie. 4. Recurso especial não conhecido. (BRASIL, 2008)

⁴ Civil. Família. Alimentos. Compensação com despesas relacionadas com o alimentado. Possibilidade.

1. No direito das obrigações, o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa, nos termos do artigo 313 do código civil. De outra sorte, não se pode desconsiderar as despesas suportadas pelo genitor em prol do menor, para o exercício de atividades voltadas ao seu desenvolvimento físico, psíquico e intelectual, sob pena de favorecer a genitora do menor com eventual enriquecimento sem causa.

2. Repele-se a alegação de que toda e qualquer despesa que não tenha sido realizada pelo genitor por meio de depósito em pecúnia, a título de pensão alimentícia, deve ser tida como mera liberalidade do devedor e, portanto, como supérflua. A toda evidência, deve-se ter um juízo de razoabilidade e bom senso como diretrizes para a análise da compensação postulada, razão pela qual a doutrina e a jurisprudência tem se inclinado para a relativização da regra da incompensabilidade de alimentos descrita nos artigos 373, ii, e 1.707 do código civil, principalmente para o caso de débitos de mesma origem.

fixados em sentença⁵. Observa-se, portanto, que a compensação dos alimentos ocorre apenas com dívidas de mesma causa.

Por força do motivo fundante da obrigação alimentar, qual seja a sobrevivência do alimentando, não se admite, via de regra, a penhora dos créditos decorrentes dessa obrigação, ainda que pretéritos, posto que “[...] *o envelhecimento da dívida não muda seu caráter alimentício* [...]” (ASSIS, 2013, p. 145). Maria Berenice Dias (2013, p. 31) aponta, no entanto, que a penhora pode ser admitida quando se tratar de dívida de natureza alimentar, porque são créditos da mesma natureza.

Quanto à possibilidade de penhorar parte do valor dos alimentos naturais, porque uma parcela não é indispensável à sobrevivência do alimentando, cabe transcrever a lição de Orlando Gomes (2001, p. 432-433):

Pretende-se que a proteção legal não se estenda à totalidade do crédito, no pressuposto de que, prestados alimentos civis, há sempre uma parte que não corresponde ao *necessarium vitae*, mas a dissolução é inadmissível. Os alimentos são impenhoráveis no *estado de crédito*, a impenhorabilidade não acompanhando os bens em que forem convertidos. A penhora pode recair na soma de alimentos proveniente do recebimento de prestações atrasadas. Não há regras que disciplinem especificamente tais situações, mas o juiz deve orientar-se pelo princípio de que a impenhorabilidade é garantia instituída em função da finalidade do instituto. (*grifo do autor*)

Com efeito, conclui-se que as características estabelecidas pelo art. 1.707 do Código Civil, quais sejam a irrenunciabilidade, indisponibilidade, inaccessibilidade, incompensabilidade e impenhorabilidade, não são, na prática, absolutas, mas devem sempre orientar o magistrado, porque visam resguardar o direito aos alimentos do necessitado.

1.4.4 Transmissibilidade

Até a entrada em vigor do Código Civil de 2002, a obrigação alimentar era intransmissível, salvo quando se tratava de dever alimentar entre cônjuges, consoante disposição do art. 23 da Lei do Divórcio. A legislação novel, por sua vez, dispôs no art. 1.700

3. Apelação do embargado não provida. Apelação do embargante provida para acrescentar na compensação postulada as demais despesas efetivamente realizadas com o menor. (DISTRITO FEDERAL, 2012)

⁵ Execução. Pensão alimentícia reduzida em segundo grau, retroagindo sua eficácia à data da citação (art. 13, §2º da Lei nº 5478/68). Valores pagos a mais pelo alimentante. Pleito de compensação e realização de novo cálculo do débito alimentar. Deferimento. Possibilidade no caso. Decisão mantida. Recurso desprovido. (SÃO PAULO, 2005)

que “A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.694.” (BRASIL, 2002).

Diante da inovação do dispositivo, a doutrina dividiu-se quanto à abrangência do mesmo. Em síntese, têm-se três pensamentos no que tange à transmissibilidade: transmitem-se apenas as prestações vencidas e não quitadas quando da morte do *de cujus*, transmite-se a obrigação de prestar alimentos já estabelecida, ou transmite-se o dever de prestar alimentos (DIAS, 2013, p. 37).

Cahali (2013, p. 79-82) recomenda que a interpretação deste dispositivo seja racional e cuidadosa. Inicialmente, ele deixa claro que não há dúvidas de que as prestações vencidas e não pagas são transmitidas, até porque representam uma dívida civil comum. Entende também que é transmissível a obrigação alimentar já disposta em convenção ou decisão judicial, mas a transmissão do dever de prestar alimentos só é possível “[...] *em casos excepcionais em que a dependência do alimentado seja manifesta, haja prova cabal do cumprimento voluntário dos deveres de socorro e sustento e não tenha o credor condições mínimas de se sustentar após a morte do alimentante [...]*” (CAHALI, 2013, p. 81). Maria Berenice Dias (2013, p. 38-39), por sua vez, defende a transmissibilidade do dever de prestar alimentos, podendo ser ajuizada a ação de alimentos após a morte do *de cujus*.

Nesse diapasão, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no julgamento do Agravo de Instrumento nº 70029149432⁶, decidiu pela possibilidade da transmissão da obrigação alimentar, diante da necessidade da alimentanda e da existência de indícios de que a alimentada dependia do *de cujus*. O Superior Tribunal de Justiça, entretanto, tem se posicionado pela admissão da transmissão das prestações vencidas e não pagas, bem como das vencidas após a morte do autor da herança⁷, mas, se a obrigação não estiver instituída

⁶ Agravo de instrumento. Ação de reconhecimento de união estável, cumulada com pedido de alimentos. Antecipação de tutela. A obrigação alimentar, conforme disposto no art. 1700 do CC, transite-se aos herdeiros do devedor, não se exigindo seja pré-existente quando do óbito do *de cujus*, com quem a recorrida mantinha, tudo indica, união estável de trinta anos, com relação de dependência, estando, presentemente em razão da idade avançada e por não trabalhar, necessitando alimentos já que, não procedida a partilha, os bens do espólio se encontram sob administração dos herdeiros. Alimentos provisórios que devem persistir até efetivação da partilha dos bens. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (RIO GRANDE DO SUL, 2009)

⁷ Direito civil. Obrigação. Prestação. Alimentos. Transmissão. Herdeiros. Art. 1.700 do novo código civil.

1 - O espólio tem a obrigação de prestar alimentos àquele a quem o *de cujus* devia, mesmo vencidos após a sua morte. Enquanto não encerrado o inventário e pagas as quotas devidas aos sucessores, o autor da ação de alimentos e presumível herdeiro não pode ficar sem condições de subsistência no decorrer do processo. Exegese do art. 1.700 do novo Código Civil.

2 - Recurso especial conhecido mas improvido. (BRASIL, 2004)

anteriormente à morte do *de cuius*, a corte não admite a transmissão, sob o pretexto de se tratar de direito personalíssimo⁸.

Com relação ainda à transmissibilidade da obrigação alimentar, tem-se que a transmissão encontra-se limitada pela força da herança, em consonância com o art. 1.792 do Código Civil, não podendo os herdeiros serem pessoalmente responsabilizados pela obrigação alimentar (CAHALI, 2013, p. 81). Ademais, a transmissão limita-se ao primeiro grau, não sendo transmitida aos herdeiros do herdeiro da obrigação.

O art. 1.700 do Código Civil ainda traz uma última situação curiosa: a do alimentando que também é herdeiro. Para melhor compreensão da realidade do dispositivo, segue um exemplo: A é pai de B, C e D, sendo que o último é menor de idade e é credor de obrigação alimentar, cujo devedor é A. Por uma fatalidade, A morre após a vigência do Código Civil de 2002, deixando B, C e D como seus únicos herdeiros. Realizando-se uma interpretação literal do art. 1.700 do Código Civil, B, C e D têm direito a um quinhão hereditário igual, mas D tem direito ainda a perceber sua pensão alimentícia, o que no entendimento de alguns autores, é uma violação ao princípio da igualdade substancial dos quinhões.

Dentre as soluções apresentadas por diversos autores, a que mais tem encontrado eco na doutrina é a de Zeno Veloso (2003, p. 40), que preconiza que o art. 1.700 do Código Civil não tem aplicação se o credor da obrigação alimentar for também herdeiro do devedor. Venosa (2010, p. 384) defende ainda que a modificação de redação dada pelo Projeto de Lei nº 6.960, ainda não aprovado, é a interpretação que, para ele, melhor se amolda ao ordenamento jurídico atual: “*A obrigação de prestar alimentos decorrente do casamento e da união estável transmite-se aos herdeiros do devedor, nos limites das forças da herança, desde que o credor da pensão alimentícia não seja herdeiro do falecido.*”. Merece destaque o posicionamento contrário de Maria Berenice (DIAS, 2013, p. 37-38), que repudia qualquer

⁸ Agravo regimental. Recurso especial. Representação processual. Elementos dos autos que confirmam a regularidade. Ação de alimentos. Espólio. Legitimidade. Obrigação alimentar inexistente antes da morte do autor da herança.

1. Se o ato processual, ainda que praticado de forma irregular, cumpre o fim a que se destina, deve ser aproveitado, em homenagem ao princípio da instrumentalidade das formas.

2. "Inexistindo condenação prévia do autor da herança, não há por que falar em transmissão do dever jurídico de prestar alimentos, em razão do seu caráter personalíssimo e, portanto, intransmissível". (REsp 775180/MT, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2009, DJe 02/02/2010)

3. Agravo regimental provido.

4. Recurso especial provido. (BRASIL, 2010b)

limitação na interpretação do dispositivo, de ampla abrangência, consagrando a transmissibilidade.

Por fim, ressalte-se que a transmissibilidade da obrigação alimentar, nos ditames do art. 1.700 do Código Civil, só se opera nos inventários cuja abertura da sucessão ocorreu após a entrada em vigor do Código, por força do art. 1.787.

1.4.5 Irrepetibilidade

A irrepetibilidade dos alimentos, significa que uma vez que eles sejam pagos, não importa se provisórios ou definitivos, são irrestituíveis, porque a finalidade dos alimentos é suprir as necessidades do alimentando. Ainda que seja reconhecido que quem pagou os alimentos não era de direito o verdadeiro devedor, só cabe a ele ação de regresso contra o verdadeiro obrigado.

Se o credor da obrigação alimentar agir de má-fé, no entanto, doutrina e jurisprudência têm admitido a repetição dos alimentos, porque, caso contrário, estar-se-ia privilegiando o enriquecimento ilícito do credor da obrigação. Assim, quando, por exemplo, a credora de uma obrigação alimentar contrai novo matrimônio, a jurisprudência tem decidido que “*ausente a licitude na conduta da credora, deve ela restituir ao suposto devedor a verba alimentar indevida e lícitamente recebida ao longo do tempo, a partir da sociedade afetiva que o ex-cônjuge desconhecia.*” (SANTA CATARINA, 2008b)⁹.

⁹ Direito de família. Exoneração de alimentos c/c repetição de indébito. Improcedência em 1º grau. Inconformismo do autor. Fato ensejador de exoneração alimentar. União estável da credora alimentícia. Acolhimento. Repetição de indébito. Matéria subordinada à boa-fé e eticidade. Credora que ardilosamente não comunica sua nova sociedade afetiva, continuando a receber pensão acordada em casamento desfeito. Enriquecimento ilícito. Devolução das quantias pagas a partir da causa exoneratória. Litigância de má-fé. Dolo processual. Incomprovação. Justiça gratuita. Ausência de prova em contrário. Benefício concedido. Recurso parcialmente provido.

Tendo a requerida, após o casamento desfeito, instaurada nova sociedade afetiva, impõe-se a exoneração alimentar do devedor para com a alimentada, a teor do art. 1.708 do CC. Se os princípios da boa-fé e da eticidade subjugam a relação pós-matrimônio entre ex-cônjuges, a alimentada tem obrigação de comunicar ao alimentante a cessação de seu crédito alimentício, sob pena de pagamento indevido do devedor para a credora através de ardil que leva ao locupletamento ilícito. Ausente a licitude na conduta da credora, deve ela restituir ao suposto devedor a verba alimentar indevida e ilicitamente recebida ao longo do tempo, a partir da sociedade afetiva que o ex-cônjuge desconhecia. Incomprovado o dolo processual da parte, afasta-se a condenação por litigância de má-fé. A parte tem direito aos benefícios da justiça gratuita quando afirmar que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios sem prejuízo próprio. (SANTA CATARINA, 2008b).

1.4.6 Reciprocidade

O art. 1.696 do Código Civil prevê que “*o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta dos outros.*” (BRASIL, 2002). Dessa forma, tem-se que o dever de assistência é mútuo, não significando que a pessoa que percebe alimentos deve ao mesmo tempo prestá-los, mas que “[...] *o devedor alimentar de hoje, pode tornar-se credor alimentar no futuro [...]*” (CAHALI, 2013, p. 111) em razão da mudança da condição econômica de alimentando e alimentante.

1.4.7 Irretroatividade

A irretroatividade dos alimentos diz respeito ao termo inicial da obrigação alimentar. Majoritariamente, a doutrina posiciona-se pela impossibilidade de se pedir alimentos pretéritos, porque se a pessoa sobreviveu sem os alimentos até então, não há motivo requerê-los ao alimentante. Rizzardo (RIZZARDO, 2011, p. 657) aponta que o credor dos alimentos tem o dever de pedi-los oportunamente, não podendo onerar o alimentante com encargos passados.

Não obstante os posicionamentos doutrinários, a irretroatividade dos alimentos foi regulada pela Lei dos Alimentos, que dispõe no §2º do art. 13 que “*em qualquer caso, os alimentos fixados retroagem à data da citação*” (BRASIL, 1968).

1.4.8 Imprescritibilidade

O direito aos alimentos é imprescritível. Presentes os pressupostos da obrigação alimentar, o necessitado pode a qualquer tempo propor a ação de alimentos. Deve-se atentar para a diferenciação entre o direito aos alimentos e os alimentos devidos. O primeiro é imprescritível, mas o direito às prestações devidas e não pagas, prescreve em dois anos a contar da data em que se venceram, nos termos do art. 206, §2º do Código Civil (BRASIL, 2002).

1.4.9 Solidariedade e divisibilidade

O Código Civil, ao tratar de obrigação solidária, dispôs em seu art. 265 que a solidariedade nunca será presumida, sendo sempre resultante da vontade das partes ou da lei. Assim, não havendo disposição legal ou vontade das partes, a obrigação alimentar é divisível, devendo ser “[...] *dividida entre todos os coobrigados, só sendo excluído algum codevedor se demonstrar não ter condições econômicas financeiras para atender ao pleito alimentar.*” (MADALENO, 2011, p. 846).

Dessume-se, portanto, que, em sendo vários os devedores de uma obrigação alimentar, todos devem concorrer com sua cota alimentar, não havendo solidariedade entre eles. Destaque-se apenas que a cota, em razão do binômio necessidade e possibilidade, deve ser fixada em relação a cada devedor. Assim, a depender das condições financeiras de cada devedor, pode o montante a que cada um fica obrigado ser diferente.

No entanto, em sendo o credor dos alimentos idoso, o Estatuto do Idoso dispõe a solidariedade da obrigação alimentar em seu art. 12, permitindo ao necessitado escolher qualquer um dos possíveis obrigados, que deve responder inteiramente pela obrigação, mas tem ação de regresso contra os demais.

1.5 A principiologia constitucional fundante da obrigação alimentar

Após a conceituação do instituto jurídico dos alimentos, com a elucidação das principais características que tornam a obrigação alimentar única, é imperiosa a análise da Constituição Federal, para melhor compreensão do fundamento e da destacada importância da obrigação alimentar.

Para tanto, deve-se estudar os princípios constitucionais que regem o Direito de Família e todos seus diversos institutos, em especial a obrigação alimentar. Com fins didáticos, Paulo Lôbo (2011, p. 60) dividiu os princípios constitucionais em fundamentais e gerais. Os princípios tomados como fundamentais pelo autor, estruturantes de toda a ordem jurídica em que vivemos, são os da dignidade da pessoa humana e da solidariedade, sendo os demais classificados como gerais.

O princípio da dignidade da pessoa humana, trazido na Constituição Federal como fundamento do Estado Democrático de Direito (art. 1º, inciso III), é oriundo da doutrina kantiana, consubstanciando-se no

[...] reconhecimento de que não importa quais sejam as circunstâncias ou qual o regime político, todo ser humano deve ter reconhecido pelo Estado o seu valor como pessoa, e a garantia, na prática, de uma personalidade que não deve ser menosprezada ou desdenhada por nenhum poder. [...] Trata-se de necessidades humanas determinadas pela sua natureza, e que nenhum Estado tem o poder de modificar. (PEREIRA, 2012, p. 118).

Por tal princípio, não pode ser aceita nenhuma prática que dê ao ser humano o mesmo tratamento dado a uma coisa. No seio da família, isso significa que cada pessoa tem o direito de realizar e ver respeitada sua dignidade, bem como o dever de respeitar a dignidade do outro.

Como expressão direta e prática da dignidade da pessoa humana na obrigação alimentar, tem-se a questão da culpa na fixação dos alimentos. Maria Berenice Dias (2013b) entende que diminuir os alimentos em razão da culpa pela separação do alimentando viola a dignidade da pessoa humana, significando, na prática, “[...] *condenar à morte quem cometeu o crime de se afastar do casamento.*”.

Como princípio fundamental, tem-se ainda a solidariedade, expressamente prevista no inciso I do art. 3º da Constituição Federal, que se constitui em um objetivo da República Federativa do Brasil. A solidariedade surgiu como um dever moral – a elevação dela a princípio a partir da Carta Magna de 1988, significa superar o modelo de individualismo jurídico, característica marcante do liberalismo (PEREIRA, 2012, p. 224).

A solidariedade perpassa todos os institutos jurídicos do Direito de Família, mas é no campo da obrigação alimentar em que ela se expressa mais plenamente. O dever de mútua assistência entre os cônjuges, previsto legalmente no art. 1.566, inciso III do Código Civil, é imposto pela solidariedade que deve nortear todas as relações familiares, que “[...] *só podem se sustentar e se desenvolver em ambiente recíproco de compreensão e cooperação, ajudando-se mutuamente sempre que se fizer necessário.*” (MADALENO, 2011, p. 90).

A obrigação alimentar entre os parentes, por sua vez, também se funda na solidariedade, materializada nos arts. 226, 227, 229 e 230 da Carta Magna, que impõem o dever de assistência material de crianças e idosos à família, à sociedade e ao Estado.

Há ainda um sem número de princípios tratados por Lôbo e outros autores como gerais, cujo emaranhado sustenta o Direito de Família e sempre deve nortear o julgador na

aplicação do Direito no caso concreto. Veremos aqui, entretanto, tão somente os diretamente pertinentes à obrigação alimentar.

O princípio da responsabilidade no Direito de Família significa responsabilizar o sujeito por seus atos, sendo o contra balanço da liberdade – “[...] *sou mais livre na medida em que sou mais responsável pelos meus atos.*” (PEREIRA, 2012, p. 234).

Ele se desdobra na paternidade responsável, prevista no arts. 227, §7º e 229, que corresponde à responsabilização dos pais pela criação dos seus filhos, tenham eles sido planejados ou não, e no dever dos filhos maiores de idade para com os pais, quando idosos, carentes ou enfermos.

Rodrigo da Cunha Pereira (2012, p. 243) destaca que tal princípio tem uma forte expressão econômica, político e social, porque, ao responsabilizar os pais pela criação de seus filhos, o Estado evita a proliferação de crianças nas ruas, e, por consequência, o aumento da criminalidade, doenças, dentre outros. Mesmo porque, por força do princípio da solidariedade, se os pais não ampararem os filhos e esses, por seu lado, não ampararem os pais, é a sociedade e, em última instância o Estado, que têm o dever de sustento.

Havendo a responsabilização dos membros da entidade familiar, é óbvio que o ordenamento jurídico deve prever uma sanção ao descumprimento dessa obrigação. A sanção para a irresponsabilidade enquanto obrigação de sustento está prevista no Código Penal (BRASIL, 1940), que tipifica no art. 244 a conduta de

Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Como consectário lógico do princípio da dignidade da pessoa humana, há o princípio da igualdade (art. 5º da Constituição), que dispõe a igualdade de todos perante a lei. Tradicionalmente aponta-se que a igualdade pode ser formal ou material. A igualdade formal é considerar que todos são iguais, mas a igualdade material considera a unicidade de cada pessoa, sendo natural a existência de diferenças biológicas, psicológicas e materiais, que devem ser respeitadas, de modo a não legitimar “[...] *tratamento jurídico desigual ou assimétrico no que diz respeito à base comum dos direitos e deveres*” (GAMA, 2008, p. 73).

Nesse ensejo, a Constituição Federal conferiu especial proteção à criança, ao adolescente e ao idoso. No que tange à obrigação alimentar, o Estatuto do Idoso (BRASIL,

2003) estabeleceu em seu art. 12, já discutido, que, sendo o credor dos alimentos idoso, torna-se a obrigação solidária, podendo o idoso optar por qualquer dos possíveis prestadores, limitada sua escolha apenas ao parentesco colateral até o segundo grau, em razão do Código Civil.

Tal liberdade na escolha do prestador dos alimentos, significa maior efetividade e agilidade na prestação jurisdicional, buscando

[...] eliminar também no âmbito do direito material os habituais entraves que costumam postergar no tempo as ações que envolvam pessoas idosas e necessidades de alimentos, justamente numa idade em que muitas vezes, com sua mente e seu corpo já cansados, não mais encontram tempo e forças para concorrerem em igualdade de condições com o recalcitrante alimentante. (MADALENO, 2011, p. 76).

Por último, tem-se o princípio da liberdade, também conhecido como autonomia, que concede às pessoas, no âmbito de sua família, o livre poder de escolha para constituição, realização e extinção da entidade familiar. Tal liberdade só surgiu com a Constituição de 1988, posto que, até então, a legislação era extremamente rígida, buscando preservar uma família matrimonial e patriarcal.

Em decorrência da liberdade, passando a largo da discussão acerca da natureza pública ou privada do Direito de Família, entende-se que o Estado deve intervir o mínimo possível no seio familiar. Nesse sentido, Rodrigo da Cunha (2012, p. 178) adverte que o poder de fiscalização e controle do Estado, que pode e deve ser exercido, nunca pode ser utilizado como subterfúgio para restringir a autonomia do indivíduo dentro de sua entidade familiar.

Foi no cotejo do princípio da liberdade que foi editada a Emenda Constitucional nº 66/2010, que, para a doutrina majoritária, acabou com o instituto da culpa, por não ser competência do Estado culpar alguém pelo término do relacionamento, não havendo mais a penalização com a instituição de alimentos naturais, conforme já visto anteriormente.

Além disso, o princípio da liberdade é utilizado como justificativa àqueles que repudiam a irrenunciabilidade dos alimentos trazida pelo novo Código Civil, porque

[...] infantiliza os cônjuges e lhes retira o poder de autodeterminação, até mesmo quando, superados todos os desencontros de um casamento que se inviabilizou, identificam este magro e derradeiro consenso, que é a separação por acordo. (Villela *apud* Pereira, 2012, p. 90).

Diante do arcabouço principiológico analisado, não resta dúvida de que a obrigação alimentar, enquanto expressão máxima de garantia do direito à vida no direito pátrio, encontra guarida na Constituição Federal, que reservou à matéria, com razão, tratamento especial, no intuito de proteger o credor da obrigação alimentar.

Nesse afã, é a dívida civil decorrente da obrigação alimentar a única que enseja prisão no ordenamento jurídico, por força do art. 5º, inciso LXVII da Constituição, interpretado conforme o Pacto de São José da Costa Rica. Esse tratamento especial dado à matéria não é por acaso: garantir a efetividade deste direito fundamental, que se traduz na obrigação alimentar, com a celeridade necessária, mostra-se no dia a dia forense tarefa das mais difíceis, que ainda não encontrou resposta.

Assim, demonstra-se pertinente qualquer preocupação com a efetividade do processo de execução na área de alimentos, que será abordado na continuação, por ser o instrumento que possibilita concretizar o direito alimentar, para que ele seja menos um “*calvário*” (MADALENO, 2000) para o credor da obrigação, e mais uma prestação periódica certa, com a qual o credor pode contar para garantir sua sobrevivência.

2 A EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

2.1 Breve introdução à execução civil

O direito processual civil brasileiro está alicerçado na dicotomia entre a tutela de accertamento ou definição e a de satisfação ou realização (THEODORO JÚNIOR, 2008, p. 33). Entende-se por tutela de accertamento o “[...] *conhecimento dos fatos e na aplicação soberana da norma jurídica adequada ao caso concreto.*” (FUX, 2008, p. 3), já a tutela satisfativa consiste na concreta realização do direito garantido pela tutela de accertamento.

Para melhor elucidação, pode-se analisar, à título exemplificativo, o objeto central deste trabalho: a execução de alimentos. O direito aos alimentos é garantido por uma tutela de accertamento, que se manifesta por meio de uma sentença. Se o devedor não adimplir espontaneamente a obrigação, é que surge a necessidade da tutela satisfativa, que tem o condão de realizar o direito.

Com o fito de atingir a plena satisfação do credor, a tutela executiva utiliza-se dos meios de sub-rogação e coação. Sub-rogação é quando o Estado se substitui ao devedor adimplindo a obrigação às expensas do último, na coação o Estado “[...] *pressiona o devedor ameaçando impor-lhe um sacrifício pessoal (prisão) ou patrimonial (multa diária)* [...]” (FUX, 2008, p. 07).

A doutrina concebe tradicionalmente a coação como uma forma de execução indireta, por não ser uma medida executiva propriamente dita (THEODORO JÚNIOR, 2008, p. 53). Marinoni (2012, p. 71), entretanto, defende que a coação é uma forma autêntica de execução, porque tem o propósito de compelir o devedor ao adimplemento da obrigação. Assim, ainda que diferenciada, é a coação uma forma de execução da tutela jurisdicional.

A execução, enquanto forma de assegurar a prestação, objeto do conteúdo da obrigação, possui diversos procedimentos que correspondem à natureza da prestação assegurada pelo título executivo. Assim, cada tipo de obrigação, que compreende a obrigação de entregar coisa certa ou incerta, de fazer ou não fazer e de pagar quantia certa, possui um rito de execução diferenciado.

2.2 Princípios que orientam a execução

Para a compreensão do sistema executivo disposto no ordenamento pátrio, é salutar analisar os princípios próprios que orientam a formação do processo executório. De se ressaltar que, além desses princípios, há os princípios que se estendem por todo o direito, como devido processo legal, contraditório, ampla defesa, dentre outros, que só serão aqui abordados quando apresentarem aspectos peculiares na sua aplicação na execução civil.

2.2.1 Princípio do contraditório

O princípio do contraditório, estatuído pela Carta Magna, é condição de existência em qualquer que seja o processo, ganhando contornos específicos na execução civil. Tal princípio significa a garantia que a Constituição dá à parte do processo de dele participar.

Didier (2011, p. 56) estabelece duas dimensões no princípio do contraditório: a formal e a substancial. A dimensão formal do contraditório consubstancia-se na cientificação da parte de todos os atos do processo, oportunizando sua participação. A dimensão substancial, por outro lado, que é a verdadeira efetivação do contraditório, é a garantia da parte não só em ser ouvida, mas em poder verdadeiramente influenciar na decisão do processo.

Dessa feita, em razão da execução se processar no interesse do exequente, que possui um título líquido, certo e exigível em desfavor do executado, havia uma tendência na doutrina em não admitir a vigência deste princípio no âmbito do processo executivo. Isso, em realidade, era um equívoco: o que não existe na execução é a discussão acerca do crédito do exequente, até porque, em se tratando de título executivo judicial, já ocorreu o processo de conhecimento (WAMBIER, ALMEIDA e TALAMINI, 2005, p. 130).

Como destaca Alexandre Freitas Câmara (2012, p. 155), “*não existe processo sem contraditório, e afirmar o contrário seria negar o conceito de processo.*”. Assim, partindo-se do princípio de que a execução é um processo, ou, em se tratando de cumprimento de sentença, ao menos fase de um processo de conhecimento, não há que se negar a incidência do princípio do contraditório, sob pena de violação ao devido processo legal.

2.2.2 Efetividade da execução *versus* menor onerosidade do devedor

A efetividade não é um princípio que orienta exclusivamente a execução, e sim todo o processo civil. No entanto, é na execução que a efetividade se demonstra mais latente, porque *“a execução forçada, destinada que é a satisfazer o direito de crédito do exequente, só será efetiva à medida que se revelar capaz de assegurar ao titular daquele direito exatamente aquilo que ele tem direito de conseguir.”* (CÂMARA, 2012, p. 153).

Por força desse princípio, o legislador adotou o sistema de execução específica, que procura assegurar ao credor exatamente aquilo a que ele tem direito, em detrimento da execução genérica, onde o credor percebe um substitutivo pecuniário ao objeto da execução, que se admite apenas excepcionalmente nos casos de execução de obrigação de fazer ou não fazer.

A efetividade do processo de execução está insculpida no art. 612 do Código de Processo Civil, que estabelece que a execução é realizada no interesse do credor, com base no título executivo. O interesse do credor encontra limites, porém, em certas garantias dadas ao devedor pela legislação.

O art. 620 do Código de Processo Civil dispõe que *“quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor.”* (BRASIL, 1973). Tal princípio, conhecido também como princípio da economicidade por consubstanciar-se na *“[...] obtenção de um máximo resultado processual, com um mínimo de esforço [...]”* (FUX, 2008, p. 32), decorre da própria origem da execução que, ainda no Império Romano, recaia sobre o próprio corpo do devedor.

Com a evolução da sociedade e, por conseguinte, do Direito, buscou-se dar maiores garantias ao devedor, de forma que a execução incida somente sobre seu patrimônio; sem, contudo, levar o devedor a uma situação incompatível com a dignidade humana. Daí porque o Código de Processo Civil instituiu certas impenhorabilidades no art. 649, de forma a garantir a dignidade do executado.

No entanto, Dinamarco (2005, p. 63-64) adverte que

a regra do art. 620 não pode ser manipulada como um escudo a serviço dos maus pagadores nem como um modo de renunciar o Estado-juiz a cumprir seu dever de oferecer tutelas jurisdicionais adequadas e integrais sempre que possível. A triste realidade da execução burocrática e condescendente, que a longo dos tempos se apresenta como um verdadeiro paraíso dos maus pagadores, impõe que o disposto no art. 620 do Código de Processo Civil seja interpretado à luz da garantia do acesso

á justiça, sob pena de fadar o sistema à ineficiência e pôr em risco a efetividade dessa solene promessa constitucional (Const., art. 5º, inc. XXXV). (...) É imperioso, portanto, estar atento a uma indispensável linha de equilíbrio entre o direito do credor, que deve ser satisfeito mediante imposição de meios executivos, e a possível preservação do patrimônio do devedor, que não deve ser sacrificado além do necessário. Em casos concretos, não havendo um modo de tratar o devedor de modo mais ameno, deve prevalecer o interesse daquele que tem um crédito a receber e não pode contar senão com as providências do Poder Judiciário.

Vê-se, portanto, que conciliar a efetividade da execução, buscando o interesse do exequente, sem onerar excessivamente o devedor, garantindo sua dignidade, é um verdadeiro jogo de equilíbrio, ainda mais quando se trata de execução de alimentos, objeto deste trabalho, posto que da efetividade da execução depende a sobrevivência do alimentando.

2.2.3 Princípio da autonomia

Tradicionalmente a doutrina processual civil trazia o processo de execução como autônomo em relação ao de conhecimento. Isso significava que, após a fase de accertamento, que finalizava com a sentença, se a obrigação não fosse cumprida espontaneamente, o credor deveria ajuizar uma execução, formando uma nova relação processual própria e autônoma (THEODORO JÚNIOR, 2008, p. 58), que, para tanto, necessita de citação.

Com as reformas ocorridas no Código de Processo Civil através das Leis nº 8.953, de 13 de dezembro de 1994, 10.444, de 7 de maio de 2002 e 11.232, de 22 de dezembro de 2005, que buscaram celeridade na prestação jurisdicional e maior efetividade do processo, houve um rompimento à autonomia do processo de execução. A partir de então, o processo de conhecimento não é mais isolado do processo de execução. Assim,

“quem obteve sentença que reconheceu seu direito a receber uma coisa ou uma quantia determinada, não precisa recorrer ao processo de execução. A atividade de realização de seu direito se dará na própria relação jurídica processual em que se proferiu a sentença condenatória, como um complemento da condenação, ou como um efeito imediato dela.” (THEODORO JÚNIOR, 2008, p. 59).

A celeridade trazida com essas reformas significa a desnecessidade de ajuizamento de um novo processo, porque que o cumprimento de sentença ocorre dentro do processo de cognição, constituindo-se apenas como uma fase diferente. Dessa feita, o credor pode requerer a execução sem uma nova citação. Ressalve-se, entretanto, que a quebra da autonomia do processo de execução diz respeito somente à execução de títulos judiciais. No que tange aos títulos extrajudiciais, a execução remanesce como autônoma.

2.2.4 Princípio da titularidade

O Código de Processo Civil consagra o princípio da titularidade em seu art. 586, que estabelece que “*a execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível*” (BRASIL, 1973). Assim, a presença de um título é “*pressuposto do processo válido*” (ASSIS, 2012, p. 112), sendo nula a execução que não o apresentar (*nulla executio sine titulo*), consoante o art. 618, inciso I, do diploma legal.

Por título de obrigação certa, líquida e exigível entende-se que o título não pode ser fundado em obrigação duvidosa, devendo ser certo. A liquidez do título é a delimitação em termos de quantidade e qualidade do objeto da obrigação – “*o devedor deve saber o que deve*” (FUX, 2008, p. 39). A exigibilidade do título significa o inadimplemento do devedor, posto que para ajuizar uma execução, é necessário que o título encontre-se vencido e não quitado.

A função do título executivo, além da própria fundamentação da execução, consiste no delineamento do propósito da execução, que importará também na escolha do procedimento executivo adequado, e na fixação dos limites da execução, delimitando precisamente a obrigação do devedor (THEODORO JÚNIOR, 2008, p. 63-63).

2.2.5 Princípio da responsabilidade patrimonial

Distanciando-se de sua origem histórica, quando o devedor podia ser reduzido à condição de escravo do credor (THEODORO JÚNIOR, 2008, p. 45), hoje a execução civil é norteada pelo princípio da responsabilidade patrimonial, também conhecido como realidade.

Por força desse princípio, o Código de Processo Civil dispôs que “*o devedor responde, para o cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens presentes e futuros [...]*” (BRASIL, 1973). Por conseguinte, o direito processual brasileiro não admite, a rigor, qualquer outra constrição para além do patrimônio do devedor.

A grande exceção constitui-se na prisão civil do devedor de alimentos, enquanto meio de coerção pessoal. Araken de Assis (2012, p. 113) aponta ainda que, em se tratando de coerção patrimonial, como a multa, há também um abrandamento do princípio da

responsabilidade patrimonial, porque tal meio coercitivo, embora recaia sobre o patrimônio do devedor, é, em realidade, uma grande pressão psicológica.

Ainda, o princípio da responsabilidade patrimonial tem seu alcance restringido às situações em que um terceiro à relação tem seu patrimônio comprometido para quitar a dívida do devedor e quando os bens do devedor não respondem pela execução (FUX, 2008, p. 26). O primeiro caso é, por exemplo, o do fiador, que responde inteiramente com seu patrimônio pela dívida do devedor. O segundo se trata das impenhorabilidades, garantidoras da dignidade humana do devedor.

2.2.6 Princípio do resultado

O único objetivo de qualquer execução consiste na satisfação do credor, dando a ele “[...] *aquilo a que ele faz jus segundo o título executivo*” (FUX, 2008, p. 27). Para tanto, é necessário que a execução seja específica, de modo a proporcionar ao credor exatamente o que ele teria direito, segundo o título executivo, se a obrigação tivesse sido adimplida espontaneamente pelo próprio devedor.

Por ser específica, faz-se ainda primordial que haja adequação entre os meios executivos e a obrigação a ser adimplida. Desse modo, os atos executivos do processo legitimam-se na medida em que se harmonizam com o objeto da execução (ASSIS, 2012, p. 119-120).

Nesse ensejo, o Código de Processo Civil estatuiu no §1º de seu art. 461, que “*a obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente*” (BRASIL, 1973). Desse modo, quando se tratar de execução de obrigação de fazer ou não fazer, a execução é convertida em genérica, atribuindo-se um valor ao descumprimento da obrigação pelo devedor, equivalente ao prejuízo sofrido pelo credor com o inadimplemento.

2.2.7 Princípio da livre disponibilidade

Como consequência de a execução correr no interesse do credor, tem-se que o credor tem livre disponibilidade da ação, significando que ele “[...] *tem a faculdade de desistir de toda a execução ou de apenas algumas medidas executivas*” (BRASIL, 1973), nos termos do art. 569 do Código de Processo Civil.

Se não houver embargos que versem sobre o próprio crédito da obrigação, não há sequer a necessidade da anuência do devedor. Assim, a seu tempo e modo, pode o credor desistir da execução sem anuência do devedor, sendo-lhe, no entanto, imposto o pagamento de despesas e honorários advocatícios do devedor.

Havendo embargos que versem sobre o crédito da obrigação, há necessidade de concordância do devedor, e restando, eventualmente, interesse nos embargos que subsistem à extinção da execução, eles prosseguirão como uma espécie de ação de conhecimento.

Agora, sob a ótica desses princípios elencados e examinados *retro*, analisa-se a seguir, os meios executivos disponíveis na legislação brasileira para perseguir o adimplemento da obrigação alimentar.

2.3 Meios de execução da obrigação alimentar

A execução da obrigação alimentar constitui-se, via de regra, em uma execução por quantia certa contra devedor solvente. A exceção, de ocorrência rara no mundo prático, diz respeito aos alimentos prestados *in natura*, conforme o art. 1.701 do Código Civil, que se tratam de obrigação de entregar coisa certa.

Diante da especialidade do conteúdo da obrigação alimentar, que, conforme já visto exaustivamente, visa garantir o direito à vida do alimentando, o legislador trouxe procedimentos correspondentes à natureza da obrigação, buscando atender à efetividade do processo com celeridade.

Com efeito, tem-se no Código de Processo Civil a execução da obrigação alimentar por desconto em folha de pagamento, por expropriação e por coerção pessoal, além do novel rito de cumprimento de sentença, trazido pela nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005, que serão abordados no decorrer deste trabalho.

A execução da prestação alimentícia oriunda dos alimentos *in natura*, por se tratar de execução de obrigação de entregar coisa certa, corresponde ao rito da execução por desapossamento, regulada pelos arts. 461-A e 621 a 628 do Código de Processo Civil, mas não será aqui objeto de estudo.

2.3.1 Eleição do meio executivo

Considerando a literalidade do Código de Processo Civil, não se vislumbra nenhuma distinção entre os meios disponíveis para a tutela da obrigação alimentar, levando o credor a pensar que pode escolher qualquer dos meios, em virtude de não haver gradação entre eles.

Não se pode olvidar, entretanto, que a Lei dos Alimentos estabeleceu uma hierarquia entre os meios executivos. A partir da leitura dos arts. 16 a 19 da citada lei, extrai-se que, primeiramente, o credor deve, sempre que possível, optar pelo desconto em folha de pagamento e, após, pelo desconto “[...] *de alugueres de prédios ou de quaisquer outros rendimentos do devedor* [...]” (BRASIL, 1968).

Somente quando essas medidas não forem possíveis é que a lei estabelece que pode então o credor optar pela expropriação ou prisão civil. Em que pese a Lei de Alimentos não estabelecer uma hierarquia entre a expropriação ou prisão civil, há entendimento no sentido de o credor não poder “[...] *optar entre a prisão e a expropriação, mas obrigatoriamente preferir a expropriação, restando a prisão para a hipótese de a expropriação não ser capaz de gerar efeitos*” (MARINONI e ARENHART, 2012, p. 390).

De outra vertente, Maria Berenice Dias (2013, p. 279) entende que não há ordem de preferência entre os meios executórios, podendo o exequente fazer uso indistinto de qualquer deles. Para ela, fazer com que o credor primeiro busque o desconto em folha de pagamento do executado, depois aluguéis ou outros rendimentos, para então usar a via expropriatória e, só ao fim, utilizar o rito de coerção pessoal, é condená-lo à morte.

Assim, passa-se agora ao estudo dos procedimentos de execução da obrigação alimentar de quantia certa contra devedor solvente, que se resumem no desconto em folha de pagamento ou de rendas, na expropriação, na prisão civil e no cumprimento de sentença.

2.3.2 A execução de alimentos por desconto em folha de pagamento

O art. 734 do Código de Processo Civil prevê que “*quando o devedor for funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa, bem como empregado sujeito à legislação do trabalho, o juiz mandará descontar em folha de pagamento a importância da prestação alimentícia*” (BRASIL, 1973). Tal dispositivo, que se caracteriza como uma forma especial de arresto, porque deixa sob a responsabilidade de um terceiro o numerário para pagamento do que é devido ao credor da obrigação (CAHALI, 2013, p. 701), é de notável efetividade, não se vislumbrando uma formal pela qual o devedor possa inadimplir a obrigação, já que o numerário dos alimentos é descontado diretamente em sua folha de pagamento.

Exsurge da leitura do artigo sua natureza mandamental, posto que o ato do pagamento da pensão alimentícia é transferido a um terceiro, que é o responsável pelo pagamento do salário. Dessa forma, em caso de descumprimento da ordem do juiz, caracteriza-se um ato atentatório da jurisdição, sujeitando o destinatário da ordem à multa, nos termos do art. 14, inciso V e parágrafo único do Código de Processo Civil.

Na busca de garantir ainda mais o cumprimento da ordem, a Lei de Alimentos também tipificou a conduta em seu art. 22, que comina pena de detenção de 6 (seis) meses 1 (um) ano a quem “[...] *se recusa, ou procrastina a executar ordem de descontos em folhas de pagamento, expedida pelo juiz competente*” (BRASIL, 1968)

Se houver uma dissolução do vínculo trabalhista, ou qualquer outro acontecimento que rompa o vínculo entre o destinatário da ordem e o executado, desaparece a obrigação do terceiro em realizar o desconto em favor do exequente¹⁰. Assim, vê-se que o

¹⁰ APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. FALECIMENTO DO EXECUTADO. INTIMAÇÃO DA EXEQUENTE PARA SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO. REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO DA EMPREGADORA DO DE CUJUS. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 267, INCISO IV, DO CPC. EXEGESE DOS ARTS. 43 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E 1.700 DO CÓDIGO CIVIL. TRANSMISSIBILIDADE DO DEVER ALIMENTÍCIO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL PELO ESPÓLIO OU HERDEIROS. ILEGITIMIDADE DA EMPRESA EMPREGADORA PARA INTEGRAR A LIDE. RECURSO IMPROVIDO.

Diante do falecimento do Alimentante, a transmissibilidade do dever alimentício incide aos sucessores, motivo pelo qual, se o óbito ocorrer no transcurso da ação de execução de alimentos, deverá ocorrer a substituição no polo passivo da demanda pelo espólio ou pelos herdeiros, ex vi do disposto no art. 43 do Código de Processo Civil. O desconto do quantum alimentar na folha de pagamento do Alimentante não impõe à empresa empregadora responsabilidade pelo adimplemento da verba ao Alimentando, não se afigurando parte legítima para figurar no polo passivo de ação executória em substituição ao Executado falecido. (SANTA CATARINA, 2013).

adimplemento da obrigação só está garantindo enquanto o executado permanecer no mesmo emprego.

Nesses casos, por vezes é difícil o credor descobrir qual o novo emprego do devedor de alimentos, por essa razão, Maria Berenice Dias (2013, p. 272) aponta a possibilidade de o magistrado, além determinar ao empregador que realize o desconto em folha de pagamento, mande o empregador anotar na carteira de trabalho do executado a obrigação, para que, em caso de dissolução do vínculo trabalhista, fique garantido o adimplemento da obrigação tão logo o mesmo retorne ao trabalho, sendo desnecessária nova intimação do executado.

De se destacar também que, no caso de desemprego do executado, não ocorre uma desoneração da obrigação alimentar e o valor da pensão, se fixado em percentual da remuneração, fica cristalizado no valor do último pagamento recebido. A mudança da condição econômica diante do desemprego não é justificativa para o inadimplemento da obrigação, cabendo ao executado propor uma ação de revisão do valor da pensão, para que seja adequado à nova situação ¹¹.

No tocante à possibilidade de uso dessa forma de executória, vê-se que a legislação abarcou tão somente o funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa e os empregados sujeitos à legislação trabalhista. Tal elenco, entretanto, não é taxativo, podendo tal procedimento ser efetuado em qualquer situação em que o devedor apresente ganhos periódicos e fixos, independentemente de vínculo empregatício (WAMBIER, ALMEIDA e TALAMINI, 2005, p. 370). A grande dificuldade dessa forma de execução diz respeito aos profissionais liberais, que não possuem uma folha de pagamento, tornando complexa a verificação de seus ganhos e a origem deles.

A polêmica que cerca essa forma de execução concerne à sua aplicação aos alimentos pretéritos. Há entendimento no sentido da impossibilidade de desconto em folha de pagamento de prestações alimentícias vencidas, ainda que viável, sob a justificativa da impenhorabilidade do salário, devendo as prestações vencidas serem cobradas unicamente sob

¹¹ ALIMENTOS. Petição inicial. Inépcia. Desemprego. Calculada a pensão dos filhos, acordada quando da separação dos pais, em quantitativo sobre a remuneração do alimentante, a rescisão do contrato de trabalho do devedor não retira a liquidez do título. A mudança na situação econômica, se houve, será motivo de defesa a ser apresentada pelo devedor, ou de ação de revisão, mas não de extinção do processo. Art. 733 do CPC. A dívida deve ser calculada segundo a última remuneração efetivamente recebida. Recurso conhecido e provido. (BRASIL, 2002b)

o rito de execução por quantia certa contra devedor solvente (WAMBIER, ALMEIDA e TALAMINI, 2005, p. 370).

Não obstante tal posicionamento, a doutrina e a jurisprudência tem reconhecido largamente a possibilidade de efetuar o desconto em folha de pagamento de alimentos pretéritos, inclusive parceladamente, com o fito de não comprometer a subsistência do devedor¹². Maria Berenice Dias (DIAS, 2013, p. 273-274) defende ainda que, mesmo que o devedor possua bens, o desconto em folha dos alimentos pretéritos é possível, por não ser justificável que o credor aguarde a alienação dos bens em praça pública, quando há alternativa mais célere e efetiva.

Com relação ao procedimento da execução de alimentos por desconto em folha de pagamento, como todo processo, inicia-se com a petição inicial, que deve obedecer os requisitos do art. 282 do Código de Processo Civil, devendo o exequente assinalar quem será responsável por realizar o desconto na folha de pagamento do executado.

Após o recebimento da inicial, o magistrado manda que seja efetuada a citação do executado, com o fim de impeli-lo ao quitamento da dívida. Como não há prazo na legislação para a realização desse pagamento, Araken de Assis pontua que, por analogia, deve-se utilizar o art. 652 do Código, que disciplina a expropriação comum, estabelecendo um prazo de três dias. Com a citação, abre-se o prazo para que, no exercício do contraditório e da ampla defesa, o executado se defenda, por meio da alegação de exceção de pré-executividade, que exige uma prova pré-constituída, em razão da cognição sumária do juiz nessa fase processual.

¹² EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. RECURSO ESPECIAL. DÉBITO VENCIDO NO CURSO DA AÇÃO DE ALIMENTOS. VERBA QUE MANTÉM O CARÁTER ALIMENTAR. DESCONTO EM FOLHA. POSSIBILIDADE.

1. Os alimentos decorrem da solidariedade que deve haver entre os membros da família ou parentes, visando garantir a subsistência do alimentando, observadas sua necessidade e a possibilidade do alimentante. Desse modo, a obrigação alimentar tem a finalidade de preservar a vida humana, provendo-a dos meios materiais necessários à sua digna manutenção, ressaíndo nítido o evidente interesse público no seu regular adimplemento.

2. Por um lado, a Súmula 309/STJ, ao orientar que "o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo", deixa límpido que os alimentos vencidos no curso da ação de alimentos ostentam também a natureza de crédito alimentar.

3. Por outro lado, os artigos 16 da Lei 5.478/1968 e 734 do Código de Processo Civil prevêm, preferencialmente, o desconto em folha para satisfação do crédito alimentar. Destarte, não havendo ressalva quanto ao tempo em que perdura o débito para a efetivação da medida, não é razoável restringir-se o alcance dos comandos normativos para conferir proteção ao devedor de alimentos.

Precedente do STJ.

4. É possível, portanto, o desconto em folha de pagamento do devedor de alimentos, inclusive quanto a débito pretérito, contanto que o seja em montante razoável e que não impeça sua própria subsistência.

5. Recurso especial parcialmente provido.

(BRASIL, 2011)

Por fim, após o devido trâmite, a ordem de pagamento ao responsável pela folha de pagamento do executado dá-se por ofício, que deve conter os nomes do credor e devedor, a importância do valor da pensão e o tempo de duração, se houver. Se o exequente responsabilizar-se por entregar o ofício ao terceiro e não o fizer, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que o inadimplemento não é imputável ao devedor. Em voto vencido, porém, a Ministra Maria Isabel Galotti coloca que

[...] estando ele em débito e tendo ele tido ciência, desde maio de 2009, de seu dever alimentar, não é a circunstância de o órgão pagador não ter procedido ao desconto que o eximiria de quitar tempestivamente essas parcelas relativas aos três meses anteriores ao ajuizamento da execução, sob pena de prisão. O acordo acerca da forma de pagamento - desconto em folha - em nada altera o conteúdo da obrigação alimentar e tem como escopo servir de garantia de adimplemento da obrigação em favor de seu credor e não, ao contrário, acarretar encargo à parte mais frágil, precisamente o beneficiário dos alimentos, que passaria a ser encarregada dos trâmites burocráticos (junto ao órgão pagador do devedor), sob pena de ver sobremaneira dificultada a execução da dívida alimentar.¹³

Diante de todo o exposto, vê-se que, apesar de algumas dificuldades, justifica-se a eleição do procedimento de desconto em folha de pagamento como preferencial pela Lei de Alimentos, por ser extremamente efetivo e célere em relação aos demais meios executivos.

2.3.3 Execução de alimentos por desconto em aluguéis ou rendimentos

O art. 17 da Lei de Alimentos traz uma segunda hipótese de possibilidade de execução, preceituando que

quando não for possível a efetivação executiva da sentença ou do acordo mediante desconto em folha, poderão ser as prestações cobradas de alugueres de prédios ou de quaisquer outros rendimentos do devedor, que serão recebidos diretamente pelo alimentando ou por depositário nomeado pelo juiz (BRASIL, 1968).

Esse procedimento de desconto das rendas ou aluguéis do devedor, que não é regulamentado pelo Código de Processo Civil, atende principalmente os casos em que não possui uma remuneração fixa e determinada que torne possível o desconto em folha de pagamento.

¹³ RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO POR DÍVIDA ALIMENTAR. INADIMPLEMENTO VOLUNTÁRIO E INESCUSÁVEL. NÃO OCORRÊNCIA. MANDADO DE PRISÃO. AUSÊNCIA DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À FONTE PAGADORA PARA DESCONTO EM FOLHA DO VALOR DA PENSÃO. INÉRCIA DA ALIMENTANDA. FALHA QUE NÃO PODE SER IMPUTADA AO PACIENTE. INVIABILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 733 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO PROVIDO. ORDEM CONCEDIDA. (BRASIL, 2012b)

Nesse rito, o magistrado ordena ao locatário ou ao responsável pela renda do devedor, por meio de ofício, para que proceda o depósito da parcela correspondente ao valor da prestação alimentícia diretamente ao credor da obrigação.

Tal qual na execução de alimentos por desconto em folha de pagamento, aqui também verifica-se a carga mandamental do dispositivo, motivo pelo qual todas as penalidades civis e penais mencionadas anteriormente, previstas no Código de Processo Civil e na Lei de Alimentos, aplicam-se aqui também se o destinatário da ordem deixar de entregar ao credor a prestação determinada pelo juízo.

2.3.4 Execução de alimentos por expropriação

A execução de alimentos pelo rito da expropriação está prevista no art. 732 do Código de Processo Civil, que remete o leitor ao procedimento da execução por quantia certa contra devedor solvente, nos arts. 646 e seguintes. Essa espécie de execução é composta pela penhora e por atos de expropriação destinados a obter a satisfação do credor, por meio da “[...] *transformação do bem devido no seu equivalente em dinheiro*” (MARINONI e ARENHART, 2012, p. 237).

O procedimento da execução por quantia certa contra devedor solvente começa com a petição do inicial do exequente, que pode indicar desde então bens para penhora. Com o recebimento da inicial, o juiz fixa os honorários do advogado e determina que se realize a citação do executado “*para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida*” (BRASIL, 1973), caso em que o valor dos honorários advocatícios será diminuído a metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do Código de Processo Civil.

Após o prazo de três dias, se não ocorrer o pagamento, o oficial de justiça procederá à penhora de bens e sua avaliação, lavrando o auto de penhora e, em seguida, depositando os bens a uma das partes da execução ou a um terceiro, que devem preservar o bem. O próprio executado pode indicar os bens que deseja oferecer à penhora, formando um termo de penhora, em substituição ao auto.

Quando da penhora, o oficial de justiça deve observar a ordem de preferência disposta no art. 655 do Código de Processo Civil, que obedece a uma ordem de liquidez –

quanto mais líquido o bem antes ele virá nessa ordem. Assim, não é por acaso que o bem preferencial para penhora é o dinheiro.

De se ressaltar que essa ordem não é absoluta, podendo o magistrado deixar de aplicar tal ordem, fundamentadamente, quando o mercado ou os princípios do resultado e da menor onerosidade assim exigirem¹⁴. O próprio Superior Tribunal de Justiça já sumulou a matéria, dispondo, por meio da súmula nº 417, que “[...] *a penhora de dinheiro na ordem de nomeação de bens não tem caráter absoluto*”. Deve-se atentar ainda que a penhora não pode recair sobre bens impenhoráveis, estabelecidos assim no art. 649 do Código de Processo Civil.

A penhora, que é o “[...] *ato processual pelo qual determinados bens do devedor (ou de terceiro responsável) sujeitam-se diretamente à execução*” (MARINONI e ARENHART, 2012, p. 256), torna os bens indisponíveis para o devedor; sem, contudo, que o mesmo deixe de ser proprietário dos bens. O executado pode se defender da penhora por meio da impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação do auto de penhora e avaliação, consoante o art. 475-J, §1º do Código.

Paralelamente ao prazo do pagamento, corre um prazo de quinze dias, a contar da data de juntada do mandado de citação nos autos, no qual o executado pode oferecer embargos à execução, que tem suas alegações limitadas ao disposto no art. 745 do Código. Na execução por quantia certa os embargos, via de regra, não possuem efeito suspensivo, mas pode ser atribuído quando “[...] *o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes*” (BRASIL, 1973).

Na execução de alimentos, em especial, se houver penhora em dinheiro, os embargos não obstam que o exequente levante a importância da prestação, conforme o parágrafo único do art. 732 do Código, independente de caução, porque “[...] *se os alimentos*

¹⁴ PROCESSO CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – NEGATIVA DE SEGUIMENTO – AG. REGIMENTAL – LOCAÇÃO – NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA – ARTS. 620 E 655, DO CPC – REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA - SÚMULA 07/STJ - PRECEDENTES.

1 - A análise dos elementos necessários à formação do juízo recorrido acerca da satisfatoriedade dos bens nomeados à penhora importa em reexame de matéria fática e, portanto, vedado em sede de recurso especial por incidência do disposto na Súmula 7/STJ.

2 - Outrossim, a jurisprudência deste Sodalício se firmou no sentido de que a ordem de preferência estabelecida no art. 655 do CPC não encerra hipótese absoluta para a enumeração de bens à penhora. Esta deve observar as circunstâncias do caso concreto, bem como, a potencialidade de satisfazer o crédito e a forma menos onerosa para o devedor..

3 - Precedentes (REsp nºs 145.610/SP e 445.684/SP).

4 - Agravo regimental conhecido, porém, desprovido. (BRASIL, 2003b)

são irrestituíveis, será descabida a exigência de caução, instituto que por sua índole não se compatibiliza com a condição de quem necessita de alimentos” (CAHALI, 2013, p. 712).

Também nesse prazo pode o executado, reconhecendo o crédito do exequente, realizar o parcelamento. Para tanto, deve nesse prazo realizar o pagamento de 30% (trinta por cento) do valor da execução, incluindo custas e honorários. O valor restante pode ser parcelado em até 6 (seis) vezes, que serão corrigidas e acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês.

Expedido o auto de penhora e avaliação, inicia-se finalmente a expropriação, que pode se dar sob quatro formas, estabelecidas pelo art. 647 do Código: adjudicação, alienação por iniciativa particular, alienação em hasta pública e usufruto de bem móvel ou imóvel.

A adjudicação consiste na “[...] *transferência do bem penhorado ao patrimônio do exequente ou de certos terceiros que a lei indica* (CPC, art. 685-A, caput e §2º)” (DINAMARCO, 2005, p. 640), abarcando tanto os bens móveis quanto imóveis. O valor para a adjudicação do bem não pode ser inferior ao da avaliação e, se houver mais de um interessado, realizar-se-á licitação entre os interessados, sendo adjudicado o bem: a quem oferecer o maior preço; se houver igualdade de ofertas, a quem detiver crédito privilegiado; e, se os credores estiverem em igualdade de condições de crédito, a que tiver penhorado antes o bem (WAMBIER, ALMEIDA e TALAMINI, 2005, p. 213).

A alienação por iniciativa particular, introduzida no ordenamento pela Lei nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006, é “*a alienação dos bens penhorados, por iniciativa particular do próprio exequente, ou por intermédio de corretor credenciado perante o Poder Judiciário* (art. 685-C do CPC)” (MARINONI e ARENHART, 2012, p. 326). Aqui apenas o exequente tem legitimidade para requerer a alienação particular do bem, que terá um prazo de conclusão fixado pelo magistrado, bem como a forma e extensão da publicidade, o preço mínimo, as condições de pagamento e as garantias exigidas.

A alienação por hasta pública, por outro lado, “*é a forma de expropriação executiva pela qual os bens penhorados são transferidos por procedimento licitatório ou realizado pelo juízo da execução*” (WAMBIER, ALMEIDA e TALAMINI, 2005, p. 196) e pode se dar por praça, quando se tratar de bens imóveis, ou leilão, nos demais casos, excetuando-se os bens negociados em Bolsa de Valores. A praça é realizada por um serventuário do Judiciário no átrio do fórum, enquanto que o leilão é realizado por leiloeiro indicado pelo exequente em qualquer local fixado pelo juiz.

A hasta pública inicia-se com a expedição do edital, cuja falta enseja nulidade absoluta, com o intuito de dar publicidade ao feito, oportunizando o comparecimento de grande número de interessados, de modo a buscar a melhor oferta, o que interessa ao executado, que busca evitar que outros bens seus sejam penhorados, e ao exequente, que fica satisfeito em menor tempo (WAMBIER, ALMEIDA e TALAMINI, 2005, p. 197). O edital é dispensado quando se tratar de bens com valor inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, por força do art. 686 do Código, mas então o preço da arrematação não pode ser inferior à avaliação.

A legitimidade para arrematar um bem em hasta pública, conforme o art. 690-A do Código, é conferida a todo aquele que livremente puder dispor de seus bens, com exceção das pessoas enumeradas no dispositivo. O vencedor da hasta deve depositar seu lance imediatamente, ou no prazo de quinze dias, mediante prestação de caução. Tratando-se de bem imóvel, o interessado pode oferecer proposta por escrito antes da hasta, requerendo o parcelamento do valor do bem, realizando o pagamento de trinta por cento à vista e o resto garantido por hipoteca.

Se os bens não forem alienados na primeira hasta, será publicado edital de nova hasta, que deve ocorrer entre os dez e vinte dias seguintes à primeira. Nessa segunda hasta, é admitida a alienação do bem por qualquer lance, desde que não seja vil, consoante o art. 692. Considera-se tradicionalmente como vil o preço menor que a metade do valor atualizado da avaliação, embora a circunstância do caso concreto possa recomendar preço inferior a essa metade (MARINONI e ARENHART, 2012, p. 332-333). A limitação ao valor da avaliação aplica-se também em segunda hasta no que concerne aos bens com valor inferior aos sessenta salários mínimos.

Após a arrematação do bem, é lavrado o auto de arrematação. Quitada a dívida, o magistrado determina a entrega do bem ao arrematante ou expede-se uma carta de arrematação, para aquisição definitiva da propriedade do bem. O legislador ainda destaca que com a assinatura do auto de arrematação, o ato considera-se perfeito, acabado e irretratável, não podendo ser desfeito em razão de embargos, de modo a proteger o arrematante, terceiro de boa-fé na relação, mas pode ser tornado sem efeito, se ocorrer alguma das hipóteses do art. 694, §1º do diploma legal em comento.

A última forma possível de expropriação corresponde ao usufruto de móvel ou imóvel. Tal método não é verdadeiramente uma expropriação, mas um “*direito real limitado e*

temporário sobre a empresa ou imóvel penhorado, a fim de que receba seu crédito através das rendas geradas pelo bem” (WAMBIER, ALMEIDA e TALAMINI, 2005, p. 215). Para utilização do usufruto, é necessário que o bem penhorado produza frutos e rendimentos, bem como que seja menos gravoso ao executado, mas eficiente ao exequente (MARINONI e ARENHART, 2012, p. 336).

Diante do requerimento do exequente de se realizar o usufruto, o magistrado deve nomear um perito, que avaliará os frutos e rendimentos do bem, estimando o tempo para a quitação do débito. Ao decretar o usufruto, é expedida uma carta para a averbação desse na matrícula do imóvel e o juiz procede a nomeação de um administrador do usufruto. Quando a dívida é quitada pelo usufruto, esse é extinto, restituindo-se todos os poderes do bem ao executado.

Diante do exposto, constata-se que a expropriação não se constitui em um meio célere para que o credor da prestação alimentícia seja satisfeito. Com exceção da penhora de dinheiro, que pode ser realizada *on line*, os demais métodos de expropriação exigem uma série de formalidades, que o tornam demorados. Por isso, em razão da necessidade de uma pronta satisfação ao credor dos alimentos, criou-se a execução por meio da coerção pessoal, vista na sequência.

2.3.5 Execução de alimentos por prisão civil

O art. 733 do Código de Processo Civil prevê a possibilidade de prisão do devedor se, após a citação, ele não quitar a dívida no prazo de três dias. A prisão civil do devedor de alimentos é admitida pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXVII, juntamente com a do depositário infiel, que não mais subsiste em razão do Pacto de São José da Costa Rica.

A prisão aqui não é uma forma de satisfazer o exequente, e sim uma pressão para que o executado quite a dívida – ela “*não atua sobre o patrimônio, mas sobre a vontade do devedor*” (DIAS, 2013, p. 278) -, tão logo seja adimplida, é suspensa a ordem de prisão pelo magistrado.

À despeito da disposição do art. 733, que expressa a possibilidade de prisão apenas na execução de sentença ou decisão que fixe os alimentos provisionais, a abrangência da prisão civil engloba também os alimentos definitivos e provisórios, em interpretação

conjugada com o art. 19 da Lei de Alimentos. Para decretá-la, basta a ocorrência do inadimplemento voluntário e inescusável da obrigação.

Tradicionalmente aceitava-se a possibilidade de a prisão civil ser decretada de ofício pelo magistrado, sem o requerimento do credor da obrigação (MIRANDA, 1973, p. 483). Hoje está assentada a impossibilidade de decretação da prisão civil por ofício, em função de estar a questão amparada no direito de família, envolvendo situações emocionais, além de que a prisão afastará o devedor do emprego, podendo comprometer suas condições financeiras (MARINONI e ARENHART, 2012, p. 400).

Em razão da gravidade desse rito executório, que acaba por privar a liberdade do executado, houve construção jurisprudencial no sentido de só aceitar essa via de execução para a cobrança das últimas três prestações vencidas, sendo tal interpretação sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça¹⁵, sob a alegação de que prestações acumuladas por longo tempo perdem o caráter de indispensáveis à sobrevivência do alimentando, passando a serem indenizatórios. Maria Berenice Dias aponta também que tal *“limitação nada mais é do que uma estratégia na tentativa de dar efetividade a esse meio coercitivo, não onerando demasiadamente o devedor, de modo a inviabilizar o pagamento, em face do acúmulo de prestações impagas”* (DIAS, 2013, p. 281).

Proposta a execução sob o rito de prisão, o executado é citado para que pague, comprove que pagou ou justifique a impossibilidade de fazê-lo no prazo de três dias. A alegação da impossibilidade de pagar a dívida deve ser temporária, se for definitiva, deve ser feita em sede de ação de exoneração de alimentos. Destaque-se que a mera alegação de desemprego, não é justificativa hábil a livrar o devedor da prisão¹⁶.

O prazo da prisão civil é de grande dúvida, em razão das disposições diferenciadas da Lei de Alimentos e do Código de Processo Civil. A primeira estipula no *caput* do art. 19

¹⁵ Súmula 309 do STJ: O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.

¹⁶ EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DESEMPREGO DO ALIMENTANTE. LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. PAGAMENTO PARCIAL. PRISÃO CIVIL. 1. A alegação de desemprego do devedor não constitui justificativa válida para o inadimplemento do encargo alimentar. Conclusão nº 46 do CETJRS. 2. O desemprego do devedor não é causa extintiva da obrigação, nem afeta a higidez do título executivo, que permanece sendo líquido, certo e exigível. 3. Se os alimentos estavam fixados em percentual sobre os ganhos, o valor que deve ser considerado para o cálculo da pensão devida é o da última remuneração recebida pelo alimentante. 4. Quando o valor vigente se torna excessivamente gravoso, cabe ao alimentante promover ação revisional para adequar o encargo alimentar às suas novas condições econômicas, não podendo a sua inércia favorecê-lo e prejudicar a alimentada. 5. Somente a impossibilidade momentânea e absoluta de adimplir o encargo alimentar, é que constitui justificativa ponderável para afastar a execução de alimentos, fato que não ocorreu. Recurso provido. (RIO GRANDE DO SUL, 2012b)

que prazo da prisão é de até sessenta dias, enquanto que o Código fixa o prazo em um a três meses. Diante do descompasso, a doutrina e a jurisprudência têm apresentado tendência em acolher o prazo de sessenta dias, ainda , porque, em que pese a posterioridade do Código de Processo Civil, a Lei de Alimentos é específica; não sendo, portanto, derogada por lei geral¹⁷.

No que concerne ao regime de cumprimento da prisão civil, a Lei de Execução Penal estabelece em seu art. 201 que “*na falta de estabelecimento adequado, o cumprimento da prisão civil e da prisão administrativa se efetivará em seção especial da Cadeia Pública*” (BRASIL, 1984). Por não ser a prisão civil uma sanção penal, possuindo natureza e fundamento distintos, não se aplicam as demais disposições da lei.

Sob esse fundamento, a doutrina e a jurisprudência eram firmes no sentido de não admitir a aplicação da prisão-albergue ou prisão domiciliar, porque retiraria da prisão o “*caráter constritivo que a justifica e lhe é próprio*” (CAHALI, 2013, p. 791), por se entender que o regime prisional fechado era o único capaz de dar efetividade à execução (DIAS, 2013, p. 292).

O entendimento vem alterando recentemente, para definir o regime de cumprimento da prisão civil em aberto, admitindo-se a prisão em albergue ou ainda domiciliar, principalmente quando o devedor for idoso ou de saúde debilitada¹⁸, em função da

¹⁷ CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (CPC, ART. 733). PRISÃO CIVIL DECRETADA. MINORAÇÃO DO TEMPO DA PRISÃO DE 90 PARA 60 DIAS. REDUÇÃO PELO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. HABEAS CORPUS. NATUREZA ESPECIAL DO PROCEDIMENTO. LEGALIDADE DO ATO. WRIT PARCIALMENTE CONCEDIDO. À vista do princípio da especialidade das normas, o prazo máximo da prisão civil do devedor de alimentos não pode ultrapassar sessenta dias, porquanto a disposição do artigo 19 da Lei n. 5.478/68, que é especial, prevalece sobre a geral do artigo 733 do Código de Processo Civil. O habeas corpus é ação constitucional de procedimento especial e célere, que não comporta dilação probatória, devendo conter os elementos capazes de demonstrar, de plano, o constrangimento ou a ameaça ilegal. Em assim sendo, de ordinário, a inicial deve vir acompanhada de prova documental pré-constituída, que comprove a existência de malferimento a direito individual justificativo da concessão da ordem em favor do paciente. (SANTA CATARINA, 2011)

Em sentido diverso: Recurso de habeas corpus. Prisão civil. Alimentos. Maioridade. Prazo máximo da prisão. Sessenta ou noventa dias. Precedente da Terceira Turma.

1. A maioridade de filha credora de alimentos, por si só, não afasta a obrigação alimentar, devendo ser discutida nas instâncias cíveis a sua real necessidade.

2. Na linha da jurisprudência da Corte, o habeas corpus não é via adequada para o exame aprofundado de provas e a verificação da necessidade, ou não, da credora dos alimentos.

3. A prisão civil, cuidando-se de execução fundada no art. 733 do Código de Processo Civil, pode ser fixada de um a três meses, nos termos do § 1º do referido dispositivo.

4. Recurso ordinário desprovido. (BRASIL, 2004b)

¹⁸ HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. DEVEDOR DE ALIMENTOS. MAIOR DE 75 ANOS E ACOMETIDO DE MOLÉSTIAS GRAVES. APLICAÇÃO EXCEPCIONAL DE NORMAS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.

- É legal a prisão civil de devedor de alimentos, em ação de execução contra si proposta, quando se visa ao recebimento das últimas três parcelas vencidas à data do mandado de citação, mais as que vencerem no curso do processo. Precedentes.

própria precariedade do sistema prisional e do constrangimento pessoal e social do devedor que é preso. Em entendimento diverso, Araken de Assis (2013, p. 200-201) aponta que

o deferimento de prisão domiciliar ao executado constitui amarga pilhéria. Dela não resulta nenhum estímulo real sobre a vontade renitente do devedor. [...] É preciso deixar bem claro ao alimentante relapso que, insatisfeitas as prestações, a pena se concretizará da pior forma e duramente; caso contrário, ensina a experiência, o obrigado não se sensibilizará com a medida judicial.

Com relação à defesa do executado, é cabível o agravo de instrumento contra a decisão que decreta a prisão, que não tem, em regra, caráter suspensivo. Em razão da celeridade, no entanto, é válido optar pelo *habeas corpus*, “*que enseja exame apenas de alegado error in procedendo (por exemplo: a nulidade da citação, a falta de pedido da parte na inicial; a iliquidez da dívida; e assim por diante)*” (ASSIS, 2013, p. 204), ainda que tenha cognição sumária, não suportando dilação probatória. Há alguma resistência na doutrina ainda com relação ao uso do *habeas corpus*, porque o remédio constitucional é garantido quando a liberdade é ameaçada por ilegalidade ou abuso de poder, não se vislumbrando tais atos em uma regular execução de alimentos (DIAS, 2013, p. 295).

A revogação da ordem de prisão dá-se com o pagamento, que encerra a execução, nos termos do art. 733, §3º do Código de Processo Civil. Se o executado proceder ao pagamento apenas do valor da pensão alimentícia, excluindo as despesas e honorários, não há mais como subsistir a prisão, devendo também ser revogada¹⁹. O cumprimento integral da pena não exime o devedor do pagamento, mas, por não ser possível renovar o mandado de prisão, o rito da execução pode transmutar-se em expropriação.

Em face da abordagem dos principais aspectos que contornam o processo de execução sob o rito da coerção pessoal, constata-se que a doutrina delineou a prisão civil

- Em regra, não se aplicam as normas da Lei de Execuções Penais à prisão civil, vez que possuem fundamentos e natureza jurídica diversos.

- Em homenagem às circunstâncias do caso concreto, é possível a concessão de prisão domiciliar ao devedor de pensão alimentícia. (BRASIL, 2005b)

¹⁹ HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. PENSÃO ALIMENTÍCIA. EXECUÇÃO. INCLUSÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR CONSTANTE NO MANDADO PRISIONAL A DESCONSIDERAR DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO QUE REVISOU O VALOR DA PRESTAÇÃO.

1. Não se presta o presente writ à análise de questões que dependam de dilação probatória, incluindo-se aí a verificação da capacidade financeira do alimentante.

2. Inadmissível que se incluam, sob o procedimento pelo qual há a ameaça de constrição à liberdade do devedor de alimentos, disciplinado no art. 733 do CPC, verbas estranhas à pensão alimentícia objeto de cobrança, como as custas processuais e os honorários de advogado, crédito para o qual o sistema legal prevê instrumentos próprios de realização que não o violento expediente da prisão civil por dívida.

3. "O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo" - Enunciado n.

309/STJ. 4. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. (BRASIL, 2012)

como a última esperança do credor da obrigação alimentar em ver sua dívida adimplida. No dia a dia, entretanto, não é raro presenciar a inefetividade da prisão civil, mormente em casos de prisão em albergue restrita ao período noturno ou em prisão domiciliar, restando ao credor o difícil caminho da expropriação.

Dessa feita, o próximo capítulo destina-se a estudar o instituto da prisão civil do devedor de alimentos à luz dos direitos e garantias fundamentais, de modo a descobrir se atualmente a violação ao direito da liberdade do devedor em garantia à vida do credor justifica-se pela efetividade do processo, ou se, principalmente em função das novas tecnologias, há meios que melhor contribuem para o fim perseguido pelo credor: a satisfação da obrigação alimentar.

3 A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS

3.1 Origem e natureza da prisão civil

A origem da prisão civil remonta à Antiguidade, quando o corpo do devedor respondia pela dívida. A Lei das XII Tábuas trazia, na Tábua III, a previsão de prisão pelo prazo de sessenta dias, a exposição do devedor em feiras, a mutilação do corpo do devedor em tantas partes quanto fossem os credores e, ainda, a possibilidade de reduzir o devedor à condição de escravo, vendendo-o a um estrangeiro (MEIRA, 1972, p. 169-170).

Analisando-se as legislações das sociedades antigas, constata-se sempre a presença da prisão civil, como modo de compelir o devedor ao adimplemento da dívida. Foi somente a partir da Idade Moderna que a prisão passou a ter o caráter punitivo de pena que conhecemos hoje, por ser uma forma de capitanear mão-de-obra em uma sociedade europeia tomada pela pobreza (BITENCOURT, 2010, p. 507).

No que tange ao ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Política do Império, de 1824, e a Constituição da República, de 1891, silenciaram acerca da possibilidade da prisão civil por dívidas. A Constituição de 1934, a seu turno, optou expressamente em seu art. 113, item “30”, pela impossibilidade da prisão em razão de dívidas. A Constituição de 1937 nada dispôs a respeito, mas, a partir da Constituição Federal de 1946, o constituinte passou a adotar a possibilidade da prisão civil do depositário infiel e do devedor de alimentos, postura que remanesceu até a Carta Magna em vigência.

Em 1992, entretanto, o Brasil aderiu à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, promulgando-a por meio do Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, que proclama em seu art. 7º, item 7, que *“ninguém deve ser detido por dívida. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar”* (BRASIL, 1992).

A partir de então, surgiu uma celeuma na doutrina acerca da prisão civil do depositário infiel, permitida pela Constituição Federal e não admitida pelo Pacto de São José da Costa Rica, que só se resolveu definitivamente com a edição pelo Supremo Tribunal

Federal da Súmula Vinculante nº 25 em 2009, que preconiza a ilicitude da prisão civil do depositário infiel, independentemente da modalidade de depósito.

Percebe-se, então, que a possibilidade da prisão civil por dívidas esteve quase sempre presente na legislação, ganhando contornos mais restritos à medida que a sociedade evoluiu e passou a garantir a liberdade dos indivíduos e sua dignidade. A sua natureza é coercitiva, agindo sobre a vontade do devedor (DIAS, 2013, p. 278), segundo o entendimento esposado pela doutrina majoritária.

Há, contudo, entendimentos contrários, que defendem não existir diferenças entre a prisão civil e a penal, porque ambas têm como resultado a supressão do direito à liberdade do indivíduo (CORDEIRO, 2008, p. 32). Nos dizeres de Moacir César Pena Júnior (2008, p. 359):

Prisão civil! Prisão Penal! Será que, para quem está trancafiado entre quatro paredes, faz alguma diferença? Faz algum sentido essa discussão para quem está lá? A nós parece que não, até porque, conforme leciona Cristina da Motta, a prisão civil não deve receber concessões, a que vale dizer que o devedor não deve ter vantagens, portanto, ser cumprida no presídio ou no quartel.

Assim, não restam dúvidas de que o intuito da prisão civil do devedor de alimentos é exercer uma pressão psicológica, por meio da constrição da liberdade do indivíduo, de modo a forçá-lo ao adimplemento da dívida – porque sabe que reconquistará a liberdade no momento em que adimplir a obrigação – demonstrando o caráter coercitivo. Mas, na prática, pouca diferença faz ao devedor se o caráter da prisão é coercitivo ou penal, já que o malefício da restrição da liberdade é o mesmo

3.2 A efetividade da prisão civil ante à violação à liberdade dignidade do devedor

A liberdade, pilar de construção de um Estado democrático de direito, “*consiste na possibilidade de coordenação consciente dos meios necessários à realização da felicidade pessoal*” (SILVA, 2010, p. 233), tendo sido consagrada após a Revolução Francesa, com a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que preconizou em seu art. 4º, que

a liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela Lei. (FRANÇA, 1789)

Atualmente, com o desenvolvimento da humanidade, a liberdade desdobra-se em cinco faces, quais sejam a liberdade de locomoção, pensamento, expressão, ação profissional e a liberdade de conteúdo econômico e social. Desperta interesse aqui a liberdade de locomoção, que se opõe justamente à ideia de prisão, coloraria que é da abolição da escravidão. A Constituição Federal consagrou-a no art. 5º, inciso XV, assegurando a todo homem a livre “*locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens*” (BRASIL, 1988).

Apesar de seu *status* de direito fundamental, o direito à liberdade não é absoluto, submetendo-se a restrições em razão da lei (MENDES, 2008, p. 240-241). O principal limite da liberdade é a prisão, que só pode ocorrer mediante flagrante delito ou mandado judicial de autoridade competente (BRASIL, 1988), concebida, dessa forma, como a *ultima ratio* do sistema processual penal, “*por ser a forma mais violenta de intervenção na vida dos cidadãos*” (QUEIROZ, 2008, p. 116).

A liberdade é, em sua essência, um dos pressupostos da dignidade humana – não há como conceber a ideia de um indivíduo cerceado de sua liberdade, mas com sua dignidade intacta, porque

quando o homem não pode mais dispor de seu corpo, quando ele é humilhado de maneira desumana e reduzido física e mentalmente, a sua dignidade é atingida de maneira irreparável. A integridade corporal é o último reduto em que o homem pode ser ele mesmo. Quando este espaço de identidade é destruído, não resta mais nada da qualidade do ser humano (FLEINER, 2003, p. 11-12).

Por essa razão, a constrição da liberdade de um indivíduo por dívida civil só é admitida excepcionalmente. A Constituição Federal previa a possibilidade da prisão civil quando se tratava do depositário infiel e do devedor de alimentos, mas não mais subsiste a do depositário após a adesão ao Pacto de São José da Costa Rica, que proporcionou interessantes discussões acerca da prisão civil.

O Ministro Gilmar Mendes, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 466.343²⁰, ponderou ser inconcebível a admissão da prisão como meio de coerção do devedor

²⁰ EMENTA: PRISÃO CIVIL. Depósito. Depositário infiel. Alienação fiduciária. Decretação da medida coercitiva. Inadmissibilidade absoluta. Insubsistência da previsão constitucional e das normas subalternas. Interpretação do art. 5º, inc. LXVII e §§ 1º, 2º e 3º, da CF, à luz do art. 7º, § 7, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). Recurso improvido. Julgamento conjunto do RE nº 349.703 e dos HCs nº 87.585 e nº 92.566. É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. (BRASIL, 2009)

ao adimplemento de uma obrigação, quando a própria Constituição tomou a dignidade da pessoa humana como fundamento da República.

Nesse mesmo julgamento, é de grande valor o voto do Ministro Relator, Cezar Peluso, que admite a previsão da prisão civil do devedor de alimentos, porque o inadimplemento envolve o direito à vida do alimentante, mas entende que, quando a Carta Magna admitiu a prisão civil, retrocedeu

à bárbara concepção de que o ser humano é mero *corpus civilis*, sujeito a qualquer medida normativa violenta. [...] submeter qualquer pessoa à prisão civil, por simples dívida, constituiria um inaceitável retrocesso histórico, pois recuaríamos a um período (século V a.C., aproximadamente), que antecedeu a edição da *Lex Poetelia Papiria*, celebrada, quando de sua formulação, como representando a aurora de um novo tempo, pois aboliu o instituto do *nexum* (que fazia a execução recair sobre a pessoa do devedor), substituindo-o pela *bonorum cessio*, que submetia o patrimônio do devedor, e não a pessoa deste, ao processo de execução. (grifo do autor)

Destarte, conclui-se que a prisão civil constitui-se em afronta à dignidade da pessoa humana, ao restringir a liberdade de um indivíduo em razão de uma dívida, quando a sociedade levou tanto tempo para garantir que a execução seja respondida apenas com os bens do devedor. De outro norte, é cristalino que a escolha do constituinte teve como objetivo a garantia do direito à vida do alimentando, que necessita da prestação alimentícia para sobreviver.

Nesse desiderato, a opção do constituinte seria elogiável, se não pudessem ser desenvolvidos outros meios capazes de compelir o devedor ao pagamento, ou se ainda a prisão civil gozasse de máxima efetividade, o que, infelizmente, não corresponde à realidade. Como meio de tentar preservar um pouco da dignidade da pessoa que é presa por uma dívida civil, a jurisprudência e a doutrina têm concedido uma série de garantias, que, apesar de devidas, esvaziam a efetividade da prisão civil.

Quando se concede ao devedor a possibilidade de ser encarcerado sob o regime semiaberto, em domicílio ou albergue, ou ainda aberto, preserva-se a dignidade do devedor, mas praticamente são anuladas as chances do credor em ver sua dívida adimplida, porque os devedores, não raramente, optam por ficarem presos, já que “*só ficam presos durante a noite, quando dormem, e continuam circulando socialmente, como se nada tivesse se alterado na sua vida social, sem se sentirem realmente coagidos para pagarem a pensão*” (MADALENO, 2008).

Para se certificar disso, basta uma rápida busca na jurisprudência, que demonstra inúmeros casos de devedores contumazes que são presos, ficam o tempo determinado pelo

juiz e saem, sem quitar a dívida, porque sabem que não serão presos por essa mesma dívida²¹, deixando o credor da obrigação com a via da expropriação – um longo e tortuoso caminho que só será eficaz se o devedor possuir bens em seu nome, o que é uma raridade de se encontrar.

Em nada corrobora com a situação do credor a limitação da prisão civil à inadimplência das últimas três parcelas, bem como as decisões que entendem só ser cabível o rito de execução sob pena de prisão quando todos os demais já foram explorados, ou ainda a concessão de ordem em *habeas corpus* quando o devedor salda parcialmente a dívida, por vezes com valores irrisórios.

Também não se pode olvidar que o aprisionamento do devedor põe em risco o adimplemento futuro da obrigação, de sorte que a prisão, enquanto busca a quitação da dívida, pode significar o desemprego do alimentante, agravando ainda mais a situação. Ademais, ainda que não signifique seu desemprego, durante o período em que o devedor fica preso ele está afastado de suas atividades laborais, justificando sua situação de inadimplência (MADALENO, 2000, p. 73).

Por estar a prisão do devedor de alimentos alocada no seio de família, onde se sobrepõem sentimentos de variadas ordens, pode ainda tal instrumento causar transtornos psíquicos, mormente quando os filhos veem seu pais presos, rompendo com um referencial de conduta fundamental para o desenvolvimento da criança. Perspicaz a observação de Pena Junior (2008, p. 358-359), que assevera que os *“próprios alimentados, em sua maioria filhos do devedor de alimentos, se não contaminados pela síndrome de alienação parental, e em sendo consultados, não concordariam com esse tipo de punição aos seus pais”*.

De se ver, então, que assiste razão a Rolf Madaleno (MADALENO, 2000, p. 64) quando afirma que

²¹ HABEAS CORPUS - PRISÃO CIVIL POR DÍVIDA ALIMENTAR - CUMPRIMENTO DO PRAZO PRISIONAL - RENOVAÇÃO DO ÉDITO PRISIONAL COM BASE NA MESMA DÍVIDA - ILEGALIDADE MANIFESTA - ORDEM CONCEDIDA. Apesar de autorizada legalmente, a reedição de prisão civil de devedor contumaz pressupõe a existência de débitos vincendos que não sejam aqueles relacionados à dívida alimentar pela qual o paciente já esteve preso (SANTA CATARINA, 2004).

Também nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA - DECISÃO QUE INDEFERE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA PRISÃO CIVIL POR DÍVIDA ALIMENTAR - CUMPRIMENTO DO PRAZO PRISIONAL - ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA - DECISÃO IRREPROCHÁVEL - RECURSO DESPROVIDO. "Apesar de autorizada legalmente, a reedição de prisão civil de devedor contumaz pressupõe a existência de débitos vincendos que não sejam aqueles relacionados à dívida alimentar pela qual o paciente já esteve preso" (TJSC, HC n. 2004.005995-7, de Itapema, rel. Des. Monteiro Rocha, j. em 22-4-2004) (SANTA CATARINA, 2008).

processos lentos e insolúveis têm desacreditado leis e desmentido advogados, juízes e promotores, pois a estes que operam o direito, tem sido delegado o inglorioso esforço de buscar amenizar as angústias e de aparar os deletérios efeitos psicológicos causados sobre o credor de alimentos sempre quando constata e assimila, que a realidade das demandas de execução alimentícia, no atual estágio processual em que se apresentam, mais tem servido ao renitente devedor, do que ao desesperado credor.

Meios executivos estéreis têm levado credores ao calvário, ao inenarrável sentimento de impotência que amargam ao constatar que a sua digna existência já não encontra caminho eficaz na busca executiva de seus alimentos. Enfrentam o martírio que tem sido encontrar fórmulas processuais capazes de aproximar no tempo certo, prestação jurisdicional efetiva, em execução célere e eficaz, pronta e pontual e, conseqüentemente, permitir suprir a fome sem mais sequelas de um tormentoso e angustiante processo judicial.

Assim, diante das valorosas palavras da Madaleno e da constatação de que a prisão civil vem, há muito, deixando a desejar como meio de coerção efetivo, faz-se imperiosa a busca de caminhos e alternativas à prisão civil, que auxiliem o credor no percebimento das devidas verbas alimentares.

3.2 A dívida alimentar nos ordenamentos estrangeiros

A partir de uma análise nos ordenamentos estrangeiros, percebe-se que há uma tendência em não mais admitir a prisão civil do devedor de alimentos. Só na América Latina tem-se a Argentina, que ainda em 1872, por meio da Lei nº 514, suprimiu a prisão por dívidas em todas as causas civis e comerciais, com exceção dos casos de falência e de insolvência do devedor que age com dolo ou fraude²², e El Salvador, que proíbe em sua Constituição a prisão por dívidas²³.

Desse modo, é pertinente o estudo desses ordenamentos para verificar qual o tratamento dado à dívida alimentar quando inexistente a prisão civil como coerção ao devedor para quitar a dívida, cujo adimplemento significa a sobrevivência do credor. Qualquer medida

²² ARTICULO 1. - Suprímese la prisión por deudas en todas las causas civiles y mercantiles, que se tramiten ante los tribunales nacionales.

ARTICULO 2. - Exceptúanse solamente de esta disposición:

1. Los casos de quiebra mercantil, regidos por el artículo 1.549 del Código de Comercio.

2. Los casos de insolvencia en que, por información sumaria se acredite que ha habido dolo o fraude por parte del deudor. (ARGENTINA, 1872)

²³ Art. 27.- Sólo podrá imponerse la pena de muerte en los casos previstos por las leyes militares durante el estado de guerra internacional.

Se prohíbe la prisión por deudas, las penas perpetuas, las infamantes, las proscriptivas y toda especie de tormento.

El Estado organizará los centros penitenciarios con objeto de corregir a los delincuentes, educarlos y formarles hábitos de trabajo, procurando su readaptación y la prevención de los delitos. (EL SALVADOR, 1983)

simples, como a tomada pelo Uruguai, que impede os alimentantes de se ausentarem do país sem autorização do credor, que pode exigir caução, já é um avanço para garantir a obrigação.

Em apertada síntese, vislumbra-se na legislação estrangeira dois caminhos tomados pelos legisladores, abordados na sequência, que correspondem à criminalização da conduta do devedor contumaz de alimentos e a assunção da responsabilidade pelo Estado, visando garantir a sobrevivência do alimentando com dignidade. Mas, com a proliferação da tecnologia, novas alternativas podem ser utilizadas, auxiliando o credor dos alimentos.

3.3.1 A criminalização da conduta do devedor de alimentos

Observando-se as legislações estrangeiras, verifica-se que há cada vez menor número de países que admitem a prisão civil do devedor de alimentos, principalmente entre as nações europeias. No entanto, como forma de garantir o adimplemento da obrigação alimentar, esses países passaram a criminalizar a conduta do devedor de alimentos. A prisão coercitiva do devedor de alimentos desaparece, portanto, mas dá lugar a uma prisão penal.

Na Espanha, por exemplo, cuja Constituição só admite a privação da liberdade nos casos especificados em lei, o devedor de alimentos fica sujeito à criminalização de sua conduta, tipificada no art. 226 do Código Penal, que comina uma pena de prisão de três a seis meses ou multa de seis a doze meses, além de permitir a imposição da decretação da perda do poder familiar, pelo prazo de quatro a dez anos, a quem deixa de cumprir os deveres legais de assistência inerentes ao pátrio poder²⁴.

O art. 227 do mesmo diploma legal ainda estabelece pena de prisão de três meses a um ano a quem deixa de pagar a prestação alimentícia durante dois meses consecutivos ou quatro não consecutivos. De se ressaltar que esses crimes só se processam na legislação espanhola mediante representação da vítima ou de seu representante legal²⁵.

²⁴ Artículo 226. 1. El que dejare de cumplir los deberes legales de asistencia inherentes a la patria potestad, tutela, guarda o acogimiento familiar o de prestar la asistencia necesaria legalmente establecida para el sustento de sus descendientes, ascendientes o cónyuge, que se hallen necesitados, será castigado con la pena de prisión de tres a seis meses o multa de seis a 12 meses. 2. El Juez o Tribunal podrá imponer, motivadamente, al reo la pena de inhabilitación especial para el ejercicio del derecho de patria potestad, tutela, guarda o acogimiento familiar por tiempo de cuatro a diez años. (ESPAÑA., 1995)

²⁵ Artículo 227. 1. El que dejare de pagar durante dos meses consecutivos o cuatro meses no consecutivos cualquier tipo de prestación económica en favor de su cónyuge o sus hijos, establecida en convenio judicialmente aprobado o resolución judicial en los supuestos de separación legal, divorcio, declaración de nulidad del matrimonio, proceso de filiación, o proceso de alimentos a favor de sus hijos, será castigado con la

A França, que aboliu a prisão civil ainda em 1867 inspirada no ideário de liberdade, igualdade e fraternidade (MAIA, 2013, p. 55), comina a pena de prisão de dois anos e multa, a quem deixa de adimplir a obrigação alimentar estabelecida judicialmente ou homologada pelo juízo, além de também criminalizar a conduta do devedor que deixa de notificar sua mudança de endereço ao credor no prazo de um mês a contar da mesma, cuja pena consiste em seis meses de prisão e multa²⁶.

Portugal, que só admite a prisão advinda de sanção penal, também faz uso do desse sistema, por meio do art. 250, que dispõe que

- 1 - Quem, estando legalmente obrigado a prestar alimentos e em condições de o fazer, não cumprir a obrigação no prazo de dois meses seguintes ao vencimento, é punido com pena de multa até 120 dias.
- 2 - A prática reiterada do crime referido no número anterior é punível com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias.
- 3 - Quem, estando legalmente obrigado a prestar alimentos e em condições de o fazer, não cumprir a obrigação, pondo em perigo a satisfação, sem auxílio de terceiro, das necessidades fundamentais de quem a eles tem direito, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.
- 4 - Quem, com a intenção de não prestar alimentos, se colocar na impossibilidade de o fazer e violar a obrigação a que está sujeito criando o perigo previsto no número anterior, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.
- 5 - O procedimento criminal depende de queixa.
- 6 - Se a obrigação vier a ser cumprida, pode o tribunal dispensar de pena ou declarar extinta, no todo ou em parte, a pena ainda não cumprida. (PORTUGAL, 1995)

Dessa leitura, extrai-se uma situação no mínimo curiosa: a possibilidade de extinção da pena restante diante da quitação da dívida, conforme o item “6” do dispositivo,

pena de prisión de tres meses a un año o multa de seis a 24 meses. 2. Con la misma pena será castigado el que dejare de pagar cualquier otra prestación económica establecida de forma conjunta o única en los supuestos previstos en el apartado anterior. 3. La reparación del daño procedente del delito comportará siempre el pago de las cuantías adeudadas.

Artículo 228. Los delitos previstos en los dos artículos anteriores, sólo se perseguirán previa denuncia de la persona agraviada o de su representante legal. Cuando aquélla sea menor de edad, incapaz o una persona desvalida, también podrá denunciar el Ministerio Fiscal. (ESPAÑA., 1995)

²⁶ Article 227-3. Le fait, pour une personne, de ne pas exécuter une décision judiciaire ou une convention judiciairement homologuée lui imposant de verser au profit d'un enfant mineur, d'un descendant, d'un ascendant ou du conjoint une pension, une contribution, des subsides ou des prestations de toute nature dues en raison de l'une des obligations familiales prévues par le code civil, en demeurant plus de deux mois sans s'acquitter intégralement de cette obligation, est puni de deux ans d'emprisonnement et de 15 000 euros d'amende.

Les infractions prévues par le premier alinéa du présent article sont assimilées à des abandons de famille pour l'application du 3° de l'article 373 du code civil.

Article 227-4. Le fait, par une personne tenue, dans les conditions prévues à l'article 227-3, à l'obligation de verser une pension, une contribution, des subsides ou des prestations de toute nature, de ne pas notifier son changement de domicile au créancier dans un délai d'un mois à compter de ce changement, est puni de six mois d'emprisonnement et de 7 500 euros d'amende. (FRANÇA, 2013)

apesar de estar claramente inserida na legislação penal, assemelha-se em muito com a prisão civil existente hoje no Brasil.

Parece que quando o legislador português fez essa opção pela possibilidade de extinção da pena, deu a mesma mais um caráter coercitivo – porque o devedor sabe que se quitar a dívida poderá ver sua pena extinta – que punitivo, ainda mais quando estabelece a ação como de iniciativa privada, proporcionando ao credor, por meio da queixa, a possibilidade de ver o devedor ser preso, no âmbito penal, mas com inegável caráter de coerção ao pagamento.

Poder-se-ia exemplificar aqui ainda inúmeros países, neles incluso o Brasil, que adotam a postura da criminalização da conduta do devedor de alimentos, com menores ou maiores penas, residindo pouca diferença entre os dispositivos. A criminalização da conduta, no entanto, sabidamente não é a solução para o credor dos alimentos.

A condenação criminal do devedor de alimentos traz consequências ainda mais graves que a prisão civil. Se essa aniquila a dignidade do devedor e compromete sua capacidade econômica, tanto o mais aquela, que tem embutida um imenso rol de penas não expressas na legislação, na falta de melhor expressão, que compreendem, no entender de Aury Lopes (2012, p. 424), a estigmatização social e jurídica, angústia e sofrimento psíquico, constrangimento inerente à submissão ao exercício do poder estatal, além da famigerada negatização dos antecedentes criminais do devedor de alimentos, dificultando sobremaneira a busca por um emprego no mercado atual.

Essa questão da condenação criminal poderia levar ainda a uma produtiva discussão acerca dos objetivos da pena e à própria função do sistema penal, questionando a utilidade da pena de prisão nesse caso, quando deveria ser a *ultima ratio*, mas, por objetividade, cumpre aqui apenas destacar que criminalizar a conduta do devedor não é suficiente. Não é de utilidade alguma ao credor dos alimentos ver seu provedor preso, a menos que alguém assuma essa responsabilidade, pois a necessidade do alimentando não desaparece, como que por um toque de mágica, com a prisão do devedor. Muito pelo contrário: com a prisão, o alimentando corre o risco de ficar plenamente desamparado.

3.3.2 A responsabilização estatal

Diante da inadimplência do devedor de alimentos, os Estados têm buscado formas de garantir a prestação dos alimentos ao credor. Como a natureza dos alimentos é intrinsecamente conectada ao direito à vida, bem protegido pelos Estados democráticos, é consequência que os mesmos assumam, ao menos em última instância, à despeito de ideologias neoliberais apregoando um Estado mínimo, a responsabilidade pela sobrevivência desses credores, que precisam dos alimentos para tanto.

Nesse intento, o direito português, criou um Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores por meio da Lei nº 75, de 19 de novembro de 1998 (PORTUGAL, 1998), pelo qual o Estado português responsabiliza-se pelo pagamento das prestações alimentícias, quando o devedor não o fizer, ao credor até completar dezoito anos. O valor dessa prestação paga pelo Estado é fixada também pelo binômio necessidade e possibilidade, conforme o art. 2º.

Para ter direito a essa prestação pelo Estado, o próprio alimentando, ou o Ministério Público, deve requerer, nos mesmos autos da execução infrutífera contra o devedor de alimentos, que o Judiciário fixe um valor que o Estado deve prestar. Interessante inovação traz o art. 6º da referida lei, que dispõe que “*o Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores fica sub-rogado em todos os direitos dos menores a quem sejam atribuídas prestações, com vista à garantia do respectivo reembolso*” (PORTUGAL, 1998).

A Espanha, por sua vez, adicionou uma disposição ao seu Código Civil em 2005, por meio da lei nº 15, de 8 de julho de 2005, criando também um fundo de garantia de pensões, pelo qual garante aos credores menores de idade o pagamento dos alimentos vencidos e não pagos, desde que fixados por sentença ou celebrados em acordo homologado pelo magistrado²⁷. Por se tratar de um fundo de garantia, o mesmo dispositivo especificou que os valores de cobertura das pensões seriam estabelecidos em legislação específica, donde se conclui que não correspondem exatamente ao valor que seria devido pelo alimentante.

Cahali (2013, p. 711) relata também disposição semelhante do direito francês nesse sentido, que instituiu, por meio da Lei nº 75-168, de 1975, a chamada cobrança pública

²⁷ El Estado garantizará el pago de alimentos reconocidos e impagados a favor de los hijos e hijas menores de edad en convenio judicialmente aprobado o en resolución judicial, a través de una legislación específica que concretará el sistema de cobertura en dichos supuestos. (ESPAÑA, 2005)

das pensões alimentares, que consiste na cobrança da dívida pelo credor diretamente ao Tesouro, quando tiver ajuizado uma das execuções previstas na legislação sem obter sucesso.

Há ainda disposições bem semelhantes em outros países, todas com o objetivo de, diante da inadimplência do devedor, garantir a sobrevivência do necessitado. As legislações espanhola e francesa têm como mérito substituírem o credor na execução, já que o Estado não tem sua sobrevivência dependente da quitação com urgência dessa dívida. Merece destaque, no entanto, a advertência de Cahali (2013, p. 711), que entende que tais inovações legislativas não podem ser introduzidas em nosso País, sob pena de consequências desastrosas ao erário.

3.3.3 O Registro dos Devedores Alimentários

Talvez a inovação legislativa mais prodigiosa nessa seara alimentar seja a promovida pela Argentina, que instituiu na província de Buenos Aires, através da Lei nº 13.074, de 7 de agosto de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 340, de 8 de março de 2004, o Registro dos Devedores Alimentares, consistente na inscrição em uma lista dos devedores de alimentos, inadimplentes por três prestações consecutivas ou cinco alternadas.

Para tanto, os devedores são intimados para adimplir a dívida, sob pena de serem inscritos nesse cadastro, que pode ser feito mediante requerimento judicial ou pelo próprio credor. A partir desse registro, é emitida uma certidão, necessária para muitos atos da vida civil. Se na certidão não constar a expressão “*libre de deuda registrada*”, significa que a pessoa tem uma dívida; sendo impedida, portanto, de realizar qualquer operação bancária, de participar de habilitações para abertura de lojas ou indústrias, de participar de concessões ou licitações, de obter a concessão de licença de motorista definitiva ou ainda de ocupar cargo público (ARGENTINA, 2003).

Tal lei constitui-se em um verdadeiro desencorajamento ao devedor de inadimplir os alimentos, ao passo que, para praticar qualquer ato importante da vida civil, o devedor deve apresentar uma certidão desse cadastro. De antemão, há sempre os que dirão que esses cadastros expõem a privacidade e intimidade dos devedores, não sendo cabíveis na seara familiar, que demanda segredo de justiça, ou impõem limitações demais ao devedor, onerando-o demasiadamente, em dissonância com o princípio da menor onerosidade.

Não há como se negar, contudo, que eventuais constrangimentos advindos de um cadastro são certamente muito menores que os embaraços causados por uma prisão. O inadimplemento alimentar, como bem aponta Grisard Filho (2006, p. 899), é um problema que sai da esfera privada da pessoa para *“revelar-se questão de ordem pública na medida em que atenta contra os direitos dos integrantes da família e contra a organização social baseada no respeito aos direitos humanos”*.

Por excesso de zelo, cuida lembrar que a busca de alternativas à prisão civil não se trata unicamente de uma procura por alternativas menos gravosas para o devedor, mas de, em primeiro lugar, uma busca pela satisfação do credor, que deve ter à sua disposição mecanismos céleres e efetivos para ver seu crédito adimplido. Dessa maneira, é acertada a criação da legislação argentina. As perturbações à intimidade do devedor parecem ser meros dissabores, quando comparados à gravidade do inadimplemento de uma obrigação alimentar.

3.4 Os caminhos brasileiros alternativos à prisão civil

Apesar de a Carta Magna prever a possibilidade da prisão civil do devedor de alimentos, cada vez mais tem-se constatado que tal mecanismo não basta. Diante da morosidade dos processos judiciais, é imperioso que se busquem caminhos alternativos à prisão civil, que possam, em conexão com cada caso concreto, forçar o devedor ao adimplemento da dívida, sob pena de se deixar o credor perecer à própria sorte. Assim, qualquer alteração legislativa ou construção jurisprudencial que contribua para tal fim é de enorme valia.

O legislador pátrio, infelizmente, como aponta Maria Berenice (2013, p. 5), tem sido desleixado com a obrigação alimentar, provocando insegurança com decisões contraditórias. Mas, a custosos passos, alguns novos caminhos, em grande maioria por contribuição da doutrina e da jurisprudência, têm surgido, como o cumprimento de sentença, a penhora do FGTS, a inscrição do devedor de alimentos nos bancos de proteção ao serviço de crédito, a imposição de multas diárias, o protesto dos devedores de alimentos, a responsabilização efetiva do Estado advinda com a Lei dos Idosos, além, é claro, dos avanços propiciados com o desenvolvimento de tecnologia, que visam a criação de cadastros de devedores de alimentos, todos abordados na continuação.

3.4.1 O cumprimento de sentença

Como já visto, a Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005, buscando celeridade na prestação jurisdicional e maior efetividade do processo, provocou uma profunda reforma no sistema processual brasileiro, principalmente no que tange à execução, ao romper com a autonomia do processo executivo. A partir dessa lei, o processo de execução passou a ser uma mera fase do processo de conhecimento, que não necessita de citação para formar a relação processual; desaparecendo, portanto, a execução de título executivo judicial.

O problema é que essa lei não alterou os procedimentos de execução de alimentos, regulados nos art. 732 a 735 do Código de Processo Civil, gerando dúvidas na doutrina e na jurisprudência acerca da aplicabilidade desse novo procedimento em caso de execução de obrigação alimentar.

Maria Berenice Dias (DIAS, 2013d) defende a tese de que a “*omissão do legislador em fazer referência expressa aos dispositivos que regulam a execução de alimentos não tem o condão de afastar a busca pela efetividade da Justiça*”, porque ao credor de alimentos foi conferida proteção especial pela Constituição, por se tratar de um direito à vida.

A seu turno, Araken de Assis (2012, p. 1.033) entende que não se pode imputar ao legislador um mero esquecimento. Para ele, se o legislador, ao reformar todo o processo executivo, manteve intacta a execução de alimentos, não se pode entender que o art. 732 do Código de Processo Civil foi revogado, devendo-se continuar a seguir este procedimento.

Apesar desses pensamentos, o Superior Tribunal de Justiça tem decidido pela aplicação do rito de cumprimento de sentença à execução de alimentos, porque tem tornado mais ágil o adimplemento da obrigação, característica da qual muito necessita o credor de alimentos.

Assim, o credor de alimentos, após o trânsito em julgado da sentença, deve requerer a intimação do devedor para que quite a dívida no prazo de quinze dias, sob pena de incidência da multa prevista no art. 475-J do Código de Processo Civil, se o débito alimentar compreender prestações pretéritas²⁸.

²⁸ DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ALIMENTOS. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ARTIGOS ANALISADOS: 475-J E 732 DO CPC.

1. Ação de alimentos ajuizada em 2005, da qual foi extraído o presente recurso especial, concluso ao Gabinete em 13.12.2012.

Em se tratando de prestações recentes, que compreendem os três meses anteriores ao ajuizamento da execução, em consonância à Súmula nº 309 do Superior Tribunal de Justiça, pode o credor, nesses mesmos autos, requerer a intimação do devedor para que pague as prestações devidas em três dias, sob pena de prisão.

De se ver, então, que o cumprimento de sentença, por ser um procedimento mais célere que a tradicional execução por quantia certa contra devedor solvente, é uma inovação do legislador que, apesar de ter esquecido o credor de alimentos, deve ser aplicada a esses casos, sob pena de se desprestigiar o credor de dívida tão especial.

3.4.2 A obrigação alimentar do Estado e a Lei do Idoso

O art. 230 da Constituição Federal assevera que *“a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”* (BRASIL, 1988), deixando clara a responsabilidade, ainda que em último lugar, do Estado em garantir a obrigação alimentar, impondo-lhe o dever de assistência.

Como forma de atender o comando constitucional, o legislador inseriu no ordenamento a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, conhecida como Estatuto do Idoso, que prevê expressamente em seu art. 14 o dever do Poder Público em prestar os alimentos ao idoso, se seus familiares não possuírem condições de contribuir para o seu sustento. (BRASIL, 2003)

Nessa esteira, entende-se que, por isonomia, tal dispositivo deve ser aplicado também às crianças e adolescentes, a quem a Constituição Federal, em seu art. 227, atribuiu proteção integral, sendo dever da família, da sociedade e do Estado assegurar com absoluta prioridade o direito à vida, ainda mais quando os alimentos foram promovidos à categoria de direito social (BRASIL, 1988).

2. Determinar se a sistemática de execução estabelecida a partir da edição da Lei nº 11.232/05 pode também ser aplicada à execução de alimentos.

3. A Lei 11.232/2005 pretendeu tornar a prestação jurisdicional mais célere e menos burocrática, antecipando a satisfação do direito reconhecido na sentença.

4. Tendo em vista a urgência e a importância do crédito alimentar, conclui-se que a execução dos débitos alimentares pretéritos deve ser feita por meio de cumprimento de sentença.

5. Recurso especial conhecido e provido. (BRASIL, 2013)

No pensamento da Maria Berenice, a criança, com idade até 14 anos, faz jus ao mesmo valor assegurado ao idoso, que corresponde a um salário mínimo, mas a quem tem entre 14 e 18 anos de idade, “*a forma de o Estado safar-se do pagamento dos alimentos é garantir-lhes trabalho como aprendiz*” (DIAS, 2013e), ficando o Poder Público desonerado da obrigação quando o necessitado apresenta capacidade laborativa.

Há que se ressaltar que, apesar de se tratar de uma ação contra a Fazenda Pública, descabe a vedação de concessão de tutela antecipada ou ainda a exigência do reexame necessário da sentença que condena o Estado ao pagamento dos alimentos, “*sob pena de se retirar o caráter de imediatidade de benefício que tem natureza assistencial*” (DIAS, 2013, p. 123).

Quanto à execução dessa obrigação, descabe o rito de expropriação, por serem os bens públicos inalienáveis, ou da coação pessoal, mas sujeita-se o agente público, se descumprir a obrigação, às sanções do art. 601 do Código de Processo Civil, caracterizando ato atentatório à dignidade da Justiça.

A imposição de multa diária também é desaconselhada, porque, enquanto meio de coerção que age sobre o patrimônio do devedor, pressiona “*psicologicamente quem deve para cumprir a ordem judicial, ameaçando-o com sanção pecuniária, o objetivo das astreintes é frustrado pela impossibilidade de atingir a pessoa do devedor*” (DIAS, 2013e), além de onerar demasiadamente o Erário.

A medida apontada como solução por Maria Berenice (2013e), por ser menos gravosa, mas efetiva, consiste na penhora *on line* de numerário correspondente ao valor da dívida nas contas bancárias da Fazenda Pública.

Dessa feita, percebe-se que o Brasil tem seguido a tendência reproduzida na legislação internacional de responsabilizar o Estado pela obrigação alimentar, mas encontra-se ainda distante das legislações estudadas anteriormente, como Portugal e Espanha, na medida em que só se responsabiliza quando a pessoa não tem familiares com condições econômicas de prover o seu sustento, deixando ainda desamparado o credor que não consegue obter êxito na execução contra o devedor.

3.4.3 A penhora do FGTS

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, instituto do direito previdenciário, sucedâneo da garantia de estabilidade, é uma “*reserva constituída por contribuição do empregado e do empregador para formar um pecúlio em favor do primeiro, quando despedido do emprego, sendo, portanto, de natureza essencialmente indenizatória, e não salarial*” (CAHALI, 2013). As hipóteses de levantamento do FGTS são as enumeradas no art. 20, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Em razão de sua natureza indenizatória, o entendimento inicial é de que descabe ser compartilhado com o credor de alimentos esse valor. Quando o devedor é demitido, entretanto, fica em risco suas condições econômicas de continuar a prestar os alimentos ao credor (CAHALI, 2013, p. 517). Assim, com o intuito de preservar a continuidade do adimplemento da obrigação alimentar, tem-se admitido a utilização do FGTS para tal fim. As decisões nesse sentido não abarcam os casos em que o credor continua recebendo regularmente sua pensão, quando, então, decide-se que o credor não faz ao numerário disponível na conta vinculada ao FGTS, a menos que haja um acordo entre os interessados que admita a incidência da pensão sobre tal verba (CAHALI, 2013, p. 519).

O Superior Tribunal de Justiça, de outro lado, cedimentou a posição jurisprudencial de admissão da penhora do FGTS para além das hipóteses alencadas no art. 20 da lei que regula o FGTS, por entender ser um rol meramente explicativo²⁹, pois “*nada justifica que o devedor armazene um crédito para quando se aposentar, atingir 70 anos ou*

²⁹ RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE DÉBITO ALIMENTAR - PENHORA DE NUMERÁRIO CONSTANTE NO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) EM NOME DO TRABALHADOR/ALIMENTANTE - COMPETÊNCIA DAS TURMAS DA SEGUNDA SEÇÃO - VERIFICAÇÃO - HIPÓTESES DE LEVANTAMENTO DO FGTS - ROL LEGAL EXEMPLIFICATIVO - PRECEDENTES - SUBSISTÊNCIA DO ALIMENTANDO - LEVANTAMENTO DO FGTS - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

I - A questão jurídica consistente na admissão ou não de penhora de numerário constante do FGTS para quitação de débito, no caso, alimentar, por decorrer da relação jurídica originária afeta à competência desta c. Turma (obrigação alimentar), deve, de igual forma ser conhecida e julgada por qualquer dos órgãos fracionários da Segunda Seção desta a. Corte;

II - Da análise das hipóteses previstas no artigo 20 da Lei n.

8.036/90, é possível aferir seu caráter exemplificativo, na medida em que não se afigura razoável compreender que o rol legal abarque todas as situações fáticas, com a mesma razão de ser, qual seja, a proteção do trabalhador e de seus dependentes em determinadas e urgentes circunstâncias da vida que demandem maior apoio financeiro;

III - Irretorquível o entendimento de que a prestação dos alimentos, por envolver a própria subsistência dos dependentes do trabalhador, deve ser necessariamente atendida, ainda que, para tanto, proceda-se ao levantamento do FGTS do trabalhador;

IV - Recurso Especial provido. (BRASIL, 2010)

quiser adquirir casa própria, enquanto alguém, sem condições de prover seu próprio sustento, fica sem receber o que lhe é devido” (DIAS, 2013, p. 185).

Com esse posicionamento jurisprudencial, há uma maior garantia para o credor dos alimentos, que, se não conseguir de outro modo executar o devedor, poderá fazer uso do FGTS, garantindo sua subsistência.

3.4.4 A inscrição nos serviços de proteção ao crédito

A partir da vigência do Código do Consumidor, passou-se a regular, no bojo de seu art. 43, “*os bancos de dados e cadastros de todo e qualquer fornecedor público ou privado que contenham dados do consumidor, relativos à sua pessoa ou às suas ações enquanto consumidor*” (NUNES, 2011, p. 606).

Apesar de não haver previsão legal para a inscrição do devedor de alimentos nos serviços de proteção ao crédito, ou de não ser uma medida executiva típica, a jurisprudência tem admitido, timidamente, principalmente no Tribunal de Justiça de São Paulo e Minas Gerais, a negativação do devedor nesses cadastros³⁰, porque “*representa forma indireta, verdadeiro instrumento de pressão – modo de compelir o devedor ao cumprimento da obrigação. Tão coercitiva quanto a própria prisão civil, o devedor tem de ser constrangido ao pagamento do débito*” (DIAS, 2013, p. 249).

A questão da inscrição do devedor de alimentos nos serviços de proteção ao crédito insere-se na discussão acerca da própria natureza desses serviços, que têm como fim auxiliar os fornecedores nas decisões de crédito (NUNES, 2011, p. 607). Ademais, a execução de alimentos, inserida na seara do Direito de Família, goza de sigilo, como forma de proteger a intimidade dos membros da família, que não encontra eco nesses cadastros que abrangem

³⁰ Agravo de instrumento. Execução de alimentos. - Agravante requereu a expedição de ofícios ao SPC e ao SERASA para inscrição do alimentante em seus cadastros. Admissibilidade. O ordenamento jurídico confere ao magistrado poderes para adotar medidas coercitivas atípicas, adequadas ao caso concreto, com o objetivo de garantir a efetiva e célere satisfação do credor. Por conseguinte, não obstante a execução de alimentos ter procedimento próprio, o pleiteado pelo menor é também um meio coercitivo admitido. - Indeferimento de penhora de saldo de FGTS para garantir o cumprimento de obrigação alimentar. Decisão reformada. Hipótese excepcional que justifica a constrição. Observância aos princípios da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana. - Agravo provido. (SÃO PAULO, 2012)

apenas relações de consumo. Por essas razões, a maioria da jurisprudência tem resistido às pretensões de inscrição do devedor de alimento nos cadastros de consumidores³¹.

É nítido que há uma descaracterização dos serviços de proteção ao crédito quando se inscreve o devedor de alimentos, passando longe de uma relação consumerista, mas também é certo que tal mecanismo foi uma forma de confirmar a proteção especial ao devedor de alimentos, que deve dispor de mecanismos ágeis e céleres para compelir o devedor ao adimplemento, ante à mora do legislador em criar um cadastro compatível com a obrigação alimentar.

3.4.5 A imposição de *astreintes* ao devedor de alimentos

A multa diária, prevista no §4º do art. 461 do Código de Processo Civil, inerente às execuções de obrigações de fazer ou não fazer, é um meio coercitivo destinado a pressionar o devedor ao adimplemento da obrigação – “*ameaça-se o devedor com medidas constritivas que o induzem, por ato próprio, a cumprir a prestação devida*” (WAMBIER, ALMEIDA e TALAMINI, 2005, p. 248).

Apesar de os alimentos serem obrigação de pagar, a doutrina defende a imposição da multa aos devedores de alimentos, quando esse é solvente e resiste injustificadamente ao pagamento pontual dos alimentos. De se ressaltar que esse instituto não é de grande valia quando o valor da pensão é pequeno e o devedor tem poucas condições financeiras, pois “*como nem consegue o devedor pagar os alimentos, não há como ampliar a dívida aplicando-lhe a multa*” (DIAS, 2013, p. 249).

Mas, tratando-se de devedor com grande capacidade econômica, a imposição de multa diária pelo inadimplemento pode ser instrumento ainda mais eficaz que a prisão civil,

³¹ AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PEDIDO DE INCLUSÃO DO NOME DO EXECUTADO EM CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DESCABIMENTO. 1. Comporta decisão monocrática o recurso que versa sobre matéria já pacificada no Tribunal de Justiça. Inteligência do art. 557 do CPC. 2. Tratando-se de execução de alimentos é totalmente descabido o pedido de inclusão do nome do executado em cadastros de restrição ao crédito, pois a SERASA e SPC são órgãos privados, que têm por escopo dar apoio às decisões de crédito, tendo o Poder Judiciário apenas o papel de coibir eventuais abusos contra os consumidores. 3. Considerando que não se trata de relação de consumo, que a relação jurídica está albergada pelo segredo de justiça e que inexistente previsão legal para a medida postulada, a decretação da prisão civil do devedor é a providência legal cabível para o devedor de alimentos recalcitrante, sem prejuízo de eventual responsabilização penal pelo crime de abandono material. Recurso desprovido. (SANTA CATARINA, 2011)

porque, se certo estiver o adágio popular que expressa que a parte mais sensível do corpo humano é o bolso, o alimentante evitará a todo custo inadimplir a obrigação.

3.4.6 O protesto de dívidas alimentares

O protesto, regulado pela Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, é um “*ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida*” (BRASIL, 1997) perante o Tabelião de Protestos e Títulos, constituindo-se em ferramenta imprescindível ao direito comercial, por ensejar ao protestado uma série de restrições no mercado, com impedimento de obter créditos bancários e financiamentos.

Esse caráter coercitivo muito interessa ao credor de alimentos, que dispõe de título executivo, razão pela qual a jurisprudência tem admitido, apesar da inexistência de previsão legal, o protesto de dívidas alimentares³². Nesse sentido, as Corregedorias dos Tribunais de Justiça de Pernambuco e do Mato Grosso do Sul já editaram provimentos regulando o protesto das dívidas dessa natureza.

Tramita também na Câmara dos Deputados o projeto de Lei nº 7.841, de 2010, iniciado pelo Deputado Sérgio Barradas Carneiro, que busca regular o assunto. Segundo o Deputado,

a prisão civil e a demorada penhora judicial criam maiores constrangimentos ao devedor de alimentos e nem sempre são suficientes para o cumprimento da obrigação, ou propiciam seu retardamento. Não se trata de sancionar por duas vezes a prática de um mesmo ato. Seu objetivo é instaurar mais um mecanismo que propicie o adimplemento das dívidas decorrentes de obrigação alimentar. O que se busca é maior efetividade e eficácia às execuções alimentares, para o que o protesto extrajudicial é instrumento idôneo (CARNEIRO, 2010).

Elogiável tal posicionamento – qualquer mecanismo que se proponha a dar efetividade e celeridade à execução, atentando ao princípio da dignidade humana, deve ser aproveitado pelo credor da obrigação alimentar.

³² AÇÃO DE NULIDADE DE APONTAMENTO CARTORIAL E PROTESTO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. DÍVIDA ALIMENTAR. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS JULGADA PROCEDENTE. EXECUÇÃO AFORADA. ACORDO DE PAGAMENTO PARCELADO DESCUMPRIDO. PROTESTO DE SENTENÇA. POSSIBILIDADE. Em se tratando de dívida alimentar e não de obrigação comum, não há empeco legal e nem é abusivo o protesto do título judicial (sentença) pelo credor. RECURSO IMPROVIDO, POR MAIORIA. (RIO GRANDE DO SUL, 2009b)

3.4.7 Cadastros dos devedores de alimentos

O desenvolvimento da tecnologia tem proporcionado grande celeridade aos processos judiciais, em especial à execução, que conta agora com penhoras *on line*, além de amplos banco de dados que permitem a busca pelo devedor de alimentos. Falta ainda ao País, entretanto, um cadastro dos devedores de inadimplentes de alimentos, semelhante ao instituído na Argentina, consumando-se como mais uma forma coercitiva à disposição do credor dos alimentos.

Nesse sentido, tramitou na Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 1.585 de 2007, de autoria do deputado Regis de Oliveira, que previa a criação do Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos, para inscrição do devedor de alimentos com atraso em três prestações alimentícias contínuas ou não. A inscrição nesse cadastro ensejaria, por força do art. 9º, a proibição ao devedor de prestar concurso público, participar de licitações, contratar com o Poder Público ainda receber dele qualquer benefício.

Infelizmente, o projeto não foi aprovado, por entenderem os deputados que o credor de alimentos já possui de mecanismos suficientes para forçar o devedor ao cumprimento da obrigação (VARELLA, 2013). Com essas palavras, a Câmara dos Deputados demonstra quão distante da realidade deste País se encontra, sendo pertinente a revolta de Maria Berenice Dias (2013, p. 6) ao questionar a mora legislativa, transcrita abaixo:

Será porque a quase unanimidade dos integrantes do Poder Legislativo são do sexo masculino e o dever de alimentos, invariavelmente, é dos homens? Estariam eles advogando em causa própria? Ou a representatividade dos credores do alimento é tão insignificante que não rende votos? Ou será que, ao proteger os homens, estes garantem um número maior de eleitores, por influenciarem o poder de decisão de quem deles depende? Quase, quase, a persistência do chamado voto “a cabresto”.

Tramita ainda no Senado o Projeto de Lei nº 405, de 2008, proposto pelo Senador Eduardo Suplicy, que cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares, que prevê, do mesmo modo que o projeto que tramitou na Câmara, a inscrição do devedor de alimentos com atraso em três prestações alimentícias contínuas ou não. Aqui, a inscrição no cadastro proíbe o devedor de ser nomeado a cargo público, de participar de licitações, contratar com o Poder Público ou dele perceber qualquer benefício.

O Senador Sérgio Zambiasi, relator do projeto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa, propôs diversas emendas ao projeto. De grande valia a observação do Senador de que a condição de estar inadimplente por três meses é incabida, “*dado que as*

medidas coercitivas já existentes para cobrar essas dívidas podem ser adotadas desde o primeiro dia de atraso” (ZAMBIASI, 2009).

O Senador apontou também que, por se tratar de uma norma autorizativa, não convém disciplinar detalhadamente o funcionamento do cadastro, que deve ser regulado pelo Poder Executivo. Ainda, com fulcro no contraditório e na ampla defesa, o Senador propõe que antes da inscrição no Cadastro o devedor de alimentos deve ser intimado para apresentar resposta.

O projeto encontra-se desde novembro de 2011 aguardando pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde recebeu voto pela rejeição do projeto pelo Senador Alvaro Dias, por entender que a competência para a criação de tal cadastro é do Presidente da República, nos termos do art. 61, §1º, inciso II, alínea “e” da Constituição Federal.

Analizando-se os dois projetos, entretanto, constata-se um problema no que concerne ao impedimento do devedor de alimentos de participar de concurso público, no caso do projeto da Câmara, ou de ser nomeado a cargo público, no projeto do Senado.

Impedir o devedor de alimentos de participar de concurso público não é razoável, porque a aprovação no concurso público, além de poder significar uma melhoria nas condições econômicas do devedor, é a satisfação de qualquer credor, que passará a ter a sua disposição a melhor forma executiva, mormente quando se trata de servidor público que goza de estabilidade, consistente no desconto em folha de pagamento.

É igualmente problemático o impedimento da nomeação. Parece que a postura mais acertada seria de nomear o candidato, condicionando sua posse à quitação da dívida alimentar, o que seria menos gravoso para o devedor e de interesse do credor.

De toda sorte, o projeto que tramitava na Câmara dos Deputados foi arquivado e o que tramita no Senado não parece estar em melhor situação. Assim, a esperança quanto à criação de um cadastro de devedores de alimentos deve ser depositada no Estatuto das Famílias, tramitando na Câmara sob o nº 2.285, de 2007, que prevê em seu art. 206 a criação do Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos, sempre que o réu for citado em uma execução e deixar de proceder o pagamento.

Diante do apresentado, vislumbra-se uma mora do legislador, que não dá a importância devida à obrigação alimentar, apesar de o constituinte ter permitido inclusive a prisão civil do devedor de alimentos. Talvez o motivo seja a crença popular de que não pagar

ensão dá cadeia, mas o fato é que a realidade forense está bem distante, devendo os legisladores atentarem-se em proporcionar aos credores mecanismos céleres, já que a grande maioria dos necessitados compreendem crianças, idosos, mulheres e pessoas com deficiências, que correspondem justamente aos segmentos mais vulneráveis da população.

CONCLUSÃO

O Poder Judiciário, na condição de órgão responsável por dar a resposta à sociedade em seus conflitos, tem deixado o credor da obrigação alimentar perecer à sua própria sorte, por não dispor de mecanismos processuais eficientes, capazes de forçar o devedor ao adimplemento da obrigação, que clama urgência e celeridade.

A prisão civil do devedor de alimentos, instituto criado para tal fim, extirpa a dignidade do devedor, provoca conflitos familiares e ainda é capaz de reduzir o devedor à miséria, o que não é de interesse do credor da obrigação. Ademais, no intuito de tentar preservar um pouco da dignidade da pessoa humana, a doutrina e a jurisprudência têm encontrado soluções que acabam por esvaziar completamente a efetividade do instituto.

Nesse contexto, conclui-se que é primordial a busca por caminhos alternativos à prisão civil do devedor de alimentos, que tenham o condão de fazer com que esse devedor cumpra sua obrigação, transformando a execução, de modo que deixe de ser um calvário para que passe a ser um processo célere e efetivo, com o qual o alimentando pode contar para ter seu direito à vida garantido.

A partir da análise da legislação estrangeira, foi possível constatar que, na grande maioria dos países, principalmente dentre as nações europeias mais desenvolvidas, não encontra mais eco nos ordenamentos a prisão civil do devedor de alimentos. Há ainda, entretanto, a previsão da criminalização da conduta do devedor que se omite reiteradamente em prestar amparo ao alimentando.

Por óbvio que a prisão penal do devedor em nada contribui para a situação do credor, mas esses mesmos países apresentam uma solução diferenciada: o Estado responsabiliza-se pela prestação dos alimentos ao credor da obrigação. Apesar de eventual oneração ao Erário, a medida demonstra-se justa, porque é responsabilidade do Estado a garantia do direito à vida, logo, deve o mesmo se responsabilizar pelos alimentos, quando o credor estiver desamparado.

A verdadeira inteligência da responsabilização do Estado é demonstrada nas legislações que prevêm sua a sub-rogação no lugar do credor. Como possui recursos disponíveis para sua manutenção, não necessitando do montante pecuniário de forma tão urgente quanto o credor de alimentos, é acertado que passe a ocupar o polo ativo da execução,

porque garante a vida do alimentando, enquanto persegue o cumprimento da execução pelo devedor.

Da análise desses ordenamentos estrangeiros, salta aos olhos a solução dada pela Argentina, que criou um cadastro para inscrição dos devedores de alimentos morosos, que enseja uma série de dificuldades na vida civil do devedor, que fica impossibilitado de fazer operações bancárias, contratar com a Administração Pública, ou ainda obter licença definitiva para dirigir; forçando-o, assim, ao cumprimento da obrigação.

De outro lado, a legislação brasileira caminha a passos curtos. A reforma operada no Código de Processo Civil por meio da Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005, que visou a efetividade e celeridade da execução civil, simplesmente esqueceu justamente da execução da obrigação que merece a mais especial atenção, o que gerou conflitos na doutrina e na jurisprudência, acerca da aplicação do cumprimento de sentença na matéria alimentar.

Apesar de a Constituição Federal responsabilizar o Estado pelo dever de sustento de idosos e crianças, foi somente em 2003 que a legislação ordinária passou a adotar algum procedimento nesse sentido. A partir do Estatuto do Idoso, ficou concretizada a responsabilidade do Estado para com a alimentação, se não houver familiares capazes de contribuir para o sustento do idoso.

Vê-se, porém, que as crianças continuam esquecidas, em que pese a Constituição ter atribuído a elas proteção integral com absoluta prioridade. Dessa forma, coube à doutrina construir uma teoria, amparada no princípio da isonomia, de modo a conceber que o Estatuto do Idoso deve ser aplicado nesse sentido também para as crianças e adolescentes, por força da previsão constitucional.

Na inércia do legislador, a jurisprudência também tem começado a aplicar inventivos caminhos, para, de maneira transversa, tentar dar efetividade ao processo de execução de alimentos. Assim, tem-se admitido a penhora do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do devedor, a inscrição do mesmo nos serviços de proteção ao crédito, apesar de se desvirtuar a natureza desses banco de dados, o protesto das dívidas alimentares, além da imposição de *astreintes* como meio coercitivo.

O legislador fez algumas tentativas de criar um cadastro de devedores de alimentos, semelhante ao argentino, que muito ajudaria os credores de obrigação alimentar, mas, até então, não conseguiu cumprir seu intento. A maior esperança reside no Estatuto das

Famílias, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família, mas que se encontra paralisado por resistência da bancada católica.

O que não dá para admitir é o arquivo de um projeto de lei, sob o argumento de que o credor da obrigação alimentar já possui de diversos mecanismos eficientes para buscar seu intento, sendo desnecessária a criação de mais um. Argumentos como esses, além de provocar revolta, demonstram o quão enclausurados em Brasília os deputados e senadores estão, que deixam de perceber os sofrimentos do credor de alimentos, que se sentem enganados pelo Poder Judiciário, ao perceberem que não pagar pensão não traz consequência nenhuma.

O processo de execução de alimentos só será realmente célere e efetivo quando o Poder Legislativo resolver ocupar-se com o direito à vida de nossa população e o Poder Judiciário, com o devido amparo legal, puder utilizar a tecnologia disponível no século XXI, para realizar citações por e-mail, determinar o desconto em folha ao empregador também por essa ferramenta, bloquear os bens do devedor quando de sua inadimplência, além de impedir que o mesmo tome posse em cargos públicos, candidate-se a cargos eletivos, tenha sua liberdade em sair do País cerceada e tenha seus sigilos fiscal, bancário e telefônicos quebrados, se injustificadamente deixar de prover os alimentos ao necessitado.

Dessa feita, o presente trabalho procurou demonstrar caminhos alternativos à prisão civil do devedor, incentivando a utilização das diversas alternativas criadas pela doutrina e jurisprudência, concluindo ainda a existência de um desleixo injustificável do legislador em proporcionar ao credor de alimentos um processo de execução de alimentos célere e eficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado de. *Jornada de Direito Civil*. Brasília: Conselho da Justiça Federal. 2007.

ARGENTINA. *Lei nº 524, de 22 de junho de 1872*. Disponível em: <<http://consulex.com.ar/Legislacion/Leyes/L0000514.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2013.

_____. *Lei nº 13.074, de 7 de agosto de 2003*. Disponível em: <<http://www.gob.gba.gov.ar/legislacion/legislacion/l-13074.html>>. Acesso em: 09 ago. 2013.

ASSIS, Araken de. *Manual da Execução*. 14ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Da execução de alimentos e prisão do devedor*. 8ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal (parte geral)*. 15ª. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2010.

BRASIL. *Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. *Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968. Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15478.htm>. Acesso em: 09 ago. 2013.

_____. *Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869compilada.htm>. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm>. Acesso em: 28 jul. 2013.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 set. 2013.

_____. *Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 23 set. 2013.

_____. *Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997. Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19492.htm>. Acesso em 29 jul. 2013.

_____. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 24 set. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 330011*. Relator: Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma. DJe, 25 fev. 2002.

_____. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.* Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 31 jul. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 445111*. Relator: Ministro Jorge Scartezzini, Quinta Turma. DJe, 19 dez. 2003.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 219199*. Relator: Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Segunda Seção. DJ, 03 mai. 2004.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus nº 16005*. Relator: Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma. DJe, 30 ago. 2004.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Súmula nº 309*. DJe, 4 mai. 2005.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus nº 44754*. Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma. DJe, 10 out. 2005.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 982.857*. Relator: Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma. DJe 03 out. 2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Especial nº 466.343*. Relator: Ministro Cezar Peluso, Tribunal Pleno. DJe, 5 jun. 2009.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 832.902*. Relator: Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma. DJe, 19 out. 2009.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1083061*. Relator: Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma. DJe, 07 abr. 2010.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Regimental no Recurso Especial nº 981.180*. Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma. DJe, 15 out. 2010.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 997.515*. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma. DJe, 26 out. 2011.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus nº 224.769*. Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma. DJe, 17 fev. 2012.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus nº 31991*. Relator: Ministro Raul Araújo, Quarta Turma. DJe, 26 abr. 2012.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1315476*. Relator: Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma. DJe, 25 out. 2013.

CAHALI, Yussef Said. *Dos Alimentos*. 8ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*. 20ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. II, 2012.

CARNEIRO, Sérgio Barradas. *Projeto de Lei nº 7.841, de 2010*. Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=815725&filename=PL+7841/2010>. Acesso em: 21 set. 2013.

CORDEIRO, Mauricio. *Prisão civil por dívida e sua proscrição definitiva (visão de uma nova praticidade normativa)*. São Paulo: Factash, 2008.

DANTAS, San Tiago. *Direito de Família e das Sucessões*. In: RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de Família*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DIAS, Maria Berenice. *Alimentos aos Bocados*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Alimentos sem culpa*. 2013. Disponível em:
<http://www.mariaberenice.com.br/uploads/2_-_alimentos_sem_culpa.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. *O calvário do credor de alimentos*. 2013. Disponível em:
<http://www.mariaberenice.com.br/uploads/o_calv%Elrio_do_credor_de_alimentos.pdf>. Acesso em: 13 2013 set. 10.

_____. *O cumprimento de sentença e a execução de alimentos*. 2013. Disponível em:
<http://www.mariaberenice.com.br/uploads/33_-_o_cumprimento_da_senten%E7a_e_a_execu%E7%E3o_de_alimentos.pdf>. Acesso em: 02 set. 2013.

_____. *Os alimentos após o Estatuto do Idoso*. 2013. Disponível em:
<http://www.mariaberenice.com.br/uploads/9_-_os_alimentos_ap%F3s_o_estatuto_do_idoso.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2013.

DIDIER JUNIOR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 13ª. ed. Salvador: Editora JusPodivm, v. 1, 2011.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 3ª. ed. São Paulo: Malheiros, v. IV, 2005.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Apelação cível nº 577198*. Relator: Desembargador Flavio Rostirola, Primeira Turma Cível. DJe, 10 abr. 2012.

EL SALVADOR. *Constitución de la República*. Disponível em:
<<http://www.constitution.org/cons/elsalvad.htm>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

ESPAÑA. *LEY 15/2005, de 8 de julio de 2005, por la que se modifican el Código Civil y la Ley de Enjuiciamiento y divorcio*. Disponível em:
<<http://www.boe.es/boe/dias/2005/07/09/pdfs/A24458-24461.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. *Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre, del Código Penal*. Disponível em:
<<https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1995-25444>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

FLEINER, Thomas. *O que são direitos humanos?* São Paulo: Max Limonad, 2003.

FRANÇA. *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789*. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 28/10/2013 out. 2013.

_____. *Code pénal*. Disponível em:
<<http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070719>>. Acesso em: 13 out. 2013.

FUX, Luiz. *O novo processo de execução (cumprimento de sentença e a execução extrajudicial)*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *Princípios constitucionais de Direito de Família: guarda compartilhada à luz da lei nº 11.698/08: família, criança, adolescente e idoso*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Orlando. *Direito de Família*. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro. Direito de Família*. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, v. 6, 2011.

GRISARD FILHO, Waldyr. O futuro da prisão civil do devedor de alimentos: caminhos e alternativas. In: PEREIRA, R. D. C. *V Congresso Brasileiro de Direito de Família. Família e dignidade humana*. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

LÔBO, Paulo. *Direito Civil. Famílias*. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOPES JUNIOR, Aury. *Direito processual penal e sua conformidade constitucional*. 9ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MADALENO, Rolf. *Novas perspectivas no direito de família*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

_____. Execução de alimentos pela coerção pessoal. *Revista Jurídica*, Porto Alegre, v.56, n.367, p.37-56, maio 2008.

_____. *Curso de Direito de Família*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MAIA, Roberto Serra da Silva. *Prisão civil do devedor de alimentos: abolição*. São Paulo: LTr, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. *Execução*. 4ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. *A Lei das XII Tábuas. Fonte do Direito Público e Privado*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de direito constitucional*. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MIRANDA, Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

NUNES, Luiz Antônio Rizatto. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PENA JUNIOR., Moacir César. *Direito das pessoas e das famílias*. São Paulo: Saraiva, 2008.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Princípios fundamentais norteadores do Direito de Família*. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PORTUGAL. *Decreto-lei nº 48, de 15 de março de 1995*. Disponível em:

<http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis>. Acesso em: 01 nov. 2013.

_____. *Lei nº 75, de 19 de novembro de 1998. Garantia dos alimentos devidos a menores*. Disponível em:

<http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=708&tabela=leis>. Acesso em: 28 out. 2013.

QUEIROZ, Paulo. *Funções do direito penal (legitimação versus deslegitimação do sistema penal)*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Agravo de Instrumento nº 70029149432*. Relator: Desembargador André Luiz Planella Villarinho, Sétima Câmara Cível. DJ, 17 jul. 2009.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação Cível nº 70030869051*. Relator: Claudir Fidelis Faccenda, Oitava Câmara Cível. DJ, 01 out. 2009.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Agravo de Instrumento nº 70044201309*. Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Sétima Câmara Cível. DJ, 03 out. 2011.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Habeas Corpus nº 70045135852*. Relator: Desembargadora Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Décima Segunda Câmara Cível. DJ, 16 jan. 2012.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação Cível nº 70042732412*. Relator: Desembargador Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Sétima Câmara Cível. DJe, 30 mar. 2012.

RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de Família*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. *Habeas Corpus nº 2004.005995-7*. Relator: Desembargador Monteiro Rocha, Segunda Câmara de Direito Civil. DJe, 30 abr. 2004.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. *Agravo de Instrumento nº 2007.034835-8*. Relator: Desembargador Fernando Carioni, Terceira Câmara de Direito Civil. DJe, 26 mar. 2008.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. *Apelação Cível nº 2004.034220-9*. Relator: Desembargador Monteiro Rocha, Quarta Câmara de Direito Civil. DJe, 17 jul. 2008.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. *Habeas Corpus nº 2010.073970-0*. Relator: Desembargador Luiz Carlos Freyesleben, Segunda Câmara de Direito Civil. DJe, 11 jan. 2011.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. *Apelação Cível nº 2011.024821-2*. Relator: Desembargador João Batista Goés Ulysséa, Segunda Câmara de Direito Civil. DJe, 23 abr. 2013.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. *Agravo de Instrumento nº 3777454000*. Relator: Desembargador De Santi Ribeiro, Primeira Câmara de Direito Privado. Julgamento: 09 jun. 2005.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. *Agravo de Instrumento nº 2853387520118260000*. Relator: Desembargador Natan Zelinski de Arruda. Julgamento: 15 mar. 2012.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 33ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SIMÃO, José Fernando; TARTUCE, Flávio. *Direito Civil. Direito das Sucessões*. 5ª. ed. São Paulo: Método, v. 6, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Processo de execução e cumprimento da sentença*. 25ª. ed. São Paulo: Livraria e Editora Universária de Direito, 2008.

VARELLA, Lael. *Projeto de Lei nº 1.585, de 2007*. Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E8D3424DD744E93B3BC9F0C74120B3AE.node1?codteor=817008&filename=Tramitacao-PL+1585/2007>. Acesso em: 21 set. 2013.

VELOSO, Zeno. Código civil comentado. In: AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Direito de família, alimentos, bem de família, união estável, tutela e curatela*: arts. 1.694 a 1.783. São Paulo: Atlas, v. XVII, 2003.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil: direito de família*. 10ª. ed. São Paulo: Atlas, v. 6, 2010.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil*. 7ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 2, 2005.

ZAMBIASI, Sérgio. *Projeto de Lei nº 405, de 2008*. Senado Federal, 2009. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/65627.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2013.

ANEXOS

ANEXO A

Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 7.841, de 2010.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2010
(Do Sr. Sérgio Barradas Carneiro)

Dispõe sobre protesto de dívidas alimentares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o protesto extrajudicial de dívidas alimentares.

Art. 2º A dívida alimentar decorrente de relação de parentesco, de vínculo familiar ou da prática de ato ilícito, poderá ser levada a protesto nos termos da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, desde que haja:

- I- decisão judicial irrecorrível fixando alimentos provisórios ou provisionais;
- II- sentença transitada em julgado, depois de transcorrido o prazo para pagamento espontâneo nos termos do art. 475, J do Código de Processo Civil;
- III- inércia do devedor, depois de decorrido o prazo de pagamento concedido pelo juiz na execução do encargo alimentar.

§ 1º Cabe ao credor requerer a emissão de certidão judicial da existência da dívida e levá-la a protesto no Tabelionato de Protesto de Títulos.

§ 2º A certidão de dívida judicial, a ser fornecida no prazo de três dias, deve indicar o nome e qualificação do credor e do devedor, o número do processo judicial, o valor líquido e certo da dívida, e a data do recurso do prazo para recurso, em se tratando de decisão interlocutória, ou do trânsito em julgado da sentença.

Art. 3º A exigibilidade das custas e emolumentos ficará suspensa quando o devedor litigar sob o benefício da assistência judiciária.

Art. 4º O devedor que tiver proposto ação rescisória, frente a ação que estabeleceu o encargo alimentar, pode requerer, às suas expensas e responsabilidade, anotação, à margem do título protestado, acerca da existência da referida ação.

Art. 5º O pedido de cancelamento do protesto, deverá ser acompanhado de prova da quitação integral do débito, expedido pela autoridade judiciária.

Parágrafo único. O cancelamento ocorre no prazo de três dias, a contar do protocolo do requerimento.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor no prazo de 180(cento e oitenta) dias, contado de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Com o advento da Emenda Constitucional nº 64 de 4 de fevereiro de 2010, foi incluído no rol dos direitos sociais a alimentação. Além dessa prerrogativa de direitos, a alimentação é imprescindível para a realização da dignidade da pessoa humana, integrando seu mínimo existencial.

O propósito deste projeto de lei é ampliar a efetividade das medidas que possibilitem a satisfação do credor de alimentos, exigíveis em virtude de decisão judicial. Antes as repercussões nas pretensões de crédito do devedor, o protesto extrajudicial estimulará o cumprimento voluntária de sua obrigação, de modo mais rápido, reduzindo a mobilização da máquina judiciária, como demonstram experiências bem sucedidas nos Estados de Pernambuco e Goiás, por força de iniciativas de suas Corregedorias de Justiça, que expediram Provimentos nesse sentido.

A prisão civil e a demorada penhora judicial criam maiores constrangimentos ao devedor de alimentos e nem sempre são suficientes para o cumprimento da obrigação, ou propiciam seu retardamento.

Não se trata de sancionar por duas vezes a prática de um mesmo ato. Seu objetivo é instaurar mais um mecanismo que propicie o adimplemento das dívidas decorrentes de obrigação alimentar. O que se busca é maior efetividade e eficácia às execuções alimentares, para o que o protesto extrajudicial é instrumento idôneo.

A Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, alberga títulos e documentos de dívida(v. art1º), alcançando todas as situações jurídicas originadas em documentos que representem dívida líquida e certa. O projeto de lei explicita em sua abrangência os documentos de dívidas alimentares, certificadas pelo Poder Judiciário.

Certos de que a importância deste projeto de lei e os benefícios dele advindos serão percebidos pelos nossos ilustres Pares, esperamos contar com o apoio necessário para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 2010.

SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO
Deputado Federal PT/BA

ANEXO B

Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 1.585, de 2007.

PROJETO DE LEI Nº de 2007
(Do Sr. Regis de Oliveira)

Fica criado o Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos (CPCA), no Ministério da Justiça, no qual será inscrito o nome do devedor de alimentos em atraso com suas obrigações, a partir de 03 (três) prestações, sucessivas ou não, estabelecidas por concessão liminar, sentença ou homologação de acordo judicial ou extrajudicial.

Art. 1º. - Fica criado o Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos (CPCA), no Ministério da Justiça, no qual será inscrito o nome do devedor de alimentos em atraso com suas obrigações, a partir de 03 (três) prestações, sucessivas ou não, estabelecidas por concessão liminar, sentença ou homologação de acordo judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Único: O limite de 03 (três) prestações em atraso, constante do “caput”, será considerado para a primeira inscrição do devedor de alimentos no CPCA. A partir dessa inscrição, a próxima inclusão dos dados mencionados na alínea “b” do art. 2.º poderá ser feita a partir de qualquer número de prestações inadimplidas.

Art. 2º. - Compete ao órgão operacionalizador do CPCA, que deverá ser empresa especializada, pública ou privada:

- a) criar um banco de dados com âmbito nacional, para o cadastramento dos devedores de alimentos inadimplentes com as suas obrigações, de acordo com a previsão do “caput” do art. 1º desta Lei;
- b) expedir, a pedido do cadastro, o “Certificado de Anotação”.

§ 1º. - Do Certificado de Anotação constará a qualificação do devedor de alimentos, consoante o disposto no art. 3º., o(s) valor(es), a(s) data (s) e o número de parcelas inadimplidas; e o(s) órgão (s) jurisdicional(is) que expediu(ram) a(s) respectiva(s) decisão(es) ou considerou(aram) quitada a dívida.

§ 2º. - As anotações do Certificado de Anotação refletirão toda a qualquer decisão e/ ou quitação, em ordem cronológica.

Art. 3º. - O órgão processador do CPCA fará constar do Cadastro, em relação ao devedor de alimentos inadimplente:

- a) Nome, CPF, e domicílio constante do último processo judicial;



b) Valor(es) , data(s), número de parcelas inadimplidas e órgãos(s) jurisdicional(is) que expediu(ram) a(s) respectiva(s) decisão(ões) ou considerou(aram) quitada a dívida;

c) Decreto(s) de prisão e eventual(is) revogação(ões) ou prazo de cumprimento da obrigação.

Art. 4º. - O órgão jurisdicional, com o uso de certificado digital, deverá encaminhar ao CPCA o teor da decisão que reconheceu ou declarou quitado o débito, para a anotação no prazo de três (03) dias úteis, contado da data respectiva publicação. Desta providência não caberá recurso, sendo que o lançamento somente será efetuado se comprovada a quitação integral da dívida.

Art. 5º. - O requerimento visando a cancelar a anotação no CPCA deverá ser acompanhada de prova evidente da quitação integral do débito, certificado pelo órgão jurisdicional que a reconheça, devendo o cancelamento ocorrer no prazo de três (03) dias úteis, a contar do protocolo do requerimento.

Parágrafo Único – O órgão processador comunicará o teor das inscrições no CPCA e o seu cancelamento aos órgãos integrantes do Sistema de Proteção ao Crédito; às instituições financeiras; aos fundos de pensão, públicos ou particulares; e às delegacias notarias mediante requerimento.

Art. 6º. - O acesso às informações constante no CPCA, ao cadastro e às demais entidades mencionadas no Parágrafo Único do artigo anterior, será livre, gratuito e não preservado pelo segredo de Justiça. As informações serão atualizadas mensalmente, em página *web*.

Art. 7º. - Quaisquer entidades ou empresas, públicas ou particulares, bem como os respectivos servidores, empregados, administradores ou prepostos, poderão ser responsabilizados nos termos da legislação em vigor, especialmente, da lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) e do Código Penal, por atos que impeçam, dificultem ou atrasem a comunicação ou cancelamento das inscrições de que trata esta lei, ou que omitam informações sobre o devedor de alimentos inadimplente.

Disposições Transitórias

Art. 8º. - O Ministério da Justiça promoverá a ampla divulgação dos termos e do alcance desta Lei.

Art. 9º. - O devedor de alimentos inscrito no Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos, enquanto não cancelado o respectivo registro, fica proibido de prestar qualquer concurso público ou particular de licitações

promovidas pela Administração Pública e Indireta, e, bem assim, de contratar com o Poder Público ou dele receber qualquer tipo de benefício.

Art. 10º. - Esta lei entrará em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado de sua publicação.

Justificativa:

ANTEPROJETO DE LEI DE PROTEÇÃO AO CREDOR DE ALIMENTOS.

CONSIDERANDO QUE:

A) a adoção desse sistema é prática de diversos países, inclusive latino-americanos;

B) é cedido o aumento dos casos de devedores de pensão alimentícia os quais, mesmo possuidores de condições que lhes possibilitariam o pagamento da obrigação aos seus entes próximos, optam por não o fazer, provocando que referidos beneficiários experimentem incontáveis necessidades e humilhações, às quais não deram causa, eis que a contrapartida ao seu sustento e de seus gastos foi judicialmente definida e homologada;

C) o número de feitos originários (apelações e agravos de instrumento de alimentos, revisionais, etc.), excluídas as repercussões específicas nos processos de separação e divórcio judiciais, bem como de investigação de paternidade e habeas corpus, medidas cautelares e de dissolução de sociedade de fato e união estável, dentre outros, atingiram, em 2005, 5.051 recursos; em 2006, e, até abril deste ano, 1.856) interpostos somente perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP, com evidente repercussão nos Tribunais superiores, a alimentar a crise de celeridade por que passa o Poder Judiciário.

D) há a insatisfação dos credores de alimentos, em geral filhos menores, ante a utilização de expedientes processuais colocados à disposição do devedor, com prejuízos dos princípios de rapidez e economia processuais, os quais impedem o regular acesso a uma ordem jurídica justa, ante a reiteração de recursos;

E) os devedores têm feito uso de diversas formas para tornar inviável a ameaça de prisão (art. 733, do CPC) e furta-se o devedor ao pagamento de verba alimentar durante anos, com prejuízo à subsistência da família;

F) é premente a necessidade de cadastrar a dificultar a movimentação do devedor de alimentos, equiparando-o a qualquer devedor da esfera civil;

Conclui-se que já não é sem tempo uma iniciativa como a ora trazida à colação, a qual visa a pôr um fim nesses desmandos, dando a devida publicidade a ato tão nefasto e propondo pesadas penalidades para aqueles que assim procederem.

Com o intuito, contudo, de evitar-se a prática de qualquer injustiça e a aplicação de penalidades à inadimplência decorrente de mero esquecimento ou àquele devedor que, por qualquer motivo, venha a enfrentar vicissitudes impeditivas do cumprimento de suas obrigações, é que o anteprojeto ora submetido à apreciação da Casa Legislativa Federal estabelece o interregno de, no mínimo 03 (três) prestações alimentícias inadimplidas para, então, propiciar o cadastramento da situação no banco de dados que se propõe criar.

Após esse acúmulo de dívidas, e tendo em vista que a ninguém é fisicamente possível alimentar-se com atraso, propõe-se que a inscrição seja feita a qualquer tempo. A sugestão é moralizadora e voltada a impedir abusos por parte daquele que, juridicamente, tem o dever de prover condições de sobrevivência a outrem, garantido-lhe, dentre os direitos sociais de que trata o artigo 6º constitucional, a educação, a saúde, a moradia, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados ¹, além daqueles previstos no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), como o direito à vida, à escola, à profissionalização, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, à cultura, relativamente aos filhos e agregados. Isso sem falar nas necessidades mais básicas, ligadas à própria subsistência dos alimentados, quais sejam, as de comer, beber, vestir, dormir...

O cadastramento no Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos – CPCA deve ser realizado em banco de dados de âmbito nacional – cuja operacionalização deve ficar a cargo de empresa especializada, pública ou particular - , com o escopo de evitar-se a situação hodiernamente verificada de um devedor que, até mesmo para fugir de suas responsabilidades, muda-se para outra localidade e nunca mais dá notícias, deixando à míngua aqueles a quem deveria proteger e cuidar.

A pedido do cadastrado, o cadastro de que se trata emitirá o “Certificado de Anotação”, o qual conterá a qualificação do devedor de alimentos (nome, CPF e domicílio constante do último processo judicial), os valores, as datas e o número de parcelas inadimplentes e o órgão jurisdicional que expediu a respectiva decisão e/ou considerou quitada a dívida.

O órgão jurisdicional encaminhará ao CPCA, mediante a utilização de certificado digital, o teor da decisão que reconheceu ou declarou

quitado o débito, para a anotação no prazo de 03 (três) dias úteis, da qual não caberá recurso, sendo que o cancelamento da anotação deve ser precedido da comprovação da quitação integral do débito.

A entidade, pública ou privada, encarregada de gerir o referido cadastro, deve encaminhar aos órgãos de proteção ao crédito, às instituições financeiras, aos fundos de pensão e às delegacias notariais, mediante requerimento, as infirmações registradas no CPCA, cujo acesso há de ser livre, gratuito e não protegido por segredo de Justiça, eis que aludido registro visa a justamente dar publicidade ao ato de inadimplemento.

A proposta legislativa em pauta prevê, ainda, que as entidades ou empresas, públicas ou privadas, e seus empregados, servidores administradores e prepostos sejam responsabilizados na forma da lei por atos que possam atrasar, impedir ou dificultar a comunicação ou o cancelamento das anotações no CPCA, ou, ainda, omitir informações pertinentes.

Por fim, a legislação embrionária estabelece que ao inscrito no CPCA seja vedado prestar concurso público ou participar de licitações promovidas pela Administração Pública Direta e indireta, de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios.

Sala das sessões em 11 de julho de 2007

Deputado Regis de Oliveira

¹ São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.



ANEXO C

Voto do Deputado Lael Varella, relator do Projeto de Lei nº 1.585, de 2007.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.585, DE 2007

Fica criado o Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos (CPCA), no Ministério da Justiça, no qual será inscrito o nome do devedor de alimentos em atraso com suas obrigações, a partir de 03 (três) prestações, sucessivas ou não, estabelecidas por concessão liminar, sentença ou homologação de acordo judicial ou extrajudicial

Autor: Deputado RÉGIS DE OLIVEIRA

Relator: Deputado LAEL VARELLA

I - RELATÓRIO

Através da Proposição em epígrafe numerada, o nobre Deputado Régis de Oliveira pretende criar, no Ministério da Justiça, o que denomina “Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos (CPCA)”, no intuito de inscrever o nome do devedor de alimentos em atraso com suas obrigações, a partir de três prestações sucessivas ou não.

Alega, em síntese, que a presente iniciativa pretende pôr um fim:

“...à insatisfação dos credores de alimentos, em geral filhos menores, ante a utilização de expedientes processuais colocados à disposição do devedor, com prejuízos dos princípios de rapidez e economia processuais, os quais impedem o regular acesso a uma ordem jurídica justa, ante a reiteração de recursos;”

Julga que “os devedores têm feito uso de diversas formas para tornar inviável a ameaça de prisão (art. 733, do CPC) e furta-se o devedor ao pagamento de verba alimentar durante anos, com prejuízo à subsistência da família;

Por fim que “é premente a necessidade de cadastrar a dificultar a movimentação do devedor de alimentos, equiparando-o a qualquer devedor da esfera civil”.

A esta Comissão de Seguridade Social e Família compete analisar a proposta em seu mérito, sendo a apreciação conclusiva (art. 24, II do Regimento Interno).

No prazo, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A preocupação do nobre Autor da proposta é por demais valiosa e merece todos os elogios, quando se relaciona com a urgência que deve ser tomada para que a prestação de alimentos seja prestamente efetuada, bem como a necessidade de obrigar o devedor a cumprir o seu dever alimentar.

A pensão alimentícia vem suprir as necessidades básicas do alimentando, com alimentação, moradia, vestuário, educação e lazer. A Constituição Federal e o Código Civil atribuem o dever de pagar a pensão alimentícia à família, ou seja, os pais (pai e da mãe) em primeiro lugar, e na ausência de um deles pode ser atendida por outro parente mais próximo como avós ou tios.

O direito ou a obrigação de pagar alimentos nasce das relações familiares (casamento, União Estável). A obrigação de prestar alimentos primeiramente nasce entre pais e filhos independente de qualquer restrição de idade, sexo ou condição social.

O Código Civil de 2002 dispõe, *in verbis* "Art. 1.701. A pessoa obrigada a suprir alimentos poderá pensionar o alimentando, ou dar-lhe

hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário à sua educação, quando menor".

Essa obrigação, uma vez descumprida, enseja até mesmo prisão do devedor de alimentos. Esta determinação, que já constava do antigo Código Civil, é também contemplada na Lei 6.515/77.

A lei dispõe que o decreto de prisão não libera o alimentante das prestações alimentícias não pagas. Isto quer dizer que o crédito do alimentando permanece, e mesmo depois de ter cumprido pena de prisão poderá o alimentante ter seus bens penhorados e leiloados para quitar a dívida.

O próprio Código Penal, em seu artigo 244, cuida de estabelecer pena gravosa a quem, obrigado, deixa, sem justa causa, de prestar alimentos:

"Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover à subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou valetudinário, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo:

Pena - detenção de um a quatro anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada".

Temos conhecimento pessoal e pelos meios de comunicação de muitas pessoas que foram presas em virtude do não pagamento de prestação alimentar.

Todavia, no que concerne ao desiderato da Proposição, cremos não deva prosperar, pois não vemos conveniência ou oportunidade para sua aprovação.

Conforme explanado acima, nosso ordenamento jurídico já dispõe de meios bastantes para obrigar o devedor de alimentos a cumprir o seu dever sem que haja necessidade de ser criado mais um cadastro, mormente, quando tal cadastro seria criado num órgão do Poder Executivo, invadindo a órbita de competência constitucional de outro Poder, o que, indubitavelmente, seria inconstitucional por afrontar o art. 2º de nossa Magna Carta, que trata da harmonia e independência dos poderes, fato que fatalmente seria declarado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, senão pelo próprio Supremo Tribunal Federal, se provocado para tal.

Deste modo, acreditamos que a Proposição em comento não merece ser aprovada.

Nosso voto é, pois, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.585, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado LAEL VARELLA
Relator

ANEXO D

Projeto de Lei do Senado Federal nº 405, de 2008.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 405, DE 2008

Cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica autorizada a criação do Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA), subordinado ao Ministério da Justiça, no qual será inscrito o nome dos devedores de prestações alimentícias em atraso com suas obrigações, a partir de 03 (três) prestações atrasadas, sucessivas ou não, estabelecidas por concessão liminar, sentença ou homologação de acordo judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Único – O limite de 03 (três) prestações em atraso, constantes do “caput” deste artigo, será considerado para a primeira inscrição do devedor de prestações alimentícias no CPCOA. Uma vez realizada a inscrição do devedor, a próxima anotação no Cadastro poderá ser feita a partir de qualquer número de prestações inadimplidas.

Art. 2º - Compete ao órgão administrador do CPCOA, empresa pública ou privada:

- a) criar um banco de dados, em âmbito nacional, para o cadastramento dos devedores de alimentos inadimplentes com suas obrigações, de acordo com o “caput” do art. 1º desta Lei;
- b) expedir, a pedido do cadastrado, do credor e dos órgãos públicos, o “Certificado de Anotação”.

§ 1º - Do Certificado de Anotação constará a qualificação do devedor de prestações alimentícias, consoante o disposto no art. 3º, o(s) valor(es), a(s) data(s) e o número de parcelas inadimplidas, e o(s) órgão(s) jurisdicional(is) que expediu(ram) a(s) respectiva(s) decisão(ões) e/ou quitação(ões) da dívida.

§ 2º - As anotações constantes do Certificado de Anotação refletirão toda e qualquer decisão e/ou quitação, na devida ordem cronológica.

Art. 3º - O órgão administrador do CPCOA fará constar do Cadastro, em relação ao devedor de alimentos inadimplente:

- a) nome, RG, CPF e domicílio atualizado, constante do último processo judicial;
- b) valor(es), data(s), número de parcelas inadimplidas e órgão(s) jurisdicional(is) que expediu(ram) a(s) decisão(ões) e/ou quitação(ões) da dívida.
- c) decreto(s) de prisão e eventual(is) revogação(ões) ou prazo de cumprimento da obrigação.

Art. 4º - O órgão jurisdicional, com o uso de certificado digital, deverá encaminhar ao CPCOA o teor da decisão que reconheceu ou declarou o débito, para anotação no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data da respectiva publicação.

Parágrafo Único – Deste procedimento não caberá recurso,

Art. 5º - A certidão visando cancelar a anotação no CPCOA deverá ser expedida pelo órgão jurisdicional que solicitou a anotação e deverá ser acompanhada de prova evidente da quitação integral do débito, certificada pelo órgão, devendo o cancelamento ocorrer no prazo de 02(dois) dias úteis, a contar do protocolo do requerimento.

§ 1º – O órgão administrador comunicará o teor das inscrições no CPCOA e o seu cancelamento aos órgãos integrantes do Sistema de Proteção ao Crédito, aos fundos de pensão, públicos ou particulares e às delegacias notariais, mediante requerimento.

§ 2º – A retirada do nome do devedor de obrigações alimentícias do CPCOA somente será efetuada se comprovada a quitação integral da dívida.

Art. 6º - O acesso às Informações constantes do CPCOA, ao cadastrado, ao credor e às demais entidades mencionadas no Parágrafo Único do artigo 5º, será livre, gratuito e não preservado pelo segredo de justiça. As informações serão atualizadas em tempo real, em página da *Web*.

Art. 7º - Quaisquer entidades ou empresas, públicas ou privadas, bem como os respectivos servidores, empregados, administradores ou prepostos obedecerão à legislação pátria e poderão ser responsabilizados, em conformidade com a Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) e com o Código Penal, por atos que impeçam, dificultem ou atrasem a comunicação e/ou o cancelamento das inscrições de que trata esta lei, ou ainda que omitam informações acerca do cadastro do devedor.

Art. 8º - O Ministério da Justiça promoverá a ampla divulgação dos termos e do alcance desta Lei.

Art. 9º - O devedor de obrigações alimentícias inscrito no CPCOA, enquanto não prover os meios necessários para o cancelamento de sua anotação, fica proibido de ser nomeado a cargo público, participar de licitações promovidas pela Administração Direta e Indireta, contratar com o Poder Público ou dele receber qualquer tipo de benefício.

Art. 10º - Esta lei entrará em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A aprovação do projeto acima apresentado tem por objetivo extinguir um longo impasse vivido na esfera jurídica nacional e solucionar o problema de muitas famílias que dependem da renda advinda do pagamento de prestações alimentícias para sobreviverem.

Exponencialmente cresce o número de cidadãos que vêm se utilizando da falta de um cadastro único e nacional acerca do pagamento de prestações alimentícias, além dos já conhecidos expedientes processuais para deixarem suas famílias e, principalmente, seus filhos desamparados. Muitas vezes os devedores possuem condições de prover os alimentos, mas não o fazem visando desestimular o amparado ou obrigá-lo a recorrer rotineiramente ao poder judiciário.

Tais procedimentos vêm acarretando um número exacerbado de processos judiciais, bem como promovendo a insatisfação e necessidade dos credores, os quais perdem a fonte de renda que, muitas vezes, é a única que possuem. Desnecessário salientar o impacto que tais processos produzirão em um Poder Judiciário já sobrecarregado.

Há que se esclarecer que tal cadastro de devedores não visa a punir indiscriminadamente ou promover humilhações ao devedor de alimentos, mas sim busca possibilitar que as famílias que dependem dos valores devidos não venham a ficar à míngua.

Neste contexto e buscando, primordialmente, proteger aos hipossuficientes que dependem da ajuda financeira dos devedores e de um sistema legal mais eficiente é que ora apresentamos o projeto de criação do Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008.


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro)

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.

Constituição da República Federativa do Brasil

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

...

LVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 30/10/2008.

ANEXO E

Parecer do Senador Sérgio Zambiasi, relator do Projeto de Lei nº 405, de 2008, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

PARECER Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2008, que *cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA) e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA).

Esse cadastro tem por finalidade registrar os devedores inadimplentes de obrigações alimentares. A inscrição inicial ocorre na hipótese de o devedor passar a dever três ou mais prestações de alimentos judiciais. Após a quitação das prestações atrasadas, o inadimplente pode ser reinscrito caso volte a faltar com o pagamento de quaisquer novas prestações.

As consequências previstas para a inclusão nesse cadastro são a proibição ao inadimplente de ser nomeado para cargos públicos, de participar de licitações, ou de contratar ou receber qualquer tipo de benefício do Poder Público, até a regularização de suas dívidas alimentares.

Justifica-se a proposição com fundamento na necessidade de proteger famílias dependentes do recebimento de prestações alimentícias contra o inadimplemento dos devedores, sendo o cadastro proposto destinado a amenizar esse grave problema.

O Senador Eduardo Suplicy já apresentara o Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2008, que tratava exatamente do mesmo assunto e

precedia este, que ora examinamos, mas solicitou a retirada daquela proposição por considerar que esta segunda versão corrige falhas da primeira.

A proposição ainda está sujeita à análise terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

II – ANÁLISE

A inadimplência de devedores de alimentos é um problema grave, que chega a comprometer o bem-estar e a própria sobrevivência de seus credores, especialmente no caso de crianças que dependem desses recursos. O grande mérito da proposição reside em oferecer um mecanismo que pode dar mais segurança aos credores de obrigações alimentares.

Ainda que a proposição apenas autorize a criação do CPCOA pelo Presidente da República, também comunica a determinação e a concordância do Parlamento com essa iniciativa.

Ressalvado o caráter autorizativo da proposição, que não obriga o Poder Executivo a criar o CPCOA nos exatos moldes sugeridos, é recomendável aperfeiçoar alguns desses elementos. A condição para que o devedor seja inscrito no CPCOA, por exemplo, é demasiado favorável ao inadimplente, dado que as medidas coercitivas já existentes para cobrar essas dívidas podem ser adotadas desde o primeiro dia de atraso. Tratando-se de créditos alimentares, não é prudente esperar o inadimplemento de três parcelas para que o devedor seja inscrito no CPCOA.

Há, ainda, alguns vícios de redação e de técnica legislativa, que devem ser sanados. É recomendável explicitar o caráter autorizativo da proposição em sua ementa, para que não reste dúvida sobre o escopo da norma. Também é necessário suprimir a expressão “e dá outras providências”, que fere a boa técnica legislativa.

Tendo em consideração que se trata de norma autorizativa, desprovida de cogência, também não convém disciplinar pormenores do funcionamento do CPCOA e de órgãos do Poder Executivo, pois esses aspectos devem ser definidos no ato que criar o CPCOA e no respectivo regulamento. Dado o escopo do PLS nº 405, de 2008, é preferível indicar aspectos mais essenciais do que viria a ser o CPCOA, qual seria sua função e como ele funcionaria, em linhas gerais.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2008, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2008 (SUBSTITUTIVO)

Autoriza o Poder Executivo a criar o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA).

Art. 1º Fica autorizada a criação, pelo Poder Executivo, do Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA), no qual serão inscritos os nomes dos devedores de prestações alimentares inadimplentes com suas obrigações estabelecidas judicial ou extrajudicialmente.

§ 1º O suposto devedor de obrigações alimentares será ouvido e terá assegurado seu direito de defesa antes de ser inscrito no CPCOA.

§ 2º O devedor permanecerá registrado no CPCOA até que todas as prestações atrasadas sejam quitadas, ou até que o seu pagamento parcelado seja iniciado, se houver acordo nesse sentido.

§ 3º Enquanto estiver registrado como inadimplente, o devedor de alimentos inscrito no CPCOA não poderá ser nomeado para o exercício de cargo, emprego ou função públicos, participar de licitações públicas, contratar com o Poder Público ou dele receber qualquer benefício.

Art. 2º O devedor terá acesso livre e gratuito às suas informações na base de dados do CPCOA.

§ 1º O credor, órgãos fazendários e entidades de proteção ao crédito poderão solicitar informações sobre o devedor de obrigações alimentares ao CPCOA.

§ 2º As informações registradas no CPCOA são sigilosas e seu uso indevido ou sua divulgação sem autorização constituem violação à intimidade do devedor e, conforme o caso, do credor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

ANEXO F

Parecer do Senador Alvaro Dias, relator do Projeto de Lei nº 405, de 2008, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, que *cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA) e dá outras providências*.

RELATORA: Senador **ALVARO DIAS**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 405, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA).

O *Cadastro*, cuja instituição é **autorizada** ao Poder Executivo (como se depreende da leitura do art. 1º da proposição), tem por finalidade registrar os devedores inadimplentes de obrigações alimentares. A inscrição inicial, de acordo com a proposta, ocorrerá na hipótese de o devedor deixar de pagar três ou mais prestações de alimentos judiciais. Após a quitação das prestações vencidas, o inadimplente poderá ser reinscrito, caso deixe de satisfazer novas parcelas.

As consequências previstas para a inscrição nesse cadastro consistem, entre outras, na proibição de o inadimplente ser nomeado para cargos públicos, participar de licitações ou receber qualquer tipo de benefício do Poder Público, além de na sua inclusão em serviços de proteção ao crédito, até que a situação obrigacional seja regularizada.

Na justificação, argúi-se que é preciso proteger as famílias dependentes do recebimento de prestações alimentícias contra a inadimplência dos devedores, sendo essa a função do cadastro proposto.

O Senador Eduardo Suplicy já havia, em 2008, apresentado medida semelhante (PLS nº 198, de 2008). Acabou deliberando, na ocasião, por retirá-la, entendendo que seu texto continha equívocos somente superados pela versão em apreço.

A matéria foi também distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde recebeu parecer pela aprovação, na forma de **emenda substitutiva**. Essa emenda, entre outros aspectos, *i)* elimina a disciplina pormenorizada estabelecida pela proposição para o funcionamento do CPCOA, por considerar que se trata de aspectos a serem definidos pelo Poder Executivo, na forma do ato que criar e regulamentar o *Cadastro*; *ii)* corrige vícios de redação e de técnica legislativa, explicitando, desde a ementa, o caráter autorizativo do projeto, para que não reste dúvida sobre o escopo da norma; *iii)* exclui a exigência de que o devedor, para ser inscrito no CPCOA, tenha atrasado pelo menos três prestações alimentícias, por entendê-la demasiado favorável ao inadimplente, tendo em vista que as medidas coercitivas já existentes para cobrança dessas dívidas podem ser adotadas desde o primeiro dia de atraso.

Não há outras emendas a analisar.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem assim, no mérito, sobre direito civil. De resto, à luz dos demais dispositivos do RISF, o PLS nº 405, de 2008, não apresenta vício de regimentalidade.

Sob o aspecto da constitucionalidade, no entanto, dois óbices impedem o sucesso da proposição em exame. O **primeiro**, de **caráter formal**, diz respeito à iniciativa da matéria e compromete a criação do vislumbrado *Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares*, porquanto implica obrigações – financeiras e gerenciais – para órgãos da Administração Pública.

Realmente, malgrado seus nobres propósitos, a sugestão – no que importa ao poder de iniciativa dos membros do Congresso Nacional – esbarra na norma encartada no art. 84, inciso VI, letra *e*, da Constituição Federal, segundo a qual *competete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre*

organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação e extinção de órgãos públicos. A criação de órgãos públicos – medida que, indubitavelmente, acarreta dispêndios –, por sua vez, também faz parte da competência indeclinável do Presidente, tendo em vista o disposto no art. 61, § 1º, inciso II, letra e, segundo o qual são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação e extinção dos Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI.

Decerto, a *autorização para criação*, pura e simples, de um Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares não parece ferir, *per se*, a Lei Maior, porque não há, direta e efetivamente, *instituição* de órgão público. Porém, para que tal estrutura possa ter viabilidade, é necessário que seja financiada e gerida por órgãos da Administração Pública, como o projeto mesmo o reconhece, ao estabelecer, entre outras coisas, que o **órgão administrador do CPCOA**, *empresa pública ou privada, subordinada ao Ministério da Justiça*: i) *criará um banco de dados, em âmbito nacional, para cadastramento dos devedores de alimentos inadimplentes [e] expedirá, a pedido do cadastrado, do credor e dos órgãos públicos, o “Certificado de Anotação”*; ii) *fará constar do Cadastro, em relação ao devedor de alimentos inadimplente, nome, RG, CPF e domicílio atualizado [...], valores, datas, número de parcelas inadimplidas [...] e decretos de prisão e eventuais revogações ou prazo de cumprimento da obrigação*; iii) *comunicará o teor das inscrições no CPCOA e o seu cancelamento aos órgãos integrantes do Sistema de Proteção ao Crédito, aos fundos de pensão, públicos ou particulares, e às delegacias notariais [...].*

Ao prescrever tais determinações, imprescindíveis para a viabilidade do mencionado CPCOA, o projeto impõe a criação de organismo na estrutura da administração federal – estipulando, inclusive, o ministério ao qual se vinculará – e versa atribuições de órgãos e entidades públicos, o que, conforme mencionado, é assunto de iniciativa privativa do Presidente da República, que pode fazê-lo mediante decreto ou projeto de lei. De notar que até mesmo a natureza jurídica do *órgão administrador do cadastro* em análise vem definida pela proposição, cujo art. 2º, *caput*, consigna: “Compete ao **órgão administrador do CPCOA**, **empresa pública ou privada [...]**.” (Os destaques não pertencem ao original.)

A retirada dos dispositivos em questão, com o fito de sanar a inconstitucionalidade da proposta, acabaria por fazer dela medida inócua, uma mera carta de intenções, incapaz de gerar os efeitos que justificam sua *ratio essendi*. Vê-se, pois, que a inconstitucionalidade, presente em vários preceitos, torna a minuta

ineficaz em sua inteireza – e não se pode olvidar que a eficácia é um dos pilares sobre os quais se deve assentar qualquer diploma normativo, para que possa produzir eco no mundo jurídico.

É preciso dizer, pela oportunidade, que a técnica adotada de outorgar caráter *autorizativo* ao projeto não só não afasta a inconstitucionalidade a que nos referimos como torna a matéria incura em defeito de **juridicidade**, por faltar-lhe um dos elementos essenciais da norma jurídica, vale dizer, a **coercitividade** (ou **imperatividade**). Com efeito, não ficará o Poder Executivo, se aprovado o PLS nº 405, de 2008, obrigado a criar o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares – assim como não estará proibido de fazê-lo na ausência da norma que se pretende gerar –, porquanto se trata de atribuição que, desde a gênese, já lhe pertence. Dito de outro modo, quando não é possível a sanção, é supérflua a normatização, *pois só através da sanção coercitiva se podem fazer valer os direitos objetivos que a norma garante* (Limongi França, **O Direito, a Lei e a Jurisprudência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974).

Nem se argumente que a confecção de leis autorizativas tem amparo no Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Josaphat Marinho, que integra (como norma conexa) o Regimento Interno do Senado Federal. Nesse parecer, um dos pontos de partida é a distinção entre *normas coercitivas e paracoercitivas*, sendo as leis autorizativas dessa última espécie. As da primeira categoria são dotadas de *imperatividade*, ao passo que as da segunda são marcadas pela *optatividade*, pois são apenas declarativas, permissivas, interpretativas ou supletivas. Conforme o mesmo parecer, a função das normas paracoercitivas é declarar ou facultar direitos em casos *duvidosos* ou *omissos*. Ora, não há dúvida ou omissão alguma relativamente à hipótese de criação de um cadastro como o CPCOA, seja como política pública a cargo do Poder Executivo, seja como órgão da administração federal, cuja criação a Constituição reserva, como mencionamos, **expressamente à competência privativa do Presidente da República**. Por outras palavras, a proposição não tem caráter esclarecedor, pois não há dúvida ou omissão relativa à competência do Executivo nesse caso.

Destaque-se, a propósito, que, na Câmara dos Deputados, o PLS nº 405, de 2008, estaria irremediavelmente fadado ao arquivamento, pois a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa tem entendimento absolutamente infenso a projetos de natureza autorizativa (inclusive os admitidos pelo Senado).

Em síntese, mais eficaz que a proposta em tela seria a sua conversão em pronunciamento ou sugestão a ser encaminhada, por escrito, ao Chefe do Executivo, suscitando a necessidade de criação do cadastro de proteção ora aventado – ideia que dificilmente encontraria, por sua elevada preocupação moral e social, resistência.

Quanto à **constitucionalidade material**, impende pôr em destaque, por inarredável, a não observância da *repartição constitucional de competências federativas*. Com efeito, tal como se encontra redigida, a proposição atribui ao Poder Executivo Federal, com exclusividade, o encargo de criação e manutenção do multicitado CPCOA. Ocorre que as chamadas *ações de alimentos*, das quais decorrem a obrigação cujo cumprimento se pretende fiscalizar, processam-se, como regra, perante o Poder Judiciário dos Estados-membros, e apenas especialmente em face da Justiça Federal. Dessarte, se houver de ser criado um cadastro como o alvitado, competirá a iniciativa, em princípio, ao Poder Executivo de cada um dos Estados, municiados de dados fornecidos pelo Poder Judiciário local. É à população dos Estados que se dirige a proteção que se pretende instituir.

No mérito, há ainda inconvenientes, como a prescrição de que *o órgão administrador comunicará o teor das inscrições no CPCOA [...] aos órgãos integrantes do Sistema de Proteção ao Crédito*. Ora, com essa medida, poderá ser inviabilizado o direito, inato ao indivíduo, de consumir (e não estamos falando de produtos supérfluos, mas também de itens de primeira necessidade), que não pode ser restringido pela inadimplência relativa à obrigação alimentar. Confundem-se, nesse passo, dois sistemas distintos: o de proteção ao consumidor e o de proteção familiar. Ambos devem coexistir, não podendo o dever de prestar alimentos impedir a subsistência do alimentante.

O art. 9º (*o devedor de obrigações alimentares inscrito no CPCOA, enquanto não prover os meios necessários para o cancelamento de sua anotação, fica proibido de ser nomeado a cargo público, participar de licitações promovidas pela Administração Direta e Indireta, contratar com o Poder Público ou dele receber qualquer tipo de benefício*), por sua vez, encerra, no mínimo, uma contradição: se o que se pretende com o CPCOA é fomentar o adimplemento das obrigações alimentares (para o que é necessário ter alguma renda), a norma *in faciendo* parece andar na contramão dos fatos, porquanto retira do devedor a possibilidade de auferir os meios financeiros que o tornariam apto ao cumprimento de seus deveres.

Dessarte, a despeito do inegável espírito público da proposição – que busca instituir um mecanismo destinado a conferir mais segurança aos credores de obrigações alimentares –, não vemos como possa, em vista das inconstitucionalidades e injuridicidade de que padece, ser aprovada.

Finalmente, tudo quanto se disse a respeito do PLS nº 405, de 2008, tanto no que concerne aos óbices de constitucionalidade (relativamente à iniciativa) quanto aos de juridicidade (ausência de coercitividade) e mérito, também se pode dizer a respeito da emenda substitutiva aprovada pela CDH.

III – VOTO

Em face do exposto, somos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2008, e da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo).

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

ANEXO G

Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 2.285, de 2007.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2007

(Do Dep. Sérgio Barradas Carneiro)

Dispõe sobre o Estatuto das Famílias.

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	ARTS. 1º A 9º
TÍTULO II – DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO	ARTS. 10 A 14
TÍTULO III – DAS ENTIDADES FAMILIARES	ARTS. 15 A 69
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES COMUNS	ARTS. 15 A 20
CAPÍTULO II – DO CASAMENTO	ARTS. 21 A 62
SEÇÃO I – DA CAPACIDADE PARA O CASAMENTO	ART. 23
SEÇÃO II – DOS IMPEDIMENTOS	ARTS. 24 A 25
SEÇÃO III – DAS PROVAS DO CASAMENTO	ARTS. 26 A 27
SEÇÃO IV – DA VALIDADE DO CASAMENTO	ARTS. 28 A 34
SEÇÃO V – DOS EFEITOS DO CASAMENTO	ARTS. 35 A 37
SEÇÃO VI – DOS REGIMES DE BENS	ARTS. 38 A 53
SUBSEÇÃO I – DISPOSIÇÕES COMUNS	ARTS. 38 A 44
SUBSEÇÃO II – DO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL ...	ARTS. 45 A 50
SUBSEÇÃO III – DO REGIME DA COMUNHÃO	
UNIVERSAL	ARTS. 51 A 52
SUBSEÇÃO IV – DO REGIME DE SEPARAÇÃO DE BENS..	ART. 53
SEÇÃO VII – DO DIVÓRCIO E DA SEPARAÇÃO	ARTS. 54 A 62
SUBSEÇÃO I – DO DIVÓRCIO	ARTS. 54 A 56
SUBSEÇÃO II – DA SEPARAÇÃO	ARTS. 57 A 58
SUBSEÇÃO III – DISPOSIÇÕES COMUNS AO DIVÓRCIO	
E À SEPARAÇÃO	ARTS. 59 A 62
CAPÍTULO III – DA UNIÃO ESTÁVEL	ARTS. 63 A 67
CAPÍTULO IV – DA UNIÃO HOMOAFETIVA	ART. 68
CAPÍTULO V – DA FAMÍLIA PARENTAL	ART. 69
TÍTULO IV – DA FILIAÇÃO	ARTS. 70 A 103
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	ARTS. 70 A 77
CAPÍTULO II – DA ADOÇÃO	ARTS. 78 A 86
CAPÍTULO III – DA AUTORIDADE PARENTAL	ARTS. 87 A 95
CAPÍTULO IV – DA GUARDA DOS FILHOS E DO DIREITO DE	
CONVIVÊNCIA	ARTS. 96 A 103
TÍTULO V – DA TUTELA E DA CURATELA	ARTS. 104 A 114
CAPÍTULO I – DA TUTELA	ARTS. 104 A 108
CAPÍTULO II – DA CURATELA	ARTS. 109 A 114
TÍTULO VI – DOS ALIMENTOS	ARTS. 115 A 121
TÍTULO VII – DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO	ARTS. 122 A 266
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	ARTS. 122 A 137
CAPÍTULO II – DO PROCEDIMENTO PARA O CASAMENTO	ARTS. 138 A 163
SEÇÃO I – DA HABILITAÇÃO	ARTS. 138 A 145
SEÇÃO II – DO SUPRIMENTO DE CONSENTIMENTO PARA	
O CASAMENTO	ART. 146
SEÇÃO III – DA CELEBRAÇÃO	ARTS. 147 A 152



C18454C855

SEÇÃO IV – DO REGISTRO DO CASAMENTO	ARTS. 153 A 154
SEÇÃO V – DO REGISTRO DO CASAMENTO RELIGIOSO PARA EFEITOS CIVIS	ARTS. 155 A 161
SEÇÃO VI – DO CASAMENTO EM IMINENTE RISCO DE MORTE	ARTS. 162 A 163
CAPÍTULO III - DO RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL E DA UNIÃO HOMOAFETIVA	ARTS. 164 A 167
CAPÍTULO IV - DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE FAMILIAR ...	ARTS. 168 A 177
SEÇÃO I - DA AÇÃO DE DIVÓRCIO	ARTS. 168 A 172
SEÇÃO II - DA SEPARAÇÃO	ARTS. 173 A 177
CAPÍTULO V - DOS ALIMENTOS	ARTS. 178 A 207
SEÇÃO I - DA AÇÃO DE ALIMENTOS	ARTS. 178 A 192
SEÇÃO II - DA COBRANÇA DOS ALIMENTOS	ARTS. 193 A 207
CAPÍTULO VI – DA AVERIGUAÇÃO DA FILIAÇÃO	ARTS. 208 A 210
CAPÍTULO VII - DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE	ARTS. 211 A 219
CAPÍTULO VIII - DA AÇÃO DE INTERDIÇÃO	ARTS. 220 A 243
CAPÍTULO IX - DOS PROCEDIMENTOS DOS ATOS EXTRAJUDICIAIS	ARTS. 244 A 266
SEÇÃO I – DO DIVÓRCIO	ARTS. 245 A 249
SEÇÃO II – DA SEPARAÇÃO	ARTS. 250 A 253
SEÇÃO III - DO RECONHECIMENTO E DA DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL E HOMOAFETIVA	ARTS. 254 A 258
SEÇÃO IV - DA CONVERSÃO DA UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO	ARTS. 259 A 262
SEÇÃO V - DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS	ARTS. 263 A 266
TÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	ARTS. 267 A 274

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º Este Estatuto regula os direitos e deveres no âmbito das entidades familiares.

Art. 2.º O direito à família é direito fundamental de todos.

Art. 3.º É protegida como família toda comunhão de vida instituída com a finalidade de convivência familiar, em qualquer de suas modalidades.

Art. 4.º Os componentes da entidade familiar devem ser respeitados em sua integral dignidade pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Art. 5.º Constituem princípios fundamentais para a interpretação e aplicação deste Estatuto a dignidade da pessoa humana, a solidariedade familiar, a igualdade de gêneros, de filhos e das entidades familiares, a convivência familiar, o melhor interesse da criança e do adolescente e a afetividade.



C18454C855

Art. 6.º São indisponíveis os direitos das crianças, dos adolescentes e dos incapazes, bem como os direitos referentes ao estado e capacidade das pessoas.

Art. 7.º É dever da sociedade e do Estado promover o respeito à diversidade de orientação sexual.

Art. 8.º A lei do país em que tiver domicílio a entidade familiar determina as regras dos direitos das famílias.

Parágrafo único. Não se aplica a lei estrangeira se esta contrariar os princípios fundamentais do direito brasileiro das famílias.

Art. 9.º Os direitos e garantias expressos nesta lei não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios adotados na Constituição, nos tratados e convenções internacionais.

TÍTULO II

DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO

Art. 10. O parentesco resulta da consangüinidade, da socioafetividade ou da afinidade.

Art. 11. São parentes em linha reta as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes.

Art. 12. São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.

Art. 13. Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente.

Art. 14. Cada cônjuge ou convivente é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade.

§ 1.º O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou convivente.

§ 2.º A afinidade se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável, exceto para fins de impedimento à formação de entidade familiar.

TÍTULO III

DAS ENTIDADES FAMILIARES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 15. É dever da entidade familiar assegurar à criança, ao adolescente e ao idoso que a integrem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à



C18454C855

dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 16. As pessoas integrantes da entidade familiar têm o dever recíproco de assistência, amparo material e moral, sendo obrigadas a concorrer, na proporção de suas condições financeiras e econômicas, para a manutenção da família.

Art. 17. Qualquer pessoa integrante da entidade familiar tem legitimidade para defendê-la em juízo ou fora dele.

Art. 18. A gestão dos interesses comuns da entidade familiar incumbe aos integrantes civilmente capazes, de comum acordo, tendo sempre em conta o interesse de todos os que a compõem.

Art. 19. A escolha do domicílio da entidade familiar é decisão conjunta das pessoas que a integram, observados os interesses de todo o grupamento familiar.

Parágrafo único. Admite-se a pluralidade domiciliar para as entidades familiares.

Art. 20. O planejamento familiar é de livre decisão da entidade familiar, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para o exercício desse direito, vedado qualquer tipo de coerção por parte de instituições privadas ou públicas.

CAPÍTULO II

DO CASAMENTO

Art. 21. O casamento é civil e produz efeitos a partir do momento em que os nubentes manifestam a vontade de estabelecer o vínculo conjugal e a autoridade os declara casados.

Art. 22. O casamento religioso submete-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil e produz efeitos a partir da data de sua celebração.

Parágrafo único. O casamento religioso, para ter validade e equiparar-se ao casamento civil, precisa ser levado a registro no prazo de noventa dias de sua celebração.

SEÇÃO I

DA CAPACIDADE PARA O CASAMENTO

Art. 23. Para o casamento das pessoas relativamente incapazes é necessária autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais.

§ 1.º Havendo divergência entre os pais é assegurado a qualquer deles recorrer a juízo.



C18454C855

§ 2.º Até a celebração do casamento os pais ou representantes legais podem revogar justificadamente a autorização.

§ 3.º A denegação da autorização, quando injusta, pode ser suprida judicialmente.

SEÇÃO II

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 24. Não podem casar:

I – os absolutamente incapazes;

II – os parentes na linha reta sem limitação de grau;

III – os parentes na linha colateral até o terceiro grau,
inclusive;

IV – os parentes por afinidade em linha reta;

V – as pessoas casadas.

Art. 25. Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa.

Parágrafo único. Se o celebrante, ou o oficial de registro, tiver conhecimento da existência de algum impedimento, será obrigado a declará-lo.

SEÇÃO III

DAS PROVAS DO CASAMENTO

Art. 26. O casamento prova-se pela certidão do registro civil.

§ 1.º Justificada a falta ou perda do registro, é admissível qualquer outra prova.

§ 2.º O registro é levado a efeito no cartório do respectivo domicílio, ou, em sua falta, no cartório da cidade em que passarem a residir.

§ 3.º Na dúvida entre as provas favoráveis e contrárias, julga-se pelo casamento, se os cônjuges, cujo casamento se impugna, viveram na posse do estado de casados.

Art. 27. Quando a prova da celebração legal do casamento resultar de processo judicial, o registro da sentença no cartório do registro civil produz efeitos desde a data do casamento.

SEÇÃO IV

DA VALIDADE DO CASAMENTO

Art. 28. É nulo o casamento contraído:

I – pela pessoa absolutamente incapaz;

II – com infringência aos impedimentos legais.



C18454C855

III – por procurador, se revogada a procuração antes da celebração do casamento.

Art. 29. A ação de nulidade do casamento pode ser promovida por qualquer interessado ou pelo Ministério Público.

Art. 30. É anulável o casamento:

I – dos relativamente incapazes;

II – por erro essencial quanto à pessoa do outro cônjuge, anterior ao casamento;

III – em virtude de coação;

IV – do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento, no momento da celebração;

V – por incompetência da autoridade celebrante, salvo se tiver havido registro do casamento.

Art. 31. O casamento do relativamente incapaz, quando não autorizado por seu representante legal, pode ser anulado em até cento e oitenta dias:

I – pelo menor, após adquirir maioridade;

II – por seus representantes legais a partir da celebração do casamento.

Art. 32. Não se anula o casamento quando os representantes legais do incapaz assistiram a celebração ou, por qualquer modo, manifestaram sua aprovação.

Art. 33. O prazo para ser intentada a ação de anulação do casamento é de cento e oitenta dias, a contar da data da celebração.

Art. 34. Embora anulável ou mesmo nulo, o casamento em relação aos cônjuges e a terceiros produz todos os efeitos até o trânsito em julgado da sentença.

Parágrafo único. A nulidade ou anulação do casamento dos pais não produz efeitos em relação aos filhos.

SEÇÃO V

DOS EFEITOS DO CASAMENTO

Art. 35. O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.

Art. 36. As relações pessoais entre os cônjuges devem obedecer aos deveres de lealdade, respeito e assistência, tendo ambos responsabilidade pela guarda, sustento e educação dos filhos.



C18454C855

Art. 37. A direção da sociedade conjugal é exercida, pelos cônjuges, em colaboração, sempre no interesse da família e dos filhos.

§ 1.º Os cônjuges são obrigados a concorrer, na proporção de seus bens e dos rendimentos do seu trabalho, para o sustento da família e a educação dos filhos, qualquer que seja o regime de bens.

§ 2.º Se qualquer dos cônjuges estiver impedido ou inabilitado, o outro exerce com exclusividade a direção da família, cabendo-lhe a administração dos bens.

SEÇÃO VI

DOS REGIMES DE BENS

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 38. Podem os nubentes estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.

§ 1.º Os nubentes, mediante declaração ao oficial de registro civil, podem escolher qualquer dos regimes de bens estabelecidos neste Estatuto.

§ 2.º Não havendo declaração, vigora o regime da comunhão parcial de bens.

§ 3.º Mediante escritura pública os nubentes podem estipular regime de bens não previsto neste Estatuto, desde que não contrarie suas regras e princípios.

§ 4.º O regime de bens começa a produzir efeitos na data do casamento e cessa com o fim da comunhão de vida.

§ 5.º Com a separação de fato cessa a responsabilidade de cada um dos cônjuges para com as dívidas que vierem a ser contraídas pelo outro.

Art. 39. É admissível a alteração do regime de bens, mediante escritura pública, promovida por ambos os cônjuges, assistidos por advogado ou defensor público, ressalvados os direitos de terceiros.

§ 1.º A alteração não dispõe de efeito retroativo.

§ 2.º A alteração produz efeito a partir da averbação no assento de casamento.

Art. 40. Independentemente do regime de bens, qualquer dos cônjuges pode livremente:

I - administrar e alienar os bens particulares, exceto os bens móveis que guarnecem a residência da família;



C18454C855

II - praticar os atos de disposição e administração necessários ao desempenho de sua profissão;

III - reivindicar os bens comuns, doados, gravados ou transferidos pelo outro cônjuge sem o seu consentimento;

IV - demandar a resolução dos contratos de fiança e doação, realizados pelo outro cônjuge.

§ 1.º As ações fundadas nos incisos III e IV competem ao cônjuge prejudicado e a seus herdeiros.

§ 2.º O terceiro prejudicado tem direito regressivo contra o cônjuge que realizou o negócio jurídico, ou contra os seus herdeiros.

Art. 41. Pode o cônjuge, independentemente da autorização do outro:

I - comprar, ainda que a crédito, o necessário à manutenção da família;

II - obter, por empréstimo, as quantias que tais aquisições possam exigir.

Parágrafo único. As dívidas contraídas para os fins deste artigo obrigam solidariamente ambos os cônjuges.

Art. 42. Nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação:

I - vender, doar, permutar, dar em pagamento, ceder ou gravar de ônus real os bens comuns;

II - pleitear, como autor ou réu, acerca desses bens ou direitos;

III - prestar fiança.

Parágrafo único. Cabe o suprimento judicial do consentimento quando um dos cônjuges o denegue sem motivo justo, ou lhe seja impossível concedê-lo.

Art. 43. A anulação dos atos praticados sem outorga, sem consentimento, ou sem suprimento do juiz, pode ser demandada pelo cônjuge a quem cabia concedê-la, ou por seus herdeiros, até um ano da homologação da partilha.

Art. 44. Quando um dos cônjuges não puder exercer a gestão dos bens que lhe incumbe, cabe ao outro:

I - gerir os bens, comuns ou não;

II - alienar os bens móveis comuns;

III - alienar os imóveis e os bens móveis, comuns ou não, mediante autorização judicial.



C18454C855

SUBSEÇÃO II

DO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL

Art. 45. No regime de comunhão parcial, comunicam-se:

I - os bens adquiridos na constância do casamento, inclusive as economias derivadas de salários, indenizações, verbas trabalhistas rescisórias e rendimentos de um só dos cônjuges;

II - os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa;

III - os bens recebidos por doação, herança ou legado, em favor de ambos os cônjuges;

IV - as pertenças e as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge;

V - os frutos dos bens comuns, ou dos particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, ou pendentes quando cessada a vida em comum.

Art. 46. Excluem-se da comunhão:

I - os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar;

II - os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges ou em sub-rogação dos bens particulares;

III - as obrigações anteriores ao casamento, salvo se reverterem em proveito comum;

IV - as obrigações provenientes de ato ilícito, salvo reversão em proveito do casal;

V - os bens cuja aquisição tiver por título causa anterior ao casamento;

VI - os bens de uso pessoal, os livros e instrumentos de profissão.

§ 1.º Os instrumentos de profissão incluem-se na comunhão quando houver a participação do outro na sua aquisição.

§ 2.º Presumem-se adquiridos na constância do casamento os bens móveis, quando não provado que o foram em data anterior.

Art. 47. A gestão do patrimônio comum compete a ambos os cônjuges.



C18454C855

§ 1.º É necessária a anuência de ambos os cônjuges para os atos, a título gratuito, que impliquem cessão do uso ou gozo dos bens comuns.

§ 2.º Em caso de malversação dos bens comuns, ou de outra hipótese similar, pode ser atribuída a gestão a apenas um dos cônjuges ou antecipada a partilha.

Art. 48. Os bens da comunhão respondem pelas obrigações contraídas por qualquer dos cônjuges para atender aos encargos da família, às despesas de gestão e às decorrentes de imposição legal.

Art. 49. A gestão dos bens constitutivos do patrimônio particular compete ao cônjuge proprietário, salvo estipulação diversa.

Art. 50. As dívidas, contraídas por qualquer dos cônjuges na administração e em benefício de seus bens particulares, não obrigam os bens comuns.

Parágrafo único. As dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges obrigam os bens do outro na razão do proveito que houver auferido.

SUBSEÇÃO III

DO REGIME DA COMUNHÃO UNIVERSAL

Art. 51. O regime de comunhão universal importa a comunicação de todos os bens presentes e futuros dos cônjuges e de suas dívidas.

Art. 52. São excluídos da comunhão:

I - os bens doados ou herdados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar;

II - as dívidas anteriores ao casamento, salvo se reverterem em proveito comum;

III - as obrigações provenientes de ato ilícito;

IV - os bens de uso pessoal, os livros e instrumentos de profissão.

§ 1.º Os instrumentos de profissão entram na comunhão se foram adquiridos com esforço do outro cônjuge.

§ 2.º A incomunicabilidade não se estende aos frutos, quando se percebam ou vençam durante o casamento.

SUBSEÇÃO IV

DO REGIME DE SEPARAÇÃO DE BENS

Art. 53. O regime da separação de bens importa incomunicabilidade completa dos bens adquiridos antes e durante o casamento.



C18454C855

Parágrafo único. Os bens ficam na administração exclusiva do respectivo cônjuge, que os poderá livremente alienar ou gravar de ônus real.

SEÇÃO VII

DO DIVÓRCIO E DA SEPARAÇÃO

SUBSEÇÃO I

DO DIVÓRCIO

Art. 54. O divórcio dissolve o casamento civil.

§ 1.º O divórcio direto se dá após a separação de fato por mais de dois anos.

§ 2.º A separação de fato se configura quando cessa a convivência entre os cônjuges, ainda que residindo sob o mesmo teto.

Art. 55. O divórcio pode ser litigioso ou consensual.

Parágrafo único. O divórcio consensual pode ser judicial ou extrajudicial.

Art. 56. A separação de fato põe termo aos deveres conjugais e ao regime de bens.

SUBSEÇÃO II

DA SEPARAÇÃO

Art. 57. É facultado aos cônjuges pôr fim à sociedade conjugal, mediante separação judicial ou extrajudicial.

§ 1.º A iniciativa da separação pode ser de um ou de ambos os cônjuges.

§ 2.º A separação de corpos pode ser deferida pelo juiz antes ou no curso do processo.

§ 3.º A separação de corpos põe termo aos deveres conjugais e ao regime de bens.

Art. 58. Após um ano da separação de corpos ou da separação judicial ou extrajudicial, o divórcio pode ser requerido por um ou por ambos os cônjuges.



C18454C855

SUBSEÇÃO III

DISPOSIÇÕES COMUNS AO DIVÓRCIO E À SEPARAÇÃO

Art. 59. No divórcio e na separação são necessário:

I – definir a guarda e a convivência com os filhos menores ou incapazes;

II – dispor acerca dos alimentos;

III – deliberar sobre a manutenção ou alteração do nome adotado no casamento; e

IV – descrever e partilhar os bens.

Parágrafo único. A partilha de bens pode ser levada a efeito posteriormente.

Art. 60. O divórcio e a separação não modificam os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos.

Art. 61. O pedido de divórcio ou de separação compete exclusivamente aos cônjuges.

Parágrafo único. Quando um dos cônjuges estiver acometido de doença mental ou transtorno psíquico, somente é possível o divórcio ou a separação judicial, devendo o incapaz ser representado por curador, ascendente ou irmão.

Art. 62. O divórcio e a separação consensuais podem ser realizados por escritura pública, com a assistência de advogado ou defensor público:

I – não tendo o casal filhos menores ou incapazes; ou

II – quando as questões relativas aos filhos menores ou incapazes já se encontrarem judicialmente definidas.

CAPÍTULO III

DA UNIÃO ESTÁVEL

Art. 63. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua, duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Parágrafo único. A união estável constitui estado civil de convivente, independentemente de registro, o qual deve ser declarado em todos os atos da vida civil.

Art. 64. A união estável não se constitui:

I – entre parentes na linha reta, sem limitação de grau;



C18454C855

II – entre parentes na linha colateral até o terceiro grau, inclusive;

III – entre parentes por afinidade em linha reta.

Parágrafo único. A união formada em desacordo aos impedimentos legais não exclui os deveres de assistência e a partilha de bens.

Art. 65. As relações pessoais entre os conviventes obedecem aos deveres de lealdade, respeito e assistência recíproca, bem como o de guarda, sustento e educação dos filhos.

Art. 66. Na união estável, os conviventes podem estabelecer o regime jurídico patrimonial mediante contrato escrito.

§ 1.º Na falta de contrato escrito aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

§ 2.º A escolha do regime de bens não tem efeito retroativo.

Art. 67. A união estável pode converter-se em casamento, mediante pedido formulado pelo casal ao oficial de registro civil, no qual declarem que não têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens que passam a adotar, dispensada a celebração.

Parágrafo único. Os efeitos da conversão se produzem a partir da data do registro do casamento.

CAPÍTULO IV

DA UNIÃO HOMOAFETIVA

Art. 68. É reconhecida como entidade familiar a união entre duas pessoas de mesmo sexo, que mantenham convivência pública, contínua, duradoura, com objetivo de constituição de família, aplicando-se, no que couber, as regras concernentes à união estável.

Parágrafo único. Dentre os direitos assegurados, incluem-se:

I – guarda e convivência com os filhos;

II – a adoção de filhos;

III – direito previdenciário;

IV – direito à herança.

CAPÍTULO V

DA FAMÍLIA PARENTAL



C18454C855

Art. 69. As famílias parentais se constituem entre pessoas com relação de parentesco entre si e decorrem da comunhão de vida instituída com a finalidade de convivência familiar.

§ 1.º Família monoparental é a entidade formada por um ascendente e seus descendentes, qualquer que seja a natureza da filiação ou do parentesco.

§ 2.º Família pluriparental é a constituída pela convivência entre irmãos, bem como as comunhões afetivas estáveis existentes entre parentes colaterais.

TÍTULO IV

DA FILIAÇÃO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70. Os filhos, independentemente de sua origem, têm os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações e práticas discriminatórias.

Art. 71. A filiação prova-se pelo registro de nascimento.

§ 1.º Os pais devem registrar os filhos no prazo de trinta dias do nascimento.

§ 2.º Também se prova a filiação por qualquer modo admissível em direito, quando houver posse de estado de filho.

Art. 72. Os filhos não registrados podem ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente.

§ 1.º O reconhecimento dos filhos é feito:

I – por documento particular ou escritura pública;

II – por testamento, ainda que incidentalmente manifestado;

III – por manifestação direta e expressa perante o juiz, mesmo que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.

§ 2.º O ato de reconhecimento deve ser levado ao registro de nascimento.

§ 3.º O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes.



C18454C855

§ 4.º O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento.

§ 5.º São ineficazes a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento.

Art. 73. Presumem-se filhos:

I – os nascidos durante a convivência dos genitores à época da concepção;

II – os havidos por fecundação artificial homóloga, desde que a implantação do embrião tenha ocorrido antes do falecimento do genitor;

III – os havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que realizada com prévio consentimento livre e informado do marido ou do convivente, manifestado por escrito, e desde que a implantação tenha ocorrido antes do seu falecimento.

Art. 74. O filho registrado ou reconhecido pode impugnar a paternidade, desde que não caracterizada a posse do estado de filho em relação àquele que o registrou ou o reconheceu.

Parágrafo único. O filho maior não pode ser registrado ou reconhecido voluntariamente sem o seu consentimento.

Art. 75. O filho não registrado ou não reconhecido pode, a qualquer tempo, investigar a paternidade ou a maternidade, biológica ou socioafetiva.

Parágrafo único. A sentença que julgar procedente a investigação produz os mesmos efeitos do reconhecimento voluntário.

Art. 76. Cabe ao marido, ao convivente ou à mulher o direito de impugnar a paternidade ou a maternidade que lhe for atribuída no registro civil.

§ 1.º Impugnada a filiação, se sobrevier a morte do autor os herdeiros podem prosseguir na ação.

§ 2.º Não cabe a impugnação da paternidade ou maternidade:

I – em se tratando de inseminação artificial heteróloga, salvo alegação de dolo ou fraude;

II – caso fique caracterizada a posse do estado de filho.

Art. 77. É admissível a qualquer pessoa, cuja filiação seja proveniente de adoção, filiação socioafetiva, posse de estado ou de inseminação artificial heteróloga, o conhecimento de seu vínculo genético sem gerar relação de parentesco.

Parágrafo único. O ascendente genético pode responder por subsídios necessários à manutenção do descendente, salvo em caso de inseminação artificial heteróloga.



C18454C855

CAPÍTULO II

DA ADOÇÃO

Art. 78. A adoção deve atender sempre ao melhor interesse do adotado e é irrevogável.

Parágrafo único. A adoção de crianças e adolescentes é regida por lei especial, observadas as regras e princípios deste Estatuto.

Art. 79. A adoção atribui a situação de filho ao adotado, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes consangüíneos, salvo quanto aos impedimentos para o casamento e a união estável.

Parágrafo único. Mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge, companheiro ou parceiro do adotante e respectivos parentes.

Art. 80. Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

Art. 81. Tratando-se de grupo de irmãos, devem prioritariamente ser adotados por uma mesma família, preservados os vínculos fraternos.

Parágrafo único. Somente é admitido o desmembramento mediante parecer técnico indicativo da inexistência de laços afetivos entre os irmãos, ou se a medida atender aos seus interesses.

Art. 82. A morte dos adotantes não restabelece o parentesco anterior.

Art. 83. O adotado pode optar pela substituição ou adição do sobrenome do adotante.

Art. 84. As relações de parentesco se estabelecem entre o adotado e o adotante e entre os parentes deste.

Art. 85. A adoção obedece a processo judicial.

§ 1.º A adoção pode ser motivadamente impugnada pelos pais.

§ 2.º É indispensável a concordância do adotando.

Art. 86. Os efeitos da adoção começam a partir do trânsito em julgado da sentença, exceto se o adotante vier a falecer no curso do procedimento, caso em que terá força retroativa à data do óbito.

CAPÍTULO III

DA AUTORIDADE PARENTAL

Art. 87. A autoridade parental deve ser exercida no melhor interesse dos filhos.



C18454C855

§ 1.º Compete a autoridade parental aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro a exerce com exclusividade.

§ 2.º O filho tem o direito de ser ouvido, nos limites de seu discernimento e na medida de seu processo educacional.

§ 3.º Aos pais incumbe o dever de assistência moral e material, guarda, educação e formação dos filhos menores.

Art. 88. A dissolução da entidade familiar não altera as relações entre pais e filhos.

Art. 89. Compete aos pais:

I – representar os filhos até dezesseis anos e assisti-los, após essa idade, até atingirem a maioridade;

II – nomear-lhes tutor por testamento ou documento particular.

Art. 90. Extingue-se a autoridade parental:

I – pela morte dos pais ou do filho;

II – pela emancipação;

III – pela maioridade;

IV – pela adoção;

V – por decisão judicial.

Art. 91. Constituindo os pais nova entidade familiar, os direitos e deveres decorrentes da autoridade parental são exercidos com a colaboração do novo cônjuge ou convivente ou parceiro.

Parágrafo único. Cada cônjuge, convivente ou parceiro deve colaborar de modo apropriado no exercício da autoridade parental, em relação aos filhos do outro, e representá-lo quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 92. Os pais, no exercício da autoridade parental, são gestores dos bens dos filhos.

Parágrafo único. Não podem os pais alienar, ou gravar de ônus real os imóveis dos filhos, nem contrair, em nome deles, obrigações que ultrapassem os limites da simples administração, salvo por necessidade ou evidente interesse da prole, mediante prévia autorização judicial.

Art. 93. Sempre que no exercício da autoridade parental colidir o interesse dos pais com o do filho, a requerimento deste ou do Ministério Público, o juiz deve nomear-lhe curador especial.



C18454C855

Art. 94. Perde por ato judicial a autoridade parental aquele que não a exercer no melhor interesse do filho, em casos como assédio ou abuso sexual, violência física e abandono material, moral ou afetivo.

§1.º A perda da autoridade parental não implica a cessação da obrigação alimentar dos pais e nem afeta os direitos sucessórios do filho.

§2.º Os pais que perdem a autoridade parental também perdem os direitos sucessórios em relação ao filho.

Art. 95. É possível, no melhor interesse do filho, o restabelecimento da autoridade parental por meio de decisão judicial.

CAPÍTULO IV

DA GUARDA DOS FILHOS E DO DIREITO À CONVIVÊNCIA

Art. 96. A guarda dos filhos e o direito à convivência devem ser definidos nos casos de:

I – separação dos pais;

II – divórcio;

III – invalidez do casamento;

IV – dissolução da união estável e da união homoafetiva;

V – os pais não coabitarem.

Art. 97. Não havendo acordo entre os pais, deve o juiz decidir, preferencialmente, pela guarda compartilhada, salvo se o melhor interesse do filho recomendar a guarda exclusiva, assegurado o direito à convivência do não-guardião.

Parágrafo único. Antes de decidir pela guarda compartilhada, sempre que possível, deve ser ouvida equipe multidisciplinar e utilizada a mediação familiar.

Art. 98. Os filhos não podem ser privados da convivência familiar com ambos os pais, quando estes constituírem nova entidade familiar.

Art. 99. O não-guardião pode fiscalizar o exercício da guarda, acompanhar o processo educacional e exigir a comprovação da adequada aplicação dos alimentos pagos.

Art. 100. O direito à convivência pode ser estendido a qualquer pessoa com quem a criança ou o adolescente mantenha vínculo de afetividade.

Art. 101. Quando a guarda é exercida exclusivamente por um dos genitores é indispensável assegurar o direito de convivência com o não-guardião.

Parágrafo único. O direito à convivência familiar pode ser judicialmente suspenso ou limitado quando assim impuser o melhor interesse da criança.



C18454C855

Art. 102. As disposições relativas à convivência familiar dos filhos menores estendem-se aos maiores incapazes.

Art. 103. Verificando que os filhos não devem permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, o juiz deve deferir a guarda a quem revele compatibilidade com a natureza da medida, de preferência levando em conta o grau de parentesco e relação de afetividade.

Parágrafo único. Nesta hipótese deve ser assegurado aos pais o direito à convivência familiar, salvo se não atender ao melhor interesse da criança.

TÍTULO V

DA TUTELA E DA CURATELA

CAPÍTULO I

DA TUTELA

Art. 104. As crianças e os adolescentes são postos em tutela quando a nomeação for feita pelos pais em testamento ou documento particular, produzindo efeitos com a morte ou perda da autoridade parental.

Art. 105. É ineficaz a nomeação de tutor pelo pai ou pela mãe que, ao tempo de sua morte, não exercia a autoridade parental.

§ 1.º Nomeado mais de um tutor sem indicação de precedência, entende-se que a tutela foi atribuída ao primeiro, e que os outros lhe sucederão pela ordem de nomeação.

§ 2.º É possível a instituição de dois tutores quando constituem uma entidade familiar.

Art. 106. Quem institui um menor de idade herdeiro, ou legatário seu, pode nomear-lhe curador especial para os bens deixados, ainda que o beneficiário se encontre sob a autoridade parental, ou tutela.

Art. 107. Na falta de tutor nomeado pelos pais ou no caso de recusa, o órfão deve ser colocado em família substituta, nos termos da legislação especial.

Art. 108. O tutor deve se submeter às mesmas regras da autoridade parental, sob pena de destituição judicial do encargo.

CAPÍTULO II

DA CURATELA

Art. 109. Rege-se o instituto da curatela pelo princípio do melhor interesse do curatelado.

Art. 110. Estão sujeitos à curatela:



C18454C855

I – os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil;

II – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir a sua vontade;

III – os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham discernimento reduzido;

IV – os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.

Art. 111. É nomeado curador, preferencialmente:

I – o cônjuge, o convivente ou o parceiro do interdito;

II – o ascendente ou o descendente que se demonstrar mais apto.

Parágrafo único. Na falta das pessoas mencionadas neste artigo, compete ao juiz a escolha do curador.

Art. 112. Não pode ser curador:

I – quem não tem a livre administração de seus bens;

II – quem tem obrigações para com curatelado, ou direitos contra ele;

III – o inimigo do curatelado;

IV – o condenado por crime contra a família;

V – o culpado de abuso em curatela anterior.

Art. 113. Quem esteja impossibilitado ou limitado no exercício regular dos atos da vida civil pode requerer que lhe seja dado curador para cuidar de seus negócios ou bens.

Parágrafo único. O pedido pode ser formulado por quem tenha legitimidade para ser nomeado curador.

Art. 114. O curador tem o dever de prestar contas de sua gestão de dois em dois anos.

TÍTULO VI

DOS ALIMENTOS

Art. 115. Podem os parentes, cônjuges, conviventes ou parceiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver com dignidade e de modo compatível com a sua condição social.



C18454C855

§ 1.º São devidos os alimentos quando o alimentando não tem bens suficientes a gerar renda, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção.

§ 2.º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do alimentando e dos recursos do alimentante.

§ 3.º Os alimentos devidos aos parentes são apenas os indispensáveis à subsistência, quando o alimentando der causa à situação de necessidade.

§ 4.º Se houver acordo, o alimentante pode cumprir sua obrigação mediante o fornecimento de moradia, sustento, assistência à saúde e educação.

Art. 116. O direito a alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os parentes em linha reta, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros, e aos irmãos.

Parágrafo único. A maioria civil faz cessar a presunção de necessidade alimentar, salvo se o alimentando comprovadamente se encontrar em formação educacional, até completar vinte e cinco anos de idade.

Art. 117. Se o parente que deve alimentos em primeiro lugar não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato.

§ 1.º Sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos.

§ 2.º A responsabilidade alimentar entre parentes tem natureza complementar quando o parente de grau mais próximo não puder atender integralmente a obrigação.

Art. 118. Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança da situação financeira do alimentante, ou na do alimentando, pode o interessado requerer a exoneração, a redução ou majoração do encargo.

Art. 119. A obrigação alimentar transmite-se ao espólio, até o limite das forças da herança.

Art. 120. O crédito a alimentos é insuscetível de cessão, compensação ou penhora.

Art. 121. Com o casamento, a união estável ou a união homoafetiva do alimentando, extingue-se o direito a alimentos.

§ 1.º Com relação ao alimentando, cessa, também, o direito a alimentos, se tiver procedimento indigno, ofensivo a direito da personalidade do alimentante.

§ 2.º A nova união do alimentante não extingue a sua obrigação alimentar.



C18454C855

TÍTULO VII

DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 122. Os processos, nas relações de família, orientam-se pelos princípios da oralidade, celeridade, simplicidade, informalidade, fungibilidade e economia processual.

Parágrafo único. As ações previstas neste Estatuto têm preferência de tramitação e julgamento.

Art. 123. As ações decorrentes deste Estatuto são da competência das Varas de Família e os recursos devem ser apreciados por Câmaras Especializadas em Direito de Família dos Tribunais de Justiça, onde houver.

§ 1.º Enquanto não instaladas varas e câmaras especializadas, as ações e recursos serão processados e julgados nas varas e câmaras preferenciais, a serem indicadas pelos tribunais.

§ 2.º As varas e câmaras especializadas ou com competência preferencial devem ser dotadas de equipe de atendimento multidisciplinar e de conciliadores.

Art. 124. As ações pertinentes às relações de família podem tramitar em segredo de justiça, quando for requerido justificadamente pelas partes.

Art. 125. As medidas de urgência podem ser propostas durante o período de férias forenses e devem ser apreciadas de imediato.

Art. 126. Nas questões decorrentes deste Estatuto, a conciliação prévia pode ser conduzida por juiz de paz ou por conciliador judicial.

Parágrafo único. Obtida a conciliação, o termo respectivo é submetido à homologação do juiz de direito competente.

Art. 127. As ações relativas ao mesmo núcleo familiar devem ser distribuídas ao mesmo juízo, ainda que não haja identidade de partes.

Art. 128. Em qualquer ação e grau de jurisdição deve ser buscada a conciliação e sugerida a prática da mediação extrajudicial, podendo ser determinada a realização de estudos sociais, bem como o acompanhamento psicológico das partes.

Art. 129. A critério do juiz ou a requerimento das partes, o processo pode ficar suspenso enquanto os litigantes se submetem à mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.

Art. 130. O Ministério Público deve intervir nos processos judiciais em que houver interesses de crianças, adolescentes e incapazes.



C18454C855

Art. 131. É das partes o ônus de produzir as provas destinadas a demonstrar suas alegações, competindo ao juiz investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.

Parágrafo único. Inverte-se o ônus da prova, ficando o encargo probatório a quem contrapõe interesse indisponível de criança, adolescente e incapaz.

Art. 132. O juiz pode adotar em cada caso a solução mais conveniente ou oportuna para atender o direito das partes, à luz dos princípios deste Estatuto.

Art. 133. Em todas as ações pode ser concedida a antecipação de tutela, bem como cumuladas medidas cautelares.

Parágrafo único. A apreciação do pedido liminar ou da tutela antecipada não depende da prévia manifestação do Ministério Público.

Art. 134. Na inexistência de prova inequívoca, ou não se convencendo da verossimilhança das alegações, para a apreciação da medida liminar, o juiz pode designar audiência de justificação, a ser realizada no prazo máximo de dez dias.

§ 1.º A requerimento do autor, a audiência de justificação pode realizar-se sem a intimação do réu, caso haja a possibilidade de sua presença comprometer o cumprimento da medida.

§ 2.º O autor pode comparecer acompanhado de no máximo três testemunhas.

§ 3.º Apreciado o pedido liminar, com a ouvida do Ministério Público, deve o juiz designar audiência conciliatória.

§ 4.º Da decisão liminar cabe pedido de reconsideração, no prazo de cinco dias.

§ 5.º Da decisão que aprecia o pedido de reconsideração cabe agravo de instrumento.

Art. 135. Nas ações concernentes às relações de família deve o juiz designar audiência de conciliação, podendo imprimir o procedimento sumário.

Art. 136. Não obtida a conciliação, as partes podem ser encaminhadas a estudo psicossocial ou a mediação extrajudicial.

Parágrafo único. Cabe ao juiz homologar o acordo proposto pelo conciliador ou mediador com assistência dos advogados ou defensores públicos.

Art. 137. Aplicam-se subsidiariamente as disposições processuais constantes na legislação ordinária, e especial.



C18454C855

CAPÍTULO II
DO PROCEDIMENTO PARA O CASAMENTO

SEÇÃO I
DA HABILITAÇÃO

Art. 138. A habilitação para o casamento é feita perante o oficial do Registro Civil da residência de qualquer dos nubentes.

Art. 139. O pedido de habilitação deve ser formulado por ambos os nubentes, ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração da inexistência de impedimento para o casamento.

Parágrafo único. O pedido deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

I – certidão de nascimento ou documento equivalente;

II – comprovação do domicílio e da residência dos nubentes;

III – declaração de duas testemunhas, parentes ou não, que atestem conhecê-los e afirmem não existir impedimento para o casamento;

IV – em caso de casamento anterior, certidão de óbito do cônjuge falecido, registro da sentença de divórcio ou da anulação do casamento;

V – havendo necessidade de autorização, documento firmado pelos pais, pelos representantes legais ou ato judicial que supra a exigência.

Art. 140. O oficial deve extrair edital, que permanecerá afixado durante quinze dias nas circunscrições do Registro Civil da residência de ambos os nubentes.

Art. 141. É dever do oficial do Registro esclarecer aos nubentes a respeito dos fatos que podem ocasionar a invalidade do casamento, bem como sobre os diversos regimes de bens.

Art. 142. Os impedimentos devem ser opostos por escrito e instruídos com as provas do fato alegado, ou com a indicação do lugar onde as provas possam ser obtidas.

Art. 143. O oficial do Registro deve apresentar aos nubentes ou a seus representantes a oposição.

Parágrafo único. Pode ser deferido prazo razoável para a prova contrária aos fatos alegados.

Art. 144. Verificada a inexistência do fato impeditivo para o casamento, será extraído o certificado de habilitação.

Art. 145. A eficácia da habilitação será de noventa dias, a contar da data em que foi extraído o certificado.



C18454C855

SEÇÃO II

DO SUPRIMENTO DE CONSENTIMENTO PARA O CASAMENTO

Art. 146. Recusando um dos pais ou o representante a autorização para o casamento do relativamente incapaz, cabe ao outro pedir o suprimento judicial do consentimento.

§ 1.º Recusada a autorização, o procedimento pode ser intentado pelo Ministério Público ou curador especial nomeado pelo juiz.

§ 2.º Quem recusar a autorização, deve justificar a recusa no prazo de cinco dias.

§ 3.º O juiz pode determinar a realização de audiência ou a produção de provas, devendo decidir em até cinco dias.

SEÇÃO III DA CELEBRAÇÃO

Art. 147. O casamento deve ser celebrado pelo juiz de paz em dia, hora e lugar previamente agendados.

Parágrafo único. Na falta do juiz de paz, é competente a autoridade celebrante na forma da organização judiciária de cada Estado.

Art. 148. A solenidade é realizada na sede do cartório, ou em outro local, com toda a publicidade, a portas abertas, e na presença de pelo menos duas testemunhas, parentes ou não dos nubentes.

Art. 149. Presentes os nubentes, as testemunhas e o oficial do Registro, o juiz de paz, ouvindo dos nubentes a afirmação de que pretendem casar por livre e espontânea vontade, os declarará casados, em nome da lei.

Art. 150. A celebração do casamento será imediatamente suspensa se algum dos nubentes:

- I – recusar a solene afirmação da sua vontade;
- II – declarar que sua manifestação não é livre e espontânea;
- III – mostrar-se arrependido.

Parágrafo único. O nubente que der causa à suspensão do ato não poderá retratar-se no mesmo dia.

Art. 151. Um ou ambos os nubentes podem ser representados mediante procuração outorgada por instrumento público, com poderes especiais e com o prazo de noventa dias.

§ 1.º A revogação da procuração somente pode ocorrer por escritura pública e antes da celebração do casamento.



C18454C855

§ 2.º Celebrado o casamento, sem que a revogação chegue ao conhecimento do mandatário, o ato é inexistente, devendo ser cancelado.

Art. 152. O casamento de brasileiro, celebrado no estrangeiro, perante a autoridade consular, deve ser registrado em cento e oitenta dias, a contar do retorno de um ou de ambos os cônjuges ao Brasil.

Parágrafo único. O registro deve ser feito no cartório do domicílio dos cônjuges em que residiam ou onde passarão a residir.

SEÇÃO IV

DO REGISTRO DO CASAMENTO

Art. 153. Celebrado o casamento, o oficial lavra o assento no livro de registro devendo constar:

I - os nomes, nacionalidade, data e lugar do nascimento, profissão e residência dos cônjuges;

II - os nomes, nacionalidade, data de nascimento dos pais, consignando o falecimento de algum deles;

III - a data e cartório que expediu o certificado de habilitação;

IV - os nomes, nacionalidade e domicílio das testemunhas;

V - o regime de bens do casamento e a identificação da escritura do pacto antenupcial;

VI - o nome que os cônjuges passam a usar.

Art. 154. O assento do casamento é assinado pelo juiz de paz, os cônjuges e por duas testemunhas.

SEÇÃO V

DO REGISTRO DO CASAMENTO RELIGIOSO PARA EFEITOS CIVIS

Art. 155. Os nubentes habilitados para o casamento podem casar perante autoridade ou ministro religioso.

Art. 156. O assento do casamento religioso, subscrito pela autoridade ou ministro que o celebrar, pelos nubentes e por duas testemunhas, deve conter os mesmos requisitos do registro civil.

Art. 157. A autoridade ou ministro celebrante deve arquivar a certidão de habilitação que lhe foi apresentada, devendo, nela, anotar a data da celebração do casamento.

Art. 158. No prazo de trinta dias, a contar da celebração, qualquer interessado pode apresentar o assento do casamento religioso ao cartório do registro civil que expediu o certificado de habilitação.



C18454C855

§ 1.º O oficial deve proceder ao registro do casamento no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2.º Se o documento referente à celebração do casamento religioso omitir algum requisito, a falta deve ser suprida por declaração de ambos os cônjuges, tomada por termo pelo oficial.

Art.159. Do assento devem constar a data da celebração, o lugar e o culto religioso.

Art. 160. O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação perante o oficial de registro civil, pode ser registrado no prazo noventa dias, mediante requerimento dos cônjuges, com a prova do ato religioso e os demais documentos exigidos para a habilitação do casamento.

Parágrafo único. Processada a habilitação, o oficial procede ao registro do casamento religioso, devendo atender aos mesmos requisitos legais.

Art. 161. O casamento produz efeitos a contar da celebração religiosa.

SEÇÃO VI

DO CASAMENTO EM IMINENTE RISCO DE MORTE

Art. 162. Quando algum dos nubentes estiver em iminente risco de morte, não obtendo a presença do juiz de paz, pode o casamento ser celebrado na presença de quatro testemunhas, que não tenham com os nubentes relação de parentesco.

Art. 163. Realizado o casamento, devem as testemunhas comparecer perante o cartório do registro civil mais próximo, dentro de dez dias, devendo ser tomada a termo a declaração de:

I - que foram convocadas por parte do enfermo;

II - que este parecia em perigo de morte, mas apresentava plena capacidade para manifestar sua vontade;

III - que, em sua presença, declararam os nubentes, livre e espontaneamente, receber-se em casamento.

§ 1.º Autuado o pedido e tomadas as declarações a termo, o oficial do registro civil deve proceder as diligências para verificar se os nubentes podiam ter-se habilitado, colhendo a manifestação do sobrevivente, em quinze dias.

§ 2.º Comprovada a inexistência de impedimentos, o oficial procederá ao registro no livro do Registro dos Casamentos.

§ 3.º O casamento produz efeitos a partir da data da celebração.



C18454C855

§ 4.º Serão dispensadas estas formalidades se o enfermo convalescer e ambos ratificarem o casamento na presença do juiz de paz e do oficial do registro.

§ 5.º Neste caso fica dispensada a habilitação para o casamento.

CAPÍTULO III

DO RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL E DA UNIÃO HOMOAFETIVA

Art. 164. É facultado aos conviventes e aos parceiros, de comum acordo, requerer em juízo o reconhecimento de sua união estável ou da união homoafetiva.

Art. 165. Dissolvida a união, qualquer dos conviventes ou parceiros pode ajuizar a ação de reconhecimento de sua existência.

Parágrafo único. Na petição inicial deve a parte autora:

I – identificar o período da convivência;

II – indicar o regime da guarda dos filhos;

III – comprovar a necessidade de alimentos ou declarar que deles não necessita;

IV – indicar o valor dos alimentos necessários à manutenção dos filhos;

V – descrever os bens do casal e apresentar proposta de divisão.

Art. 166. A ação deve ser instruída com o contrato de convivência, se existir, e a certidão de nascimento dos filhos.

Parágrafo único. A descrição dos bens do casal e a proposta de partilha é facultativa.

Art. 167. Ao receber a petição inicial, o juiz deve apreciar o pedido liminar de alimentos provisórios e designar audiência conciliatória.

Parágrafo único. A sentença deve fixar os termos inicial e final da união.

CAPÍTULO IV

DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE FAMILIAR

SEÇÃO I

DA AÇÃO DE DIVÓRCIO

Art. 168. A ação de divórcio pode ser intentada por qualquer um dos cônjuges ou por ambos.



C18454C855

§ 1.º O cônjuge acometido de doença mental ou transtorno psíquico será representado por curador, ascendente ou irmão.

§ 2.º A inicial deverá ser acompanhada da certidão de casamento e certidão de nascimento dos filhos.

Art. 169. Não tendo havido prévia separação, deve a inicial:

I – indicar a data da separação de fato;

II – identificar o regime de convivência com os filhos menores;

III – declinar a dispensa dos alimentos ou a necessidade de um dos cônjuges de percebê-los;

IV – indicar o valor dos alimentos necessários à manutenção dos filhos.

Art. 170. Ao receber a inicial, o juiz deve apreciar o pedido liminar de alimentos provisórios.

Art. 171. Havendo filhos menores ou incapazes, deverá ser designada audiência conciliatória.

Art. 172. No divórcio consensual, não existindo filhos menores ou incapazes, ou estando judicialmente decididas as questões a eles relativas, é dispensável a realização de audiência.

SEÇÃO II

DA SEPARAÇÃO

Art. 173. Qualquer dos cônjuges pode propor a ação de separação.

Art. 174. Qualquer dos cônjuges, conviventes ou parceiros pode propor a ação de separação de corpos.

§ 1.º A parte autora pode pleitear, justificadamente, sua permanência no lar ou requerer o afastamento da parte-ré.

§ 2.º Havendo alegação da prática de violência doméstica, aplica-se a legislação especial.

Art. 175. Na inicial da ação de separação deve a parte-autora:

I – indicar o regime de convivência com os filhos menores;

II – declarar que dispensa alimentos ou comprovar a necessidade de percebê-los;



C18454C855

III – indicar o valor dos alimentos necessários à manutenção dos filhos.

Parágrafo único. A ação deve ser instruída com a certidão de casamento ou contrato de convivência, se existir, e a certidão de nascimento dos filhos.

Art. 176. Ao receber a petição inicial, o juiz deve apreciar o pedido de separação de corpos e decidir sobre os alimentos.

Parágrafo único. Não evidenciada a possibilidade de risco à vida ou a saúde das partes e dos filhos, o juiz pode designar audiência de justificação ou de conciliação para decidir sobre a separação de corpos.

Art. 177. Comparecendo a parte-ré e concordando com a separação de corpos, pode a ação prosseguir quanto aos pontos em que inexistia consenso.

CAPÍTULO V

DOS ALIMENTOS

SEÇÃO I

DA AÇÃO DE ALIMENTOS

Art. 178. Na ação de alimentos, o autor deve:

I – comprovar a obrigação alimentar ou trazer os indícios da responsabilidade do alimentante em prover-lhe o sustento;

II – declinar as necessidades do alimentando;

III – indicar as possibilidades do alimentante.

Art. 179. Ao despachar a inicial, o juiz deve fixar alimentos provisórios e encaminhar as partes à conciliação, ou designar audiência de instrução e julgamento.

§ 1.º Os alimentos provisórios são devidos e devem ser pagos desde a data da fixação.

§ 2.º Quando da citação, deve o réu ser cientificado da incidência da multa de 10%, sempre que incorrer em mora de quinze dias.

Art. 180. Se o devedor for funcionário público, civil ou militar, empregado da iniciativa privada, perceber rendimentos provenientes de vínculo empregatício, ou for aposentado, o juiz deve fixar os alimentos em percentual dos seus ganhos.

Parágrafo único. O desconto dos alimentos será feito dos rendimentos do alimentante, independentemente de requerimento do credor, salvo acordo.



C18454C855

Art. 181. Na audiência de instrução e julgamento o juiz colherá o depoimento das partes.

§ 1.º Apresentada a contestação, oral ou escrita, havendo prova testemunhal, o juiz ouvirá a testemunha, independentemente do rol.

§ 2.º Ouvidas as partes e o Ministério Público, o juiz proferirá a sentença na audiência ou no prazo máximo de dez dias.

Art. 182. Da sentença que fixa, revisa ou exonera alimentos cabe recurso somente com efeito devolutivo.

Parágrafo único. Justificadamente, o juiz, ou o relator, pode agregar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 183. Fixados alimentos definitivos em valor superior aos provisórios, cabe o pagamento da diferença desde a data da fixação. Caso os alimentos fixados em definitivo sejam em valor inferior aos provisórios, não há compensação, não dispondo a decisão de efeito retroativo.

Art. 184. Na ação de oferta de alimentos, o juiz não está adstrito ao valor oferecido pelo autor.

Art. 185. Cabe ação revisional quando os alimentos foram fixados sem atender ao critério da proporcionalidade ou quando houver alteração nas condições das partes.

Art. 186. A ação de alimentos pode ser cumulada com qualquer demanda que envolva questões de ordem familiar entre as partes.

Art. 187. Havendo mais de um obrigado, é possível mover a ação contra todos, ainda que o dever alimentar de alguns dos réus seja de natureza subsidiária ou complementar.

Parágrafo único. A obrigação de cada um dos alimentantes deve ser individualizada.

Art. 188. O empregador, o órgão público ou privado responsável pelo pagamento do salário, benefício ou provento, no prazo de até quinze dias, tem o dever de:

I – proceder ao desconto dos alimentos;

II – encaminhar a juízo cópia dos seis últimos contracheques ou recibos de pagamento do salário;

III – informar imediatamente quando ocorrer a rescisão do contrato de trabalho ou a cessação do vínculo laboral.

Art. 189. Rescindido o contrato de trabalho do alimentante, serão colocadas à disposição do juízo 30% de quaisquer verbas, rescisórias ou não, percebidas por ato voluntário do ex-empregador ou por decisão judicial.



C18454C855

§ 1.º Desse crédito, mensalmente, será liberado, em favor dos alimentandos, o valor do pensionamento, até que os alimentos passem a ser pagos por outra fonte pagadora.

§ 2.º Eventual saldo será colocado à disposição do alimentante.

Art. 190. Fixada em percentual sobre os rendimentos do alimentante, a verba alimentar, salvo ajuste diverso, incide sobre:

I - a totalidade dos rendimentos percebidos a qualquer título, excluídos apenas os descontos obrigatórios, reembolso de despesas e diárias;

II - o 13º salário, adicional de férias, gratificações, abonos, horas extras e vantagens recebidas a qualquer título.

Art. 191. A cessação do vínculo laboral não torna ilíquida a obrigação, correspondendo os alimentos, neste caso, ao último valor descontado.

Art. 192. Os alimentos podem ser descontados de aluguéis e de outras rendas ou rendimentos do alimentante, a serem pagos diretamente ao credor.

SEÇÃO II

DA COBRANÇA DOS ALIMENTOS

Art. 193. Fixados os alimentos judicialmente, a cobrança será levada a efeito como cumprimento de medida judicial.

Art. 194. Podem ser cobrados pelo mesmo procedimento os alimentos fixados em escritura pública de separação e divórcio ou em acordo firmado pelas partes e referendado pelo Ministério Público, Defensoria Pública ou procurador dos transatores.

Art. 195. A cobrança dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença sujeita a recurso, se processa em procedimento apartado.

Art. 196. Os alimentos definitivos, fixados em qualquer demanda, podem ser cobrados nos mesmos autos.

Art. 197. Cabe ao juiz tomar as providências cabíveis para localizar o devedor e seus bens, independentemente de requerimento do credor.

Art. 198. A multa incide sobre todas as parcelas vencidas há mais de quinze dias, inclusive as que se vencerem após a intimação do devedor.

Art. 199. Recaindo a penhora em dinheiro, o oferecimento de impugnação não obsta a que o credor levante mensalmente o valor da prestação.

Parágrafo único. Sem prejuízo do pagamento dos alimentos, o débito executado pode ser descontado dos rendimentos ou rendas do devedor, de forma parcelada, contanto que, somado à parcela devida, não ultrapasse 50% de seus ganhos líquidos.



C18454C855

Art. 200. Para a cobrança de até seis parcelas de alimentos, fixadas judicial ou extrajudicialmente, o devedor será citado para proceder ao pagamento do valor indicado pelo credor, no prazo de três dias, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.

Parágrafo único. Somente a comprovação de fato imprevisível que gere a impossibilidade absoluta de pagar servirá de justificativa para o inadimplemento.

Art. 201. O magistrado pode, a qualquer tempo, designar audiência conciliatória, para o fim de ajustar modalidades de pagamentos.

§ 1.º Inadimplido o acordo, restará vencida a totalidade do débito, sem prejuízo do cumprimento da pena de prisão.

§ 2.º Se o devedor não pagar, ou o magistrado não aceitar a justificação apresentada, decretará a prisão pelo prazo de um a três meses.

Art. 202. A prisão será cumprida em regime semi-aberto; em caso de novo aprisionamento, o regime será o fechado.

Art. 203. O devedor se exime da prisão comprovando o pagamento das parcelas executadas, das prestações vencidas até a data do adimplemento, dos juros e da correção monetária.

Art. 204. Cumprida a prisão, e não levado a efeito o pagamento, a cobrança prossegue nos mesmos autos, pelo rito da execução por quantia certa.

Parágrafo único. Sobre a totalidade do débito e sobre as parcelas vencidas até a data do pagamento incide multa, a contar da data da citação.

Art. 205. As custas processuais e os honorários advocatícios podem ser cobrados nos mesmos autos.

Art. 206. Citado o réu, e deixando de proceder ao pagamento, o juiz determinará a inscrição do seu nome no Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos e demais instituições públicas ou privadas de proteção ao crédito.

§ 1.º O juiz deve comunicar o valor e o número das prestações vencidas e não pagas.

§ 2.º A determinação não depende de requerimento do credor.

§ 3.º Quitado o débito, a anotação é cancelada mediante ordem judicial.

Art. 207. Em qualquer hipótese, verificada a postura procrastinatória do devedor, o magistrado deverá dar ciência ao Ministério Público dos indícios da prática do delito de abandono material.



C18454C855

CAPÍTULO VI

DA AVERIGUAÇÃO DA FILIAÇÃO

Art. 208. Comparecendo o pai ou a mãe para proceder ao registro de nascimento do filho menor de idade somente em seu nome, o Oficial do Registro Civil deve comunicar ao Ministério Público, com as informações que lhe foram fornecidas para a localização do outro genitor.

Art. 209. O Ministério Público deve notificar o indicado como sendo genitor, para que, no prazo de dez dias, se manifeste sobre a paternidade ou maternidade que lhe é atribuída.

§ 1.º Confirmada a paternidade ou a maternidade, lavrado o termo, o oficial deve proceder o registro.

§ 2.º Negada a paternidade ou a maternidade, ou deixando de manifestar-se, cabe ao Ministério Público propor a ação investigatória.

Art. 210. A iniciativa conferida ao Ministério Público não impede a quem tenha legítimo interesse de intentar a ação de investigação.

CAPÍTULO VII

DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

Art. 211. Proposta ação investigatória por menor de idade ou incapaz, havendo forte prova indiciária da paternidade, biológica ou socioafetiva, o juiz deve fixar alimentos provisórios, salvo se o autor declarar que deles não necessita.

Art. 212. Havendo registro civil é necessária a citação daqueles indicados no respectivo assento.

Art. 213. Postulando o autor sob o benefício da assistência judiciária, é de responsabilidade do réu os encargos necessários para a produção das provas, se ele não gozar do mesmo benefício.

Art. 214. Deixando o réu de submeter-se à perícia ou de injustificadamente proceder ao pagamento do exame, opera em favor do autor a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial.

Parágrafo único. A declaração da filiação deve ser apreciada em conjunto com outras provas.

Art. 215. A ausência de contestação enseja a aplicação dos efeitos da revelia.

Art. 216. A procedência do pedido desconstitui a filiação estabelecida anteriormente no registro.

Parágrafo único. A alteração do nome deve atender ao melhor interesse do investigante.



C18454C855

Art. 217. Transitada em julgado a sentença deve ser expedido mandado de averbação ao registro civil.

Art. 218. A sentença de procedência dispõe de efeito declaratório desde a data do nascimento do investigado.

Art. 219. A improcedência do pedido de filiação não impede a propositura de nova ação diante do surgimento de outros meios probatórios.

CAPÍTULO VIII

DA AÇÃO DE INTERDIÇÃO

Art. 220. A interdição pode ser promovida:

I – pelo cônjuge, companheiro ou parceiro;

II – pelos parentes consangüíneos ou afins;

III – pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando;

IV – pelo Ministério Público.

Art. 221. O Ministério Público só promoverá interdição:

I – em caso de doença mental grave;

II – se não existir ou não promover a interdição alguma das pessoas designadas nos incisos I, II e III do artigo antecedente;

III – se, existindo, forem incapazes as pessoas mencionadas no inciso antecedente.

Art. 222. Cabe ao autor especificar os fatos que revelam a incapacidade do interditando para reger a sua pessoa e administrar os seus bens.

Parágrafo único. Justificada a urgência, o juiz pode nomear curador provisório ao interditando para a prática de determinados atos.

Art. 223. O interditando será intimado para comparecer à audiência de interrogatório.

§ 1.º O juiz deve ouvir o interditando pessoalmente acerca de sua vida, negócios, bens, consignando sua impressão pessoal sobre as condições do interrogando.

§ 2.º O juiz, quando necessário, pode comparecer ao local onde se encontra o interditando para ouvi-lo.

Art. 224. No prazo de cinco dias contados da audiência, o interditando pode contestar o pedido, através de advogado.

Art. 225. Cabe ao juiz nomear perito para proceder ao exame do interditando.



C18454C855

Parágrafo único. O juiz pode dispensar a perícia, quando notória a incapacidade.

Art. 226. Apresentado o laudo pericial, após manifestação das partes, se necessário, o juiz designará audiência de instrução e julgamento.

Art. 227. A escolha do curador será feita pelo juiz e deverá recair na pessoa que melhor atenda aos interesses do curatelado.

Art. 228. Não poderá ser nomeado curador:

I - quem não tiver a livre administração de seus bens;

II - quem tiver obrigações para com o curatelado, ou direitos contra ele.

Art. 229. Decretada a interdição, o juiz fixará os limites da curatela segundo o estado ou o desenvolvimento mental do interdito.

Art. 230. Transitada em julgado, a sentença será inscrita no Registro de Pessoas Naturais.

Art. 231. O curador será intimado a prestar compromisso no prazo de cinco dias.

Art. 232. Prestado o compromisso, o curador assume a administração dos bens do interdito.

Art. 233. Havendo meio de recuperar o interdito, o curador deve buscar tratamento apropriado.

Art. 234. O interdito poderá ser recolhido em estabelecimento adequado, quando não se adaptar ao convívio doméstico.

Art. 235. A autoridade do curador estende-se à pessoa e aos bens dos filhos menores do curatelado, que se encontram sob a guarda e responsabilidade deste ao tempo da interdição.

Art. 236. O curador deve prestar contas de sua gestão de dois em dois anos, ficando dispensado se renda for menor que três salários mínimos mensais.

Art. 237. O Ministério Público, ou quem tenha legítimo interesse, pode requerer a destituição do curador.

Art. 238. O curador pode contestar o pedido de destituição no prazo cinco dias.

Art. 239. Ao deixar o encargo, será indispensável a prestação de contas.

Art. 240. Em caso de extrema gravidade, o juiz pode suspender o exercício da curatela, nomeando interinamente substituto.



C18454C855

Art. 241. Extingue-se a interdição, cessando a causa que a determinou.

Parágrafo único. A extinção da curatela pode ser requerida pelo curador, pelo interditado ou pelo Ministério Público.

Art. 242. O juiz deverá nomear perito para avaliar as condições do interditado; após a apresentação do laudo, quando necessário, designará audiência de instrução e julgamento.

Art. 243. Extinta a interdição, a sentença será averbada no Registro de Pessoas Naturais.

CAPÍTULO IX

DOS PROCEDIMENTOS DOS ATOS EXTRAJUDICIAIS

Art. 244. Os atos extrajudiciais devem ser subscritos pelas partes e pelos advogados.

Parágrafo único. O advogado comum ou de cada uma das partes deve estar presente no ato da assinatura da respectiva escritura.

SEÇÃO I

DO DIVÓRCIO

Art. 245. Os cônjuges podem promover o divórcio por escritura pública.

Parágrafo único. Os cônjuges devem apresentar as certidões de casamento e de nascimento dos filhos, se houver.

Art. 246. Devem os cônjuges declarar:

I – a data da separação de fato;

II – o valor dos alimentos destinado a um dos cônjuges ou a dispensa de ambos do encargo alimentar;

III – a permanência ou não do uso do nome;

IV – facultativamente, os bens do casal e sua partilha.

Parágrafo único. Não é necessária a partilha dos bens para o divórcio.

Art. 247. Havendo filhos menores ou incapazes, é necessário comprovar que se encontram solvidas judicialmente todas as questões a eles relativas.

Art. 248. Lavrada a escritura, deve o tabelião enviar certidão ao Cartório do Registro Civil em que ocorreu o casamento, para averbação.



C18454C855

§ 1.º A certidão do divórcio deve ser averbada no registro de imóvel onde se situem os bens e nos registros relativos a outros bens.

§ 2.º O envio da certidão aos respectivos registros pode ser levado a efeito por meio eletrônico.

Art. 249. A eficácia do divórcio se sujeita à averbação no registro do casamento.

SEÇÃO II

DA SEPARAÇÃO

Art. 250. É facultada aos cônjuges a separação consensual extrajudicial.

Art. 251. A separação consensual extrajudicial de corpos cabe aos cônjuges, aos conviventes e aos parceiros.

Art. 252. A separação consensual pode ser levada a efeito por escritura pública, na hipótese de:

I – Não existir filhos menores ou incapazes do casal;

II – Estarem solvidas judicialmente todas as questões referentes aos filhos menores ou incapazes.

Art. 253. Na escritura deve ficar consignado o que ficou acordado sobre pensão alimentícia, e, se for o caso, sobre os bens comuns.

SEÇÃO III

DO RECONHECIMENTO E DA DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL E HOMOAFETIVA

Art. 254. Os conviventes e os parceiros podem, a qualquer tempo, buscar o reconhecimento da união por escritura pública, indicando:

I – a data do início da união;

II – o regime de bens.

Art. 255. Encontrando-se os conviventes ou os parceiros separados, a dissolução da união pode ser realizada mediante escritura pública, devendo ser indicados:

I – o período da convivência;

II – o valor dos alimentos ou a dispensa do encargo;

III – facultativamente, a descrição dos bens e a sua divisão.

Art. 256. Havendo filhos menores ou incapazes, as questões a eles relativas devem ser solvidas judicialmente.



C18454C855

Art. 257. Lavrada a escritura, cabe ao tabelião encaminhar certidão ao Cartório do Registro Civil da residência dos conviventes ou parceiros, a ser averbada em livro próprio.

Parágrafo único. A união será averbada no registro de nascimento dos conviventes e dos parceiros.

Art. 258. Havendo bens, deverá proceder-se ao registro na circunscrição dos imóveis e nos demais registros relativos a outros bens.

SEÇÃO IV

DA CONVERSÃO DA UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO

Art. 259. Os conviventes podem, de comum acordo e a qualquer tempo, converter a união estável em casamento.

Art. 260. O pedido será formulado ao Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais onde residam, devendo os conviventes:

I – comprovar que não estão impedidos de casar;

II – indicar o termo inicial da união;

III – arrolar os bens comuns;

IV – declinar o regime de bens;

V – apresentar as provas da existência da união estável.

Art. 261. Lavrada a escritura, deverá o tabelião enviar certidão ao Registro Civil em que ocorreu o casamento, para averbação.

§ 1.º A certidão do divórcio deverá ser averbada no registro de imóvel onde se situam os bens e nos registros relativos a outros bens.

§ 2.º O envio da certidão aos respectivos registros poderá ser levado a efeito por meio eletrônico.

Art. 262. A conversão somente terá efeito perante terceiros após ser registrada no registro civil.

SEÇÃO V

DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS

Art. 263. A alteração consensual do regime dos bens pode ser formalizada por escritura pública, sem prejuízo do direito de terceiros.

Art. 264. A alteração deve ser averbada na certidão de casamento e no registro de imóveis dos bens do casal.

Art. 265. Caso os cônjuges, ou apenas um deles, seja empresário, a alteração deve ser averbada na Junta Comercial e no registro público de empresas mercantis.



C18454C855

Art. 266. A alteração só produz efeito perante terceiros após a averbação no registro imobiliário e demais registros relativos a outros bens.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 267. É ineficaz qualquer ato, fato ou negócio jurídico que contrariar os princípios estabelecidos na Constituição Federal, em tratados ou convenções internacionais das quais seja o Brasil signatário e neste Estatuto.

Art. 268. Todos os tratados e convenções internacionais que assegurem direitos e garantias fundamentais de proteção aos integrantes da entidade familiar têm primazia na aplicação do presente Estatuto.

Art. 269. Todas as remissões feitas ao Código Civil, que expressa ou tacitamente foram revogadas por este Estatuto, consideram-se feitas às disposições deste Estatuto.

Art. 270. A existência e a validade dos atos, fatos e negócios jurídicos, constituídos antes da entrada em vigor deste Estatuto, obedecem ao disposto na Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e nas leis anteriores, mas os seus efeitos, produzidos após a vigência deste Estatuto, aos preceitos dele se subordinam.

Art. 271. Salvo disposição em contrário deste Estatuto, mantém-se a aplicação das leis especiais anteriores, naquilo que não conflitarem com regras ou princípios nele estabelecidos ou dele inferidos.

Art. 272. Até que por outra forma se disciplinem, continuam em vigor as disposições de natureza processual, administrativa ou penal, constantes de leis cujos preceitos ou princípios se coadunem com este Estatuto.

Art. 273. Este Estatuto entrará em vigor após um ano da data de sua publicação oficial.

Art. 274. Revogam-se o Livro IV – Do Direito de Família (arts. 1.511 a 1.783) da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), os arts. 732 a 745; 852 a 854; 877 e 878; 888, II e III; 1.120 a 1.124-A da Lei n. 5.869 de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), o Decreto-Lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941, a Lei n. 5.478, de 25 de julho de 1968, os arts. 70 a 76 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977 e a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992.

JUSTIFICAÇÃO

É com grande satisfação que oferecemos à sociedade este Estatuto das Famílias. Tal proposta é resultado da luta e esforço de todos os militantes da área de Direito de Família, consolidada pela Doutrina e Jurisprudência pátria e no



C18454C855

entendimento de que a boa Lei é aquela que consagra uma prática já adotada pela sociedade.

O Livro de Direito de Família do Código Civil de 2002 foi concebido pela Comissão coordenada por Miguel Reale no final dos anos 60 e início dos anos 70 do século passado, antes das grandes mudanças legislativas sobre a matéria, nos países ocidentais, e do advento da Constituição de 1988. O paradigma era o mesmo: família patriarcal, apenas constituída pelo casamento; desigualdade dos cônjuges e dos filhos; discriminação a partir da legitimidade da família e dos filhos; subsistência dos poderes marital e paternal. A partir da Constituição de 1988, operou-se verdadeira revolução copernicana, inaugurando-se paradigma familiar inteiramente remodelado, segundo as mudanças operadas na sociedade brasileira, fundada nos seguintes pilares: comunhão de vida consolidada na afetividade e não no poder marital ou paternal; igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges; liberdade de constituição, desenvolvimento e extinção das entidades familiares; igualdade dos filhos de origem biológica ou socioafetiva; garantia de dignidade das pessoas humanas que a integram, inclusive a criança, o adolescente e o idoso. Nenhum ramo do Direito foi tão profundamente modificado quanto o Direito de Família ocidental, nas três últimas décadas do século XX.

Durante a tramitação do projeto do Código Civil no Congresso Nacional, após a Constituição de 1988, o Senado Federal promoveu esforço hercúleo para adaptar o texto - antes dela elaborado - às suas diretrizes. Todavia, o esforço resultou frustrante, pois não se poderia adaptar institutos que apenas faziam sentido como expressão do paradigma familiar anterior à nova realidade, exigente de princípios, categorias e institutos jurídicos diferentes. A doutrina especializada demonstrou à sociedade a inadequação da aparente nova roupagem normativa, que tem gerado intensas controvérsias e dificuldades em sua aplicação.

Ciente desse quadro, consultei o Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM, entidade que congrega cerca de 4.000 especialistas, profissionais e estudiosos do Direito de Família, e que também tenho a honra de integrar, se uma revisão sistemática do Livro IV da Parte Especial do Código Civil teria o condão de superar os problemas que criou.

Após vários meses de debates, a comissão científica do IBDFAM, ouvindo os membros associados, concluiu que, mais do que uma revisão, seria necessário um estatuto autônomo, desmembrado do Código Civil, até porque seria imprescindível associar as normas de Direito Material com as normas especiais de Direito Processual. Não é mais possível tratar questões visceralmente pessoais da vida familiar, perpassadas por sentimentos, valendo-se das mesmas normas que regulam as questões patrimoniais, como propriedades, contratos e demais obrigações. Essa dificuldade, inerente às peculiaridades das relações familiares, tem estimulado muitos países a editarem códigos ou leis autônomas dos direitos das famílias. Outra razão a recomendar a autonomia legal da matéria é o grande número de projetos de leis específicos, que tramitam nas duas Casas Legislativas, propondo alterações ao Livro de Direito de Família do Código Civil, alguns modificando radicalmente o sentido e o alcance das normas atuais. Uma lei que provoca a demanda por tantas mudanças, em tão pouco tempo de vigência, não pode ser considerada adequada.

Eis porque, também convencido dessas razões, submeto à apreciação dos ilustres Pares o presente Projeto de Lei, como Estatuto das Famílias, traduzindo os valores que estão consagrados nos princípios emergentes dos artigos 226 a 230 da Constituição Federal. A denominação utilizada - "Estatuto das Famílias" - contempla melhor a opção constitucional de proteção das variadas entidades



C18454C855

familiares. No passado, apenas a família constituída pelo casamento - portanto única - era objeto do Direito de Família.

Optou-se por uma linguagem mais acessível à pessoa comum do povo, destinatário maior dessas normas, evitando-se termos excessivamente técnicos ou em desuso. Assim, por exemplo, em vez de dizer "idade núbil" alude-se a casamento da pessoa relativamente incapaz.

Entidades familiares - O Código Civil é iniciado com o casamento, tal qual o Código de 1916, indiferente ao comando constitucional de tutela das demais entidades. O Estatuto das Famílias, diferentemente, distribui as matérias, dedicando o Título I às normas e princípios gerais aplicáveis às famílias e às pessoas que as integram. Acompanhando os recentes Códigos e leis gerais de Direito de Família, o Estatuto das Famílias enuncia em seguida as regras gerais sobre as relações de parentesco. O título destinado às entidades familiares estabelece diretrizes comuns a todas elas, após o que passa a tratar de cada uma. Além do casamento, o Estatuto das Famílias sistematiza as regras especiais da união estável, da união homoafetiva e da família parental, na qual se inclui a família monoparental. A Constituição atribui a todas as entidades familiares a mesma dignidade e igual merecimento de tutela, sem hierarquia entre elas.

Casamento, regime de bens e divórcio - O Capítulo do casamento é o mais extenso, dada a importância que a sociedade brasileira a ele destina, sistematizando todas as matérias anexas ou conexas, de modo seqüenciado: existência, validade, eficácia, regime de bens, divórcio e separação. A separação dessas matérias feita pelo Código Civil, em direitos pessoais e direitos patrimoniais, não foi bem recebida pela doutrina especializada, dada a interconexão entre ele e o papel instrumental dos segundos. Além do mais, considerando que cada cidadão brasileiro integra ao menos uma família, a lei deve ser compreensível pelo homem comum do povo e não contemplar discutível opção doutrinária.

Foram suprimidas as causas suspensivas do casamento, previstas no Código Civil, porque não suspendem o casamento, representando, ao contrário, restrições à liberdade de escolha de regime de bens. Os impedimentos aos casamentos foram atualizados aos valores sociais atuais, com redação mais clara.

Simplificaram-se as exigências para a celebração do casamento, civil ou religioso, e para o registro público, com maior atenção aos momentos de sua eficácia. Procurou-se valorizar a atuação do juiz de paz na celebração do casamento civil.

Suprimiu-se o regime de bens de participação final nos aquestos, introduzido pelo Código Civil, em virtude de não encontrar nenhuma raiz na cultura brasileira e por transformar os cônjuges em sócios de ganhos futuros reais ou contábeis, potencializando litígios. Mantiveram-se, assim, os regimes de comunhão parcial, comunhão universal e separação total.

Por seu caráter discriminatório e atentatório à dignidade dos cônjuges, também foi suprimido o regime de separação obrigatório, que a Súmula 377 do Supremo Tribunal Federal (STF) tinha praticamente convertido em regime de comunhão parcial. Definiu-se, com mais clareza, quais os bens ou valores que estão excluídos da comunhão parcial, tendo em vista as controvérsias jurisprudenciais e a prática de sonegação de bens que devem ingressar na comunhão.



Privilegiou-se o divórcio, como meio mais adequado para assegurar a paz dos que não mais desejam continuar casados, definindo em regras simples e compreensíveis os requisitos para alcançá-lo. Evitou-se, tanto no divórcio quanto na separação, a interferência do Estado na intimidade do casal, ficando vedada a investigação das causas da separação, que não devem ser objeto de publicidade. O que importa é assegurar-se o modo de guarda dos filhos, no melhor interesse destes, a fixação ou dispensa dos alimentos entre os cônjuges, a obrigação alimentar do não-guardião em relação aos filhos comuns, a manutenção ou mudança do nome de família e a partilha dos bens comuns. A separação, o divórcio e a mudança de regime de bens extrajudiciais, mediante escritura pública, receberam regulamentação mais detida, quanto à sua facilitação, seus efeitos e à preservação dos interesses dos cônjuges e de terceiros.

União estável - O Estatuto das Famílias procurou eliminar todas as assimetrias que o Código Civil ostenta em relação à união estável, no que concerne aos direitos e deveres comuns dos conviventes, em relação aos idênticos direitos e deveres dos cônjuges. Quando a Constituição se dirige ao legislador para que facilite a conversão da união estável para o casamento, não institui aquela em estágio provisório do segundo. Ao contrário, a Constituição assegura a liberdade dos conviventes de permanecerem em união estável ou a converterem em casamento. Da mesma maneira, há a liberdade de os cônjuges se divorciarem e constituírem em seguida, ou tempos depois, união estável entre eles, se não desejarem casar novamente. Uniformizaram-se os deveres dos conviventes, entre si, em relação aos deveres conjugais.

Optou-se por determinar que a união estável constitui estado civil de “convivente”, retomando-se a denominação inaugurada com a Lei nº 9.263/96, que parece alcançar melhor a significação de casal que convive em união afetiva, em vez de companheiro, preferida pelo Código Civil. Por outro lado, o convivente nem é solteiro nem casado, devendo explicitar que seu estado civil é próprio, inclusive para proteção de interesses de terceiros com quem contrai dívidas, relativamente ao regime dos bens que por estas responderão.

União homoafetiva - O estágio cultural que a sociedade brasileira vive, na atualidade, encaminha-se para o pleno reconhecimento da união homoafetiva. A norma do art. 226 da Constituição é de inclusão - diferentemente das normas de exclusão das Constituições pré-1988 -, abrigando generosamente todas as formas de convivência existentes na sociedade. A explicitação do casamento, da união estável e da família monoparental não exclui as demais que se constituem como comunhão de vida afetiva, de modo público e contínuo. Em momento algum, a Constituição veda o relacionamento de pessoas do mesmo sexo.

A jurisprudência brasileira tem procurado preencher o vazio normativo infraconstitucional, atribuindo efeitos às relações entre essas pessoas. Ignorar essa realidade é negar direitos às minorias, incompatível com o Estado Democrático. Tratar essas relações como meras sociedades de fato, como se as pessoas fossem sócios de uma sociedade de fins lucrativos, é violência que se perpetra contra o princípio da dignidade das pessoas humanas, consagrado no art. 1º, inciso III da Constituição. Se esses cidadãos brasileiros trabalham, pagam impostos, contribuem para o progresso do País, é inconcebível interditar-lhes direitos assegurados a todos, em razão de suas orientações sexuais.

Filiação - A filiação é tratada de modo igualitário, pouco importando a origem consanguínea ou socioafetiva (adoção, posse de estado de filho ou inseminação artificial heteróloga). Almeja-se descortinar os paradigmas parentais,



C18454C855

materno-filiais e paterno-filiais que podem apreender, no plano jurídico, a família como realidade socioafetiva, coerente com o tempo e o espaço do Brasil de hoje, recebendo a incidência dos princípios norteadores da superação de dogmas preconceituosos.

Procurou-se distinguir com clareza, para se evitar as contradições jurisprudenciais reinantes nesta matéria, o que é dever de registro do nascimento, reconhecimento voluntário do filho, investigação judicial de paternidade ou maternidade e impugnação da paternidade e da maternidade ou da filiação. Nenhuma impugnação deve prevalecer quando se constatar a existência de posse de estado da filiação, consolidada na convivência familiar duradoura. A presunção da paternidade e da maternidade, antes fundada na necessidade de se apurar a legitimidade do filho, passou a ser radicada na convivência dos pais durante a concepção, sejam eles casados ou não.

Abandonou-se a concepção de poder dos pais sobre os filhos para a de autoridade parental que, mais do que mudança de nomenclatura, é a viragem para a afirmação do *múnus*, no melhor interesse dos filhos, além de contemplar a solidariedade que deve presidir as relações entre pais e filhos. O direito de visita, já abandonado pelas legislações recentes, é substituído pelo direito à convivência do pai não-guardião em relação ao filho e deste em relação àquele. Os pais se separam entre si, mas não dos filhos, que devem ter direito assegurado de contato e convivência com ambos. Também é estimulada, sempre que possível, a guarda compartilhada, no melhor interesse dos filhos. A tutela das crianças e adolescentes teve suas regras simplificadas no Estatuto das Famílias, procurando harmonizá-las com as constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), eliminando-se requisitos que se revelaram inúteis ou inibidores desse relevante *múnus*.

Quanto à adoção, e para se evitar as colisões com o modelo sistematizado no Estatuto da Criança e do Adolescente ou o paralelismo legal hoje existente, ficaram enunciados neste projeto de Estatuto das Famílias as normas e princípios gerais, disciplinando-se a adoção de maiores e remetendo-se ao ECA a adoção de crianças e adolescentes.

Alimentos - Os alimentos tiveram como matriz a máxima realização da solidariedade familiar, eliminando-se os resquícios de causas ou condições discriminatórias. Manteve-se a obrigação alimentar, infinitamente, entre os parentes em linha reta e entre irmãos. Limitou-se em 25 anos a presunção de necessidade alimentar do filho, quando em formação educacional. A partir daí exige-se a comprovação da necessidade. Esclareceu-se que a obrigação alimentar dos parentes em grau maior, por exemplo dos avós em relação aos netos, é complementar, se os pais não puderem atendê-la integralmente. Foi limitada a irrenunciabilidade dos alimentos à obrigação decorrente do parentesco, bem como se aboliu a vetusta idéia de valorar a culpa no rompimento das relações afetivas, eis que nada agrega ao Direito Familiar.

Bem de família - O Estatuto das Famílias não mais cuida do chamado bem de família voluntário ou convencional, de escassa utilidade ou utilização na sociedade brasileira, principalmente por suas exigências formais e por gerar oportunidades de fraudes a terceiros. Concluiu-se que a experiência vitoriosa do bem de família legal, introduzido pela Lei nº 8.009/90, consulta suficientemente o interesse da família em preservar da impenhorabilidade o imóvel onde reside, sem qualquer necessidade de ato público prévio, e com adequada preservação dos interesses dos credores.



C18454C855

Curatela - A continuidade da curatela no âmbito do Direito de Família sempre foi objeto de controvérsias doutrinárias. Optou-se por mantê-la assim, tendo em vistas que as interferências com as relações familiares são em maior grau.

Processo, procedimentos e revogações - O Estatuto das Famílias está dividido em duas grandes partes, uma de Direito Material e outra de Direito Processual. Tal providência evita a confusão, ainda existente no Código Civil, entre o que é constituição, modificação e extinção de direitos e deveres, de um lado, e os modos de sua tutela, principalmente jurisdicional, de outro.

Na parte destinada ao processo e aos procedimentos, sistematizaram-se os procedimentos dispersos no próprio Código Civil, no Código de Processo Civil e em leis especiais, que restarão ab-rogados ou derogados. Por exemplo, a habilitação para o casamento, que o Código Civil trata em minúcias, é procedimento e não Direito Material.

Este Estatuto considera o processo como procedimento em contraditório. Na ausência de contraditório, tem-se apenas procedimento, em substituição à antiga jurisdição graciosa ou voluntária. As regras de processo e de procedimentos, nas relações de família, não podem ser as mesmas do processo que envolvem disputas patrimoniais, porque os conflitos familiares exigem resposta diferenciada, mais rápida e menos formalizada, como ocorreu com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Daí a necessidade de concretizar os princípios da oralidade, celeridade, simplicidade, informalidade e economia processual, além de preferência no julgamento dos tribunais. O Estatuto das Famílias privilegia a conciliação, a ampla utilização de equipes multidisciplinares e o estímulo à mediação extrajudicial.

Por fim, são indicadas as leis e demais normas jurídicas que ficam revogadas expressamente conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. A falta de revogação expressa de antigas leis sobre relações de família tem levado a dúvidas, a exemplo da continuidade ou não da vigência do Decreto-Lei nº 3.200/41, apesar do Código Civil de 2002.

Em face de todo o exposto, conto com o decisivo apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei, que dispõe sobre o Estatuto das Famílias.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 2007.

DEPUTADO SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO



C18454C855